

DIMENSÃO TÁTICA



DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS

SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

Educação de qualidade para Todos

Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

Previdência Social

Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

Promoção dos Direitos da Juventude

Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

Reforma Agrária e Governança Fundiária

Segurança Alimentar e Nutricional

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais marcos legais da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei nº 8.742, de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a assistência social passou a se constituir efetivamente como uma política pública de caráter universal, visando o enfrentamento da pobreza, da vulnerabilidade e riscos sociais. O SUAS se organiza tendo como diretrizes a participação e o controle sociais e a descentralização político-administrativa, cabendo ao governo federal a coordenação federativa, a regulamentação e o cofinanciamento das ações. As ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004. Nesse período, o SUAS tem se constituído em um dos instrumentos que marcaram o esforço do país para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população.

Ao final de 2014, o SUAS já contava com a adesão de 5.560 municípios (99,9%) e cofinanciamento federal para a oferta de serviços socioassistenciais em uma rede composta por 7.511 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que permitiam o referenciamento de aproximadamente 22,5 milhões de famílias na proteção social básica e 2.440 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), para a oferta de serviços de proteção social especial a aproximadamente 140 mil famílias e indivíduos/mês. Dentre outros serviços, destacam-se o trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF/CRAS e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado em unidades de proteção social básica, cuja cobertura atinge mais de 5 mil municípios, com capacidade de atender aproximadamente 1,65 milhão de usuários.

O nível de cobertura e capilaridade da rede de unidades CRAS tem permitido o acesso a significativa parcela da população que requer proteção socioassistencial. Em média, o PAIF/CRAS acompanha mensalmente mais de 1,6 milhão de famílias. Em 2014, foram inseridas nesse serviço mais de 1,4 milhão de famílias, das quais 844 mil são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Já o PAEFI/CREAS acompanha mensalmente, em média, mais de 215 mil indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Em 2014, foram inseridos no serviço mais de 312 mil novos casos, dos quais 97 mil relacionados a beneficiários do Programa Bolsa Família.

Para que esses resultados fossem alcançados, a partir da implementação do SUAS o cofinanciamento federal dos serviços e programas passou a ser realizado de forma regular e

automática, com base em critérios universais, pactuados entre os entes federados no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Este novo modelo resultou na reconfiguração das ações, expansão da cobertura e redesenho da rede de unidades prestadoras de serviços.

O governo federal também é responsável pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2014, com 1 salário-mínimo mensal, aproximadamente 4,3 milhões de pessoas idosas ou com deficiência, sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O governo também concede a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) para as entidades que atuam na área da assistência social e o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), que ampliará o conhecimento e permitirá o monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados de forma complementar pelas entidades e organizações de assistência social.

Apesar dos resultados alcançados, a magnitude e dispersão territorial do contingente populacional que se encontra em situações diversas de vulnerabilidade e riscos sociais se traduzem em grandes desafios que exigem, concomitantemente, a qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas de governo e a ampliação da cobertura de suas ações.

A Diretriz Estratégica que norteia a agenda deste Programa Temático para os próximos quatro anos é:

- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Os principais pontos a serem enfrentados por meio deste programa Temático referem-se: à qualificação dos serviços; à ampliação da cobertura das unidades CRAS nas metrópoles e municípios de grande porte; à ampliação da cobertura dos serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte (<20 mil habitantes) e dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; à ampliação do acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e a outras políticas sociais; e à qualificação da gestão das demais esferas, fomentando e potencializando as estratégias da educação permanente para técnicos, gestores e conselheiros da assistência social.

Assim, coordenando serviços de natureza preventiva e protetiva, garantindo renda a segmentos específicos (pessoas idosas ou com deficiência, sem meios para prover sua manutenção), qualificando a gestão em todas as esferas federadas e aperfeiçoando os mecanismos de controle social, consolida-se o SUAS como um dos pilares da rede de proteção social brasileira, contribuindo decisivamente para a redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida de considerável parcela da população.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.
- Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF.
- Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social.

Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

No mundo contemporâneo, a Cultura é central para o desenvolvimento. Compreendida pelas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, tem caráter estratégico na retomada de um novo ciclo de desenvolvimento do país. A cultura pode gerar conhecimentos, manifestar subjetividades complexas capazes de melhorar as condições de criação e interpretação do mundo, oportunizar condições para o desenvolvimento tecnológico e para a qualificação das relações sociais.

No Brasil, apesar de todos os investimentos em política cultural, ainda há algum grau de exclusão de sua população ao direito à cultura, com equipamentos culturais insuficientes e fortemente concentrados nas áreas economicamente mais desenvolvidas do território nacional. Cidades de menor porte e periferias das grandes cidades tendem a apresentar maior grau de exclusão cultural. Segundo a pesquisa sobre práticas artísticas e culturais (Frequência de práticas culturais, do Sistema de Indicadores de Percepção Social - SIPS), realizada em 2013, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 14,9 % das pessoas frequentam museus ou centros culturais. Em relação aos espetáculos de teatro, circo ou dança a frequência é de 18,1% das pessoas. Com relação a espetáculos de música e cinemas, o percentual é de 13,8 % e 24,6% da população, respectivamente.

O direito de acessar bens e serviços culturais envolve mais do que entretenimento, trata-se de uma questão de cidadania. O acesso à cultura é formador, gera conhecimento e poder de crítica, fomenta o espírito criativo e incentiva novas formas de expressão, tornando o cidadão um agente ativo de transformação de sua realidade. A política pública de cultura deve estar voltada para esses interesses.

Uma nova base legal tem reafirmado os compromissos do Estado sob a perspectiva cidadã. Nesse aspecto, destacam-se a criação das leis da TV Paga (Lei 12.485/2011), do Vale Cultura (Lei 12.761/13), a Nova Lei dos Direitos Autorais (Lei 12.853/2013), do Cultura Viva (Lei 13.018/14), e a

proposta de uma nova Lei de Incentivo à Cultura (Procultura).

O ano de 2014 foi um marco para o Programa Cultura Viva, que visa garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, ao completar 10 anos e tendo atingido mais de 4,6 mil Pontos de Cultura fomentados em cerca de mil cidades de todos os estados do Brasil. Nesse mesmo ano, foi sancionada a Lei 13.018/14, que transformou o Programa Cultura Viva em uma política de Estado, criando o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e a prestação de contas simplificada.

A Lei da TV Paga contribuiu para dinamização da economia da cultura, ampliando significativamente a participação das produções nacionais, especialmente das independentes, nos canais por assinatura. Além disso, os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) mais do que quintuplicaram nos últimos três anos e compõem um orçamento anual que chega a superar 1 bilhão de reais.

Outra política que trouxe forte impulso à demanda por produtos culturais foi o Vale Cultura. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o cartão Vale-Cultura, que fomenta o acesso ao trabalhador à cultura por meio de renúncia fiscal, o qual já é aceito em mais de 24 mil pontos como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais.

Também merece destaque a política de financiamento da cultura. Com o intuito de corrigir distorções da Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo à Cultura - nº 8.313/91) verificadas durante o tempo de sua vigência, que concentra o investimento através da renúncia fiscal, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.772/2010, que institui o Procultura. Tal diploma legal, se aprovado, fará com que o Fundo Nacional de Cultura (FNC) seja o principal mecanismo de financiamento federal à cultura. Portanto, o novo mecanismo previsto para substituir a Lei Rouanet trará um novo modelo de financiamento federal à cultura e mudanças substanciais no incentivo cultural por meio de renúncia fiscal.

A cultura vista como ativo econômico, inscreve-se como potencial para o desenvolvimento. É uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que muito tem a contribuir para a economia brasileira. Para além dessa dimensão e relevância, a cultura é a economia que mais cresce no mundo e tornou-se o grande diferencial deste tempo. As estatísticas da Unesco que buscam quantificar o segmento chegam a estimar em 7% a participação média da economia da cultura no PIB mundial. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura no período de 2007 a 2010, em média 8,6% do orçamento das famílias brasileiras já eram naquele momento destinados ao consumo de bens e produtos culturais.

Exemplo disso, a área do audiovisual no mundo movimenta recursos expressivos e crescentes. É uma indústria em expansão, forte geradora de divisas, de empregos qualificados e de renda. A produção cinematográfica é intensiva em inovação, geração de símbolos, agregação de valor, construção e formação de mercado. Em quase todos os países esta atividade econômica demanda proteção, apoio e financiamento estatal para se manter. A atividade audiovisual

brasileira se encontra em momento ímpar, com crescimento da ordem de dois dígitos na maior parte dos seus segmentos.

A reaproximação entre cultura e educação é estratégica para expandir a circulação e produção da diversa cultura brasileira, bem como para contribuir sensivelmente para a formação cultural dos brasileiros e dar passos significativos para democratizar o acesso ao poder, ao conhecimento, à riqueza e à própria democracia, colocando o povo brasileiro em outro patamar de seu processo histórico.

Outra parte importante da política nacional de cultura é a preservação do patrimônio cultural brasileiro, uma vez que fortalece identidades, garante o direito à memória e contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país. Por meio do PAC Cidades Históricas, o governo federal tem garantido recursos para a restauração de monumentos e sítios urbanos de 44 cidades, em 20 estados. Já foram disponibilizados pela União, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão para um total de 424 empreendimentos selecionados. Em relação ao período 2016-2019, a atuação do governo federal se materializará, em especial, por meio da proteção ao patrimônio material, tais como edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos, bem como de bens culturais de natureza imaterial, que dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Importa ressaltar que o programa temático do PPA 2016-2019 continuará atuando na promoção dos direitos da população afrodescendente. Nessa perspectiva, reitera o compromisso de salvaguarda das comunidades remanescentes de quilombos a partir da certificação, da prestação de assistência jurídica, da titulação e da execução de políticas públicas. A defesa dos quilombos faz parte da ancestralidade brasileira, uma vez que essas populações são remanescentes daqueles que foram protagonistas da resistência às desigualdades. Também aprofundará a valorização da cultura indígena, com políticas voltadas para as especificidades dos Povos Indígenas, tais como os Pontos de Cultura Indígenas, apoio à preservação do patrimônio imaterial indígena e valorização das manifestações culturais próprias.

O desafio do PPA 2016-2019 nos próximos quatro anos é contribuir para o desenvolvimento da cultura nas dimensões simbólica, econômica e cidadã, com a democratização da produção e do acesso ao conhecimento e à cultura.

Destaca-se ainda que esse Programa Temático se orienta pela Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

- Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados.
- Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro.
- Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais.
- Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.
- Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais.
- Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural.
- Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país.

Educação de Qualidade para Todos

A educação é um processo de ampliação da autonomia dos indivíduos e da sua capacidade de exercício da cidadania e de usufruto próprio. No esforço para cumprir esse propósito, a educação é peça chave para o desenvolvimento econômico e social do país. São fundamentais para a construção de uma sociedade mais livre, justa e igual os esforços da educação formal e pública, mas também o reconhecimento de que ela se dá em espaços diversos da sociedade e no âmbito da família.

No intuito de oferecer à sociedade uma educação de qualidade, orientada por princípios de equidade e de valorização da diversidade, que contribua com os propósitos mencionados, instituiu-se, após amplo debate com a sociedade e no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil. Na qualidade de dispositivo constitucional de articulação do sistema nacional de educação, o PNE estabeleceu 10 diretrizes, 20 metas e uma série de estratégias que demandam esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade.

Esses esforços são essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população, para a superação de desigualdades sociais e educacionais e para a qualificação da força de trabalho. Atualmente, a média nacional é de 8 anos de estudo entre a população acima de 15 anos, representando uma evolução de 1,2 ano ao longo da última década. Do ponto de vista regional e geracional, entre outros possíveis recortes, os números mostram que o desafio de superação de desigualdades e de inclusão ainda é enorme. A taxa de alfabetização da população acima de 15 anos, que está em 91,5% no Brasil, e em 79,2% nas áreas rurais, corrobora as necessidades de promoção das igualdades de oportunidade que a educação deve oferecer.

Em relação à educação básica, se as questões de acesso caminham largamente nas últimas décadas para a superação, quando praticamente se alcançou a universalização do acesso ao ensino fundamental, restam ainda alguns desafios essenciais, como a permanência no ensino médio, etapa que apresenta taxa líquida de frequência de 55,1%, e 83,5% de taxa bruta, quando se computam também os estudantes acima da faixa etária indicada. O acesso à creche entre a população de 0 a 3 anos também é outro desafio que vêm sendo enfrentado, com números saltando de 13,4% em 2004 para 23,2% em 2013. Resta também o desafio da qualidade: apesar de avanços no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), chegando, em 2013, a 5,2 nos anos iniciais e 4,2 nos anos finais do ensino fundamental; e 3,7 no ensino médio, o esforço é grande e sua medida deve considerar a totalidade da política educacional.¹³

A educação superior também apresenta questões prementes, como a democratização do acesso e a expansão e interiorização da rede federal. Entre 2004 e 2013, a taxa líquida de matrícula no ensino superior saltou de 10% para 16,3%. Já a taxa bruta, incluindo pessoas além da faixa dos 18 aos 24 anos, passou de 18,6% para 30,3% no mesmo período. Ainda resta incorporar uma parcela da população excluída, não somente expandindo a rede pública, com mais vagas e novas unidades, mas também apoiando as matrículas na rede privada, com bolsas e financiamentos.

Esse breve panorama aponta para o tamanho do desafio enfrentado no PPA 2016-2019. As escolhas de políticas públicas para o Programa Temático enfatizam o acesso universal e a qualidade educacional. Mais especificamente, essa ideia ganha corpo no enunciado das Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019:

- Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.

Esse Programa Temático traz, numa perspectiva sistêmica e de cooperação federativa, Objetivos direcionados aos diversos segmentos educacionais e também voltados para a melhoria da qualidade. Um Objetivo trata especialmente da ampliação do acesso e da qualidade na educação básica e tem, entre suas Metas a construção de creches e a ampliação e qualificação da infraestrutura escolar. Também há uma preocupação com a ampliação do acesso de grupos historicamente excluídos da educação formal, incluindo ações voltadas para o aumento da escolaridade.

Entre os esforços que contribuem para a melhoria da qualidade da educação básica, e reconhecendo sua extrema importância, o PPA traz entre seus Objetivos o fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação, abordando, entre outras ações, a formação inicial e continuada, os planos de carreira e o piso nacional.

13 A escala do IDEB vai de 0 até 10, sendo a média 6 equiparável ao desempenho médio dos países da OCDE.

Ainda no tema da ampliação do acesso com qualidade, um dos Objetivos do Programa Temático está direcionado à educação profissional e tecnológica, com atividades vinculadas ao Pronatec, à melhoria da qualidade e ao aumento da escolaridade integrada à qualificação profissional. A estratégia para aumento das matrículas mescla o fortalecimento da rede federal com a consolidação de parcerias para oferta de vagas nas instituições particulares.

Da mesma forma, o Objetivo de ampliação do acesso à educação superior de qualidade aborda ações como ProUni, Fies e Sisu, além de uma série de Iniciativas relativas à pós-graduação. O PNE determina a continuidade do crescimento das matrículas na educação superior tanto nas instituições públicas quanto na rede privada.

Outra questão considerada no Programa Temático Educação de Qualidade para Todos está relacionada à gestão e à avaliação educacionais, primordiais para a evolução da qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino. O último Objetivo inclui atividades nesse sentido, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), o sistema de acompanhamento e avaliação do PNE e o apoio à gestão pedagógica e administrativa das redes e escolas.

Apesar da evolução consistente, ainda há um longo caminho a percorrer. O desafio para estes quatro anos está relacionado ao esforço de qualificação da oferta e da gestão em todas as dimensões da educação. A instituição do Sistema Nacional de Educação como forma de organização do ensino no âmbito do Estado brasileiro e a efetivação do PNE como instrumento de planejamento e articulação das políticas e ações são tentativas para viabilizar maior convergência de esforços e melhor aplicação de recursos técnicos e financeiros, condições fundamentais na conquista da qualidade da educação para todos.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Educação de Qualidade para Todos

- Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.
- Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida.
- Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.
- Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação,

apoando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.

- Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social.

Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

O esporte consagra-se como um direito social legitimado pela Constituição Federal e como um instrumento de formação integral dos indivíduos e melhoria da qualidade de vida, sendo dever do Estado promover seu acesso a toda a sociedade.

Os grandes eventos produzidos no Brasil asseguram uma agenda positiva para o esporte, gerando oportunidades de qualificação e direcionando políticas públicas que impactam no desenvolvimento social e econômico. Um caso de ação estruturante é o novo projeto Vila Esporte, com início em 2015, que visa implantar infraestrutura mínima para garantir o acesso ao esporte à população em situação de vulnerabilidade social nas cidades com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes.

Com iniciativas assim, o país ao mesmo tempo prepara o caminho para disseminação da prática esportiva e cria condições para incentivar atletas com potencial de alto rendimento. O Brasil estabeleceu como meta uma classificação entre os dez primeiros do quadro geral de medalhas nas Olimpíadas e entre os cinco primeiros nas Paraolimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Com ou sem essa conquista, todo o esforço de mobilização e preparação desenvolvido nos últimos anos deve marcar uma nova etapa para o futuro do esporte nacional.

Quase dois terços dos investimentos relacionados a esses eventos foram comprometidos com obras de legado, sendo aproximadamente a metade custeada pela iniciativa privada. As instalações permanentes de competição olímpica da Barra da Tijuca e de Deodoro, assim como as instalações de treinamento das seleções olímpicas, comporão um avançado complexo de centros olímpicos para treinamento, voltados para o fortalecimento do esporte de alta performance do país. Esses equipamentos serão os principais equipamentos da Rede Nacional de Treinamento que o governo federal vem estruturando em todo o país, no intuito de garantir que esteja disponível uma estrutura fortalecida e robusta para o treinamento esportivo em todo o país. As novas e modernas estruturas do Rio de Janeiro abrigarão uma inteligência da Rede Nacional, com porte de se tornar uma referência em excelência esportiva na América do Sul para métodos de treinamento; medicina e ciências do esporte; intercâmbio e capacitação de profissionais das diversas áreas; e oferta de serviços relativos ao esporte de alto rendimento, entre outras funções.

A União também realizou investimentos na reforma, modernização e expansão do novo Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD), um dos mais modernos da atualidade, que compõe um seleto grupo de laboratórios de excelência em todo o mundo. Ainda nessa temática, o Estado brasileiro passa a contar com a recém criada Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) que vem preparando uma estrutura profissional de combate à dopagem no esporte, por meio de atuação na informação e inteligência, na educação e prevenção, necessários para ações de coibição dessas práticas ilegais.

Outra política em consolidação é o apoio direto, garantido em lei, por meio do Programa Bolsa-Atleta, que concede auxílio financeiro mensal para manutenção pessoal e esportiva de atletas de alto rendimento, com o objetivo de assegurar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições, com investimento prioritário nos esportes olímpicos e paraolímpicos. Tais ações estão em contínuo aprimoramento, integrando o maior programa do mundo de patrocínio individual a atletas, acrescido pela modalidade Bolsa Pódio, resguardando atendimento pleno aos atletas que cumprem os critérios previstos na legislação. Mesmo sendo uma ação recente, só em 2014 havia mais de 7 mil atletas apoiados nas 5 categorias (Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica). O programa Bolsa-Atleta Pódio, atualmente focado no contexto do plano Brasil Medalhas de potencialização dos atletas brasileiros, já opera com mais de 200 atletas de modalidades individuais (olímpicas e paraolímpicas) e quase a mesma quantidade de atletas de modalidades coletivas (olímpicas e paraolímpicas).

Para que se consolide a visão integrada e sistêmica das políticas públicas esportivas, é preciso um trabalho articulado que garanta a elevação da cultura esportiva da população, seja para a prática do esporte por toda a vida, seja para o esporte de alto rendimento. Assim, o Programa Temático tem um Objetivo direcionado para ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais. Esse Objetivo contém Iniciativas tais como os programas Segundo Tempo, Atleta na Escola e Esporte da Escola, além de ações como Forças no Esporte, Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável.

O programa Esporte e Lazer da Cidade, por sua vez, proporciona a prática de atividades físicas, culturais e de lazer a todas as faixas etárias e inclui as pessoas com deficiência. O intuito é estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento e ainda contribuir para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.

O programa Segundo Tempo, que superou a marca de 4 milhões de beneficiários somente no ano de 2014, é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A prioridade é para aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e que estão regularmente matriculados na rede pública de ensino.

Também com o propósito de democratizar o acesso ao esporte e estimular a formação do atleta escolar, além de identificar e orientar jovens talentos, o programa Atleta na Escola alcançou, em 2014, mais de 4 milhões de crianças e adolescentes em mais de 40 mil escolas públicas de todas as localidades. Numa cooperação do Ministério do Esporte com o Ministério da Defesa, o programa Forças no Esporte beneficiou 15 mil estudantes, em 2014, com previsão de chegar a 20 mil em 2016 e 30 mil em 2018. Outra ação é o programa Esporte da Escola, que já beneficiou quase quatro milhões de alunos de vinte mil escolas.

A educação e o esporte são áreas com estreita vinculação, pois a prática esportiva já se inicia na infância, sobretudo no ambiente escolar, contribuindo para a formação do indivíduo e seu desenvolvimento.

Esse Programa Temático está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.

O cenário do esporte brasileiro configura um ambiente especialmente promissor e interessante, favorecido pelos investimentos do governo e da iniciativa privada no setor e pelos grandes eventos em sequência. É grande também a responsabilidade de potencializar os benefícios resultantes desses esforços de forma concreta e perene para toda a população, construindo as bases para o legado social dos Jogos Olímpicos de 2016, garantindo o esporte e o lazer como direitos sociais acessíveis a todos.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

- Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais.
- Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas.
- Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor.
- Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Constituição Federal de 1988 – CF/1988 estabeleceu a saúde como um direito social de todos e dever do Estado, e estabeleceu competência para que União, Estados, Distrito Federal e municípios normatizem, de forma complementar, as regras que regem o funcionamento do sistema de saúde. Para operacionalizar essas determinações, a CF/1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos, estabeleceu a responsabilidade de financiamento compartilhada pelos Entes Federativos e a gestão central como competência do Ministério da Saúde (MS), com a execução das ações de forma descentralizada e direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação dos dispositivos constitucionais, por meio das Leis 8.080/90 e 8.142/90, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças e outros agravos. Essas leis adotaram princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema. Entre os organizacionais, destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

Ao analisar o panorama da Saúde no Brasil, não obstante o reconhecimento da necessidade de melhoria contínua e de fortalecimento das ações de saúde em curso, percebe-se que houve melhora dos principais indicadores de saúde da população nos últimos anos, dentre os quais destaca-se a queda da taxa de mortalidade infantil. Esse indicador apresentou queda em todas as regiões do país, passando de 26,1 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2001 para 14,5, em 2013, o que representa uma redução de 5,2% ao ano, com destaque para a região Nordeste, com uma queda de 7,5% ao ano. Ressalta-se que essa redução permitiu ao Brasil alcançar, com 4 anos de antecedência, uma das metas mais importantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

Houve ainda uma queda acentuada na taxa de mortalidade materna, cuja redução foi de 25% entre 2001 e 2013, ao se atingir a taxa de 60 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Outro importante indicador que apresentou evolução foi a expectativa de vida ao nascer, que alcançou 75,1 anos em 2014, um aumento de 4,8 anos entre 2001 e 2014. Esses indicadores refletem, entre outros motivos, os esforços depreendidos nos últimos anos para a melhoria dos serviços de saúde disponibilizados à população.

Diante desse contexto, no PPA 2016-2019 as Políticas de Saúde tem como Diretriz Estratégica:

- Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS.

A fim de cumprir tais comandos, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e o direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços.

Nesse cenário, a seleção dos 12 Objetivos Estratégicos que dão sustentabilidade ao Programa Temático, levou em consideração a operacionalização de uma estrutura de serviços que cumpra os preceitos constitucionais de universalidade, integralidade e equidade. Os Objetivos guardam uma forte inter-relação, de forma que a consecução de cada um potencializa a dos demais. Dessa forma, promoverão avanços na situação atual da Política de Saúde que poderão ser detectados pelos principais indicadores que caracterizam a expansão do acesso, extensão da atuação e situação sanitária da população.

O Objetivo de “Ampliar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar” abrange todos os níveis de atenção em busca da qualificação e extensão do acesso.

A Atenção Básica tem na Estratégia de Saúde da Família a sua principal linha de atuação. A expansão da cobertura contou com o crescimento da implantação de novas Equipes de Saúde da Família (ESF); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf); e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Dando complementaridade à atuação em Atenção Básica, o poder público ampliou o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB), Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e laboratórios de próteses dentárias.

Criado em 2013, o Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o SUS, que inclui municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade. Também, no âmbito do Mais Médicos, estão em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no país, além da reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas de residência.

A expansão dos procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase na Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, foi intensificada em 2014. Foram realizados mais de 2,35 milhões de procedimentos cirúrgicos eletivos, com destaque para as 567 mil cirurgias de catarata. Das cirurgias de transplante realizadas no Brasil em 2014, 95% ocorrem pelo SUS, o que totaliza 28 mil transplantes de órgãos sólidos e não sólidos. Até 2014, 283 hospitais de alta complexidade em oncologia foram habilitados. Esses estabelecimentos são responsáveis por ofertar o tratamento integral ao paciente com câncer, atuando no diagnóstico, estadiamento e tratamento.

Ainda com relação à atuação do SUS em atenção à saúde, o Objetivo de “Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas Regiões de Saúde, com ênfase na articulação da Rede de

Urgências e Emergências, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas” estabelece arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado, visando ganhos de eficácia na produção de saúde e melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional.

A Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências tem entre suas finalidades adequar as estruturas das unidades hospitalares dotadas de pronto-socorro para a composição da Rede de Urgências e Emergências (RUE). Ainda fazem parte dessa Política o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192), um dos componentes mais importantes da RUE, e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), as quais podem resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros.

Na atenção à saúde da gestante e da criança, foi fomentada a adesão de todos os Estados à Rede Cegonha, voltada para a qualificação da atenção obstétrica e infantil em rede, que chegou a contemplar, ao final de 2014, 5.488 municípios.

No âmbito da saúde mental, a operacionalização da atuação em rede conta com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com características distintas, a depender do porte do município, variando os serviços ofertados conforme o público atendido (adultos, crianças e adolescentes e usuários de álcool e outras drogas), o período de funcionamento (diurno ou 24h) e a composição das equipes. Será dada continuidade à implantação dos leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, municípios e Distrito Federal e as Unidades de Acolhimento para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados a drogas, para residência temporária de até seis meses, além de outras práticas específicas desse tipo de atenção.

Ainda no campo da atenção à saúde, o Objetivo de “Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde” privilegia o atendimento a segmentos populacionais com características específicas e em situação de vulnerabilidade social.

Com finalidade de prestar suporte medicamentoso às prescrições médicas resultantes das linhas de atenção e assistência, o Objetivo de “Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS” destaca a promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio da expansão dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, priorizando o adensamento do acesso aos medicamentos nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza.

Com finalidade de reduzir a exposição da população a fatores condicionantes e determinantes de doenças, o Objetivo “Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na

prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável” potencializa as intenções dos demais objetivos da atenção ao disponibilizar informações sobre o perfil epidemiológico da população, de modo a fornecer bases de organização da atuação, como também ao incentivar hábitos adequados à melhoria da qualidade de vida.

A Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2014 em parceria com o IBGE, coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além de estilo de vida de 63 mil domicílios, com a finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde.

As violências e os acidentes, pelo número crescente de vítimas e pelas sequelas físicas e emocionais que causam, se tornaram um problema de saúde pública. Até dezembro de 2014, houve uma ampliação de 10.004 unidades de saúde registrando notificações de violência doméstica, sexual e outras, representando um total de 169.361 notificações em 3.379 municípios. Apesar disso, dados da pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção por Inquérito Telefônico – Vigitel revelaram uma redução de 55%, em sete anos, na frequência de condutores dirigindo após consumo de álcool.

A ampliação das ações de vigilância em saúde do trabalhador desenvolvidas nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador foi aferida por meio da avaliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Encontram-se habilitados 209 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, dentre os quais dez são voltados prioritariamente para a saúde do trabalhador rural. Além disso, a Rede Sentinela conta atualmente com mais de 7,5 mil serviços para diagnóstico de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho e para notificação ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Para operacionalizar esses propósitos, expressos na identificação dos objetivos característicos da atenção à saúde, foram definidos outros objetivos que caracterizam o perfil de uma gestão estratégica do sistema. O Objetivo de “Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a despreciação e a democratização das relações de trabalho” orienta a atuação governamental na qualificação, desenvolvimento e valorização das pessoas envolvidas nos processos de trabalho do SUS, bem como das relações de trabalho estabelecidas para dimensionamento e alocação de pessoas.

Com respeito à geração e disseminação do conhecimento, bem como da expansão da produção de insumos e produtos de interesse do SUS, foi criado objetivo específico que visa aperfeiçoar e ampliar a capacidade de inovação e de produção.

A fim de exercer o papel regulatório atribuído ao Estado para com o setor, foram criados dois Objetivos: o primeiro voltado à aprovação de registros de insumos e produtos, bem como à vigilância da qualidade dos ambientes e procedimentos sanitários; e o segundo, no contexto da

regulação da saúde suplementar, voltado para a fiscalização da prestação e da qualidade dos serviços fornecidos pelas prestadoras.

A complexidade da gestão descentralizada e participativa do SUS exigiu três objetivos especificamente formulados para o aprimoramento da gestão. O primeiro diz respeito à relação entre os entes federados, cujas metas buscam o aperfeiçoamento da organização estrutural e a qualificação dos instrumentos de planejamento e de verificação do gasto público. O segundo busca o aperfeiçoamento do padrão de gasto, da qualificação do financiamento e dos critérios de rateio entre as três esferas de gestão. Cuida ainda da intensificação do ressarcimento dos procedimentos em portadores de plano privado que sejam realizados pelo SUS. Já o terceiro articula a participação cidadã, por meio do controle social, fóruns de audição e ouvidorias do SUS.

Importa ressaltar que para além do Programa Temático de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, há diversos Objetivos voltados para a melhoria da saúde da população em outros Programas Temáticos cuja responsabilidade é compartilhada com outros Ministérios. Destacam-se a promoção da atenção à saúde dos povos indígenas, executada no âmbito do SUS, levando em consideração as peculiaridades sócio-culturais das etnias; ações de saneamento básico em áreas rurais e comunidades tradicionais; e adequação de alimentação adequada e saudável, além do combate a insegurança alimentar e nutricional.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

- Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.
- Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.
- Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.
- Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
- Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.
- Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do

SUS.

- Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.
- Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.
- Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.
- Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.
- Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.
- Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Historicamente, não haviam políticas públicas diferenciadas capazes de atender às especificidades da agricultura familiar no Brasil. Esse setor, que cumpre um papel relevante para o desenvolvimento sustentável do país, não era devidamente reconhecido. A modernização tecnológica iniciada na década de 1960 não significou, necessariamente, melhoria nas condições de trabalho e de renda das populações rurais brasileiras, pelo contrário, esse modelo econômico e agrícola resultou em diversas distorções nocivas para o setor, dentre as quais um quadro de preços agrícolas em queda, a ampliação da concentração fundiária, endividamento crescente e consequente empobrecimento dos agricultores. Fatores que contribuíram para uma maior masculinização do mundo rural, migração da juventude rural para a cidade e aprofundamento da exclusão dos povos e comunidades tradicionais.

Para reverter esse quadro e promover um modelo de desenvolvimento rural sustentável do país, nos últimos anos o governo federal priorizou a criação e implementação de um conjunto de políticas públicas diferenciadas, simultâneas e continuadas que tem como alvo a garantia do direito à terra, a democratização da estrutura fundiária, o fortalecimento da agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional, a promoção da igualdade de gênero, de raça e de

etnia, o desenvolvimento territorial e a integração regional, em consonância com a Lei 11.326/06 que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e definiu o público beneficiário dessas políticas.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (2006) a Agricultura Familiar concentrava 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil e 74% dos postos de trabalho no campo e embora ocupasse apenas 24% da área agrícola do país respondia pela geração de 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional, incluindo a maioria dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros.

Recentemente a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE demonstrou que o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar apresentou crescimento de 63,6% entre os anos de 2004 e 2012, com destaque para a região Nordeste, que possui o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, em que a variação real foi de 68,3%. Esse crescimento foi resultado de várias políticas acessadas pelas famílias no rural, destacando-se a transferência de renda e valorização real do salário mínimo, mas também as políticas agrícolas para a agricultura familiar que tiveram papel importante nessa evolução.

Um exemplo é o crédito rural Pronaf, que hoje atua em quase todos os municípios brasileiros, disponibilizou cerca de R\$ 166,5 bilhões no período entre as safras 2003/2004 e 2014/2015. Nos 20 anos de Pronaf mais de 3 milhões de famílias acessaram o Programa.

Outra ação fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar foi a reestruturação da rede nacional de assistência técnica e extensão rural - ATER. No período de 2003 a 2014, os recursos para Ater no país passaram de R\$ 22 milhões para R\$ 263 milhões. As instituições estaduais de Ater foram reequipadas, técnicos foram contratados nas esferas governamentais e não governamentais e as entidades passaram a se articular em redes, garantindo uma melhor cobertura dos serviços.

Com o crescimento da renda, a pobreza rural teve uma queda expressiva, especialmente na extrema pobreza onde a taxa caiu de 17,8% em 2004 para 9,2% em 2012. Esses dados indicam que a estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar - com a produção de alimentos, energia, outros produtos e serviços - articuladas em torno de um conjunto de políticas públicas estruturantes, geraram resultados concretos: melhoria da qualidade de vida e a inclusão socioeconômica das populações rurais, que passam a contribuir mais significativamente para o desenvolvimento do país, ao constituir circuitos dinâmicos de desenvolvimento local que ampliam o mercado consumidor nacional e contribuem para a integração campo-cidade.

Em que pese os significativos avanços atingidos, remanescem desafios a serem enfrentados para o aprimoramento e a ampliação do acesso às políticas públicas com destaque para a qualificação dos instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços

mínimos, a promoção da inovação e sustentabilidade dos sistemas produtivos da agricultura familiar por meio da ATER, a continuidade da estratégia de inclusão produtiva rural com vistas à redução da extrema pobreza, e para a promoção da autonomia econômica e social da juventude rural visando ampliar sua permanência no campo.

Para fazer frente a esses desafios a elaboração do Programa teve como Diretrizes Estratégicas:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

Para avançar nos instrumentos de crédito e mitigação de riscos da produção, a estratégia de atuação prevê o aumento do número de operações e medidas para a ampliação das coberturas do Seguro da Agricultura Familiar - SEAF e do Garantia Safra. Já o objetivo de ATER, entre outros compromissos, prevê a consolidação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER como agente que trará maior efetividade na prestação dos serviços, bem como a constituição de um Sistema Nacional de ATER, a elaboração do Plano Nacional de ATER e o apoio à elaboração de Planos Estaduais de ATER, numa perspectiva federativa.

Em relação à organização da agricultura familiar o programa amplia o compromisso do governo com o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, com enfoque no apoio à gestão, organização da produção e comercialização que serão instrumentalizados por meio de um Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar. Também inova com foco na sustentabilidade dos estabelecimentos e empreendimentos ao prever a elaboração e implementação de um Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar.

Destacam-se dentre as estratégias propostas a ampliação das metas para autonomia econômica das mulheres rurais por meio da inclusão produtiva e da geração de renda; a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, inserida no objetivo de ampliação da autonomia econômica e social dos jovens rurais; a criação de objetivo específico para a promoção do etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais; e as metas de promoção comercial e de criação de registros nacionais e selos de identificação da agricultura familiar no Mercosul no objetivo que pretende promover e garantir o espaço da agricultura

familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.

A inserção dos públicos da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade constitui um objetivo específico, devido à sua importância para a produção de alimentos saudáveis e produtos e serviços sustentáveis, com destaque para a constituição de um Sistema Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o apoio à elaboração de Planos de Agroecologia e Produção Orgânica nos estados, DF e municípios, bem como o acompanhamento e gestão das ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Por último, o Programa apresenta um objetivo de inclusão produtiva rural, que tem obtido grande sucesso na redução da pobreza rural e na dinamização da agricultura familiar, pois mantém e amplia a estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de ATER e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

- Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.
- Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
- Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável.
- Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.
- Ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis.
- Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares.
- Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.
- Contribuir para a permanência da juventude no campo e a sucessão rural, por meio da ampliação da sua autonomia econômica e social.
- Promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

Na última década, o fortalecimento do Programa Bolsa Família - PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais foi conquista fundamental para a redução da pobreza e desenvolvimento mais inclusivo da sociedade brasileira, bem como a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua rede de serviços voltada à garantia de direitos socioassistenciais. Os avanços sociais do Brasil na última década são evidentes e os índices de pobreza e extrema pobreza caíram significativamente. Entre 2003 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população e parte significativa dessa queda pode ser atribuída aos programas de transferência de renda, particularmente, o Bolsa Família.

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza e a pobreza extrema e a contrapartida das famílias beneficiárias de manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluído consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia. Desde sua criação, o Programa cresceu significativamente, alcançando 14 milhões de famílias beneficiárias no início de 2015, cujo benefício médio aproxima-se de R\$ 167,00 recebidos por família mensalmente.

O Programa monitora bimestralmente a frequência escolar de 15,7 milhões de estudantes, entre os quais 96,3% efetivamente cumprem uma presença mínima de 85% (de 6 a 15 anos de idade) ou 75% (de 16 a 17 anos de idade). Também monitora semestralmente o cumprimento das obrigações com o sistema de saúde de mais de 9 milhões de famílias beneficiárias. As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos significativos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa. Na saúde, houve uma redução de aproximadamente 19% na mortalidade das crianças com idade até 5 anos. Na educação, o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola, as taxas de abandono entre beneficiários do Programa são menores do que os demais alunos da rede pública e as taxas de aprovação são equiparadas as demais, ou seja, crianças e adolescentes do PBF frequentam a escola e são aprovados, diminuindo a desigualdade educacional e apoiando oportunidades para um futuro melhor. Além de materializar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, o acompanhamento do descumprimento das condicionalidades pode indicar vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos sociais das famílias e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo.

O Bolsa Família foi criado e fortalecido sob um enfoque direcionado às famílias com crianças, com

objetivo de expandir a cobertura da proteção social a um público jovem e desassistido. De fato, seus impactos na redução da extrema pobreza são observados especialmente entre os mais jovens. Não fossem as transferências do Programa, a proporção das crianças de até 15 anos com renda per capita igual ou inferior a linha de extrema pobreza (R\$ 77) seria 35% superior à observada em 2009. A trajetória de aperfeiçoamentos do último quadriênio, entre 2011 e 2014 reforçou ainda mais a proteção a esse público, com a criação do Plano Brasil sem Miséria. Em 2011 houve reajuste dos valores pagos às famílias, acompanhado do aumento do número máximo de benefícios variáveis e da implementação de benefícios para gestantes e nutrízes. Em 2012 foi criado o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), inicialmente desenhado para atender famílias extremamente pobres com crianças de zero a 6 anos e, em seguida, ampliado para famílias com adolescentes até 15 anos de idade. Em março de 2013, o BSP passou a ser pago a todas as famílias, independentemente da composição familiar, que permaneciam extremamente pobres mesmo após receberem os outros benefícios do Bolsa Família. Essas medidas possibilitaram que todas as famílias beneficiárias superassem a condição de extrema pobreza e concretizaram os resultados alcançados pelo Programa Bolsa Família no ciclo planejado para 2012-2015.

É desejável que as famílias brasileiras melhorem de vida e consigam acessar os vários serviços das políticas sociais. Nesse sentido, o Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal é instrumento fundamental, pois proporciona a localização, identificação e caracterização socioeconômica da população antes invisível ao Estado. O Cadastro Único tem se transformado na principal fonte de informações das famílias pobres brasileiras. Além de permitir a racionalização dos custos administrativos dos programas de transferência de renda e de contribuir para sua efetividade, é uma ferramenta de planejamento e de gestão das políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda. Hoje, principalmente alavancado a partir do Plano Brasil Sem Miséria, o Cadastro Único é utilizado como mecanismo de seleção ou acompanhamento de beneficiários por mais de trinta iniciativas no nível federal, dentre elas o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Telefone Social, o Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde, a Carteira do Idoso, a concessão de isenção de taxa de inscrição em concursos públicos, o Programa Água para Todos na construção de cisternas, entre outras.

Atualmente há mais de 27 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, correspondendo a mais de 80 milhões de pessoas – a parcela mais pobre da população brasileira. A ampliação do alcance do cadastramento, nos últimos anos, com o processo denominado de Busca Ativa, resultou no cadastramento de mais de 1,35 milhão de famílias extremamente pobres e que passaram a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, houve aprimoramento na identificação de mais de 1,42 milhão de famílias indígenas, quilombolas, extrativistas, ciganas, de catadores de material reciclável, população de rua, entre outros.

O objetivo principal do Programa Bolsa Família para os próximos quatro anos é continuar contribuindo com a redução da pobreza por meio da transferência de renda. Também reforçar

e qualificar o acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, continua sendo um dos principais objetivos do Programa. Além disso, é fundamental reafirmar o princípio da equidade subjacente às condicionalidades para a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos, como as famílias em situação de pobreza, de forma que o poder público invista o esforço necessário para alcançar essas famílias, provê-las dos serviços sociais básicos e garantir sua oferta contínua. As melhorias ocorridas nos últimos anos no acompanhamento das condicionalidades precisam ter continuidade, bem como o aprofundamento da agenda comum entre os principais ministérios envolvidos – Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

No que diz respeito ao Cadastro Único, é necessário implementar mecanismos que garantam sua ampla e adequada utilização pelas ações governamentais voltadas à população de baixa renda, de modo a potencializar o acesso à rede de serviços e oportunidades que apoiam o fortalecimento e a autonomia das famílias. É importante adotar processo permanente de avaliação dos instrumentos de coleta de informações das famílias de baixa renda de forma a aperfeiçoar e garantir a qualificação dos dados do Cadastro Único que subsidiam as políticas públicas sociais.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Programa Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o governo federal e os entes federativos no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados para gestão do Programa nos municípios e estados. Considerando-se a importância da autonomia dos entes federados na execução do Programa, o desafio para os próximos anos é o reforço do modelo de gestão do PBF por meio do crescente fortalecimento das gestões locais, elevando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos beneficiários de programas sociais.

Assim, para que o Programa Bolsa Família continue apresentando resultados expressivos na estratégia de erradicação da extrema pobreza e leve uma rede de serviços básicos e políticas públicas para a população mais vulnerável do país, esse Programa Temático foi estruturado em um conjunto de Objetivos norteados pela Diretriz Estratégica:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

- Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda.
- Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa

Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

- Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais.
- Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda.

Justiça, Cidadania e Segurança Pública

O Programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública visa assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal, no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O acesso à justiça, a melhoria da segurança pública e a promoção e proteção de direitos de cidadania, constituem-se em políticas fundamentais para a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, para o alcance de coesão social e a consolidação do Estado Democrático de Direito, alinhando-se às Diretrizes Estratégicas de:

- Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

No campo da superação da violência e promoção de uma cultura de paz, a redução dos homicídios é um dos principais desafios. Os homicídios representam a principal causa externa de mortalidade no país, que vem apresentando altos índices desde a década de 1990. De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), desde 1997, a taxa de homicídios brasileira oscila entre 25 e 29 homicídios por 100 mil habitantes, uma das mais altas do mundo. Em relatório lançado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema da prevenção global da violência, foi apontado que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil.

Neste contexto, um dos Objetivos do Programa trata da implementação de um pacto nacional pela redução de homicídios, que busca articular toda a sociedade brasileira, incluindo os governos federal, estaduais, municipais e distrital, a população, a iniciativa privada e organizações do terceiro setor. Propõe-se uma iniciativa de escala inédita que integre e articule políticas,

programas e ações de segurança pública e de outros serviços públicos, de forma a considerar o caráter multidimensional da mortalidade por homicídios no Brasil e promover uma cultura de paz e não violência, adotando estratégias diferenciadas para territórios e públicos mais vulneráveis, como jovens negros, crianças e adolescentes, mulheres.

Considerando a dimensão interdisciplinar e os aspectos federativos das questões de segurança, outro importante desafio é aperfeiçoar a sua coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras. Assim, propõe-se Objetivo voltado à construção de uma rede sistêmica de segurança que integre e qualifique os serviços ofertados à população pelas três esferas de governo, integrando metodologias e procedimentos de atuação interagências, fortalecendo a governança local, com os Gabinetes de Gestão Integrada, e fomentando estruturas inovadoras, como os Centros Integrados de Comando e Controle. No sentido de aprimorar o planejamento e a gestão da política de segurança pública, também se destaca a importância da sistematização gradativa dos dados de segurança pública preconizada no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Do mesmo modo, é fundamental induzir a formação, a capacitação continuada e a valorização dos profissionais do setor para a oferta de serviços de qualidade, que atendam aos anseios das comunidades e considerem a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.

A promoção da segurança pública também exige o fortalecimento de estratégias voltadas à diminuição da criminalidade, substanciada especialmente no enfrentamento a organizações criminosas, ao tráfico de drogas, armas e pessoas, à lavagem de dinheiro e à corrupção, bem como no reforço da fiscalização das fronteiras. Além disso, cabe destacar, como questão relevante para a repressão efetiva ao crime, a necessidade de avaliação da eficácia e da eficiência das investigações criminais, já que a profundidade e a clareza do trabalho desenvolvido pelos órgãos policiais na elucidação de infrações penais impactam diretamente nas atribuições de órgãos ligados à justiça criminal.

No tocante à corrupção, considerando que este tema é preocupação de diversos órgãos de defesa do Estado, é necessário aprimorar a articulação entre eles, de forma a racionalizar as ações e dar maior efetividade à punição de agentes e à recuperação de ativos. O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva por parte do Estado. Portanto, um dos Objetivos do Programa trata de medidas para aumentar os padrões de ética e de integridade dos agentes da administração pública no desempenho de suas funções, bem como das instituições privadas que se relacionam com o setor governamental.

Outro aspecto central da segurança no país é a violência no trânsito, responsável por mais de 40 mil mortes por ano. Os acidentes de trânsito impactam a sociedade em diversos aspectos, seja por sua relevância emocional, uma vez que ceifa vidas e traumatiza famílias permanentemente,

seja pelo viés econômico relacionado ao alto custo da prestação de socorro, tratamento e auxílio previdenciário às vítimas que não raramente restam incapacitadas para o trabalho ainda muito jovens e ativas. As mortes por acidentes de trânsito são originadas por diversos fatores, tais como: imprudência, excesso de velocidade, tráfego de condutores inabilitados, condução sob o efeito do uso de álcool e drogas, fadiga por excesso de horas de condução, circulação de veículos irregulares, entre outros. Desta forma, são necessários esforços de fiscalização, conscientização, educação e melhoria de segurança viária e veicular com intuito de reduzir o número de mortes e acidentes de trânsito. Neste aspecto, preconiza-se Objetivo focado na prevenção de acidentes pela análise estatística das características dos acidentes e pelas ações de educação e pela ampliação da fiscalização de pessoas e veículos.

O aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro também é um elemento estratégico para a política de justiça, cidadania e segurança pública. Observa-se no país uma superpopulação de mais de 600 mil pessoas privadas de liberdade, com um déficit de 230 mil vagas, que tem se agravado nos últimos anos. Além do elevado déficit, o sistema é caracterizado pelo elevado número de presos provisórios (40% não possuem sentença condenatória) e pela inaptidão da política de encarceramento para responder efetivamente à criminalidade, de modo que as prisões não funcionam como mecanismos de segurança pública na redução da violência, mas, pelo contrário, atuam como reprodutoras do ciclo vicioso que envolve crime, cárcere e reincidência. O enfrentamento desse quadro é retratado em Objetivo que trata da promoção de um sistema mais eficiente, justo e humano, com ampliação de acesso a serviços como saúde, educação e trabalho, além da modernização e qualificação das unidades prisionais. Destaca-se o compromisso de se articular ações visando a redução do número de pessoas presas, com fomento de estruturas para aplicação de penas e medidas alternativas e parcerias com o Sistema de Justiça, como forma de se evitar os malefícios à sociedade (sobretudo em termos de segurança) decorrentes do encarceramento em massa e viabilizar um sistema mais justo, proporcional e que respeite os direitos fundamentais.

A garantia e proteção dos direitos fundamentais, sobre os quais recai a política de segurança pública como promotora do direito à segurança e à vida, abarcam também os direitos de acesso à justiça e à informação, bem como a promoção dos direitos da justiça de transição e proteção de cidadãos com direitos violados, como refugiados e vítimas de tráfico de pessoas. Nesse Objetivo são apontados compromissos referentes à melhoria da gestão do acervo da memória nacional, ao fortalecimento das ações de memória, verdade e reparação, ao aprimoramento dos processos de naturalização, igualdade de direitos e permanência de migrantes, à melhoria dos serviços e redução na desigualdade de acesso à Justiça, e ao fortalecimento da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Por fim, é importante considerar que o desenvolvimento econômico e social ocorrido nos últimos anos não só promoveu a inserção de milhões de brasileiros ao mercado consumidor, como

aumentou a complexidade das relações comerciais e competitivas. Dessa forma, o programa contempla Objetivo que trata da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e contra os direitos dos consumidores, que ganham destaque no exercício da cidadania e garantia da justiça.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Justiça, Cidadania e Segurança Pública

- Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.
- Promover a Redução da violência no trânsito das rodovias federais.
- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.
- Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.
- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.
- Promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social.
- Fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da escala e da efetividade das políticas públicas.
- Enfrentar a corrupção na administração pública federal aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição.

Políticas Para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

As mulheres representam mais de 52% da população brasileira e são sujeitos e protagonistas tanto de suas próprias vidas, como da construção de um país mais igualitário e sem pobreza, seja no âmbito econômico, social, político, cultural, seja no banimento de todos os preconceitos de gênero, racial, étnico, homofóbico, lesbofóbico, geracional, de classe, e contra pessoas com deficiência.

As questões de gênero ganharam especial destaque no Brasil a partir da criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, consolidando a institucionalização das políticas de gênero e o tratamento transversal dessas questões no âmbito do governo federal, ao reunir em um órgão a competência de formular, coordenar e articular as políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Ainda assim, os indicadores ainda não refletem uma situação de igualdade em grande parte das dimensões econômica, pessoal, financeira, social, política, sexual e cultural. No mercado de trabalho, por exemplo, a maior escolaridade feminina não se traduz em salários mais elevados e, embora tenha ocorrido redução, ainda persiste a desigualdade no rendimento mensal médio do trabalho.

Conforme a Pnad 2013, as mulheres brasileiras estudam mais do que os homens, alcançando, em média, 7,9 anos ao longo da vida, enquanto os homens atingem 7,5 anos. Os dados mostraram, ainda, que 34,9% das mulheres possuem 11 anos de estudo ou mais, contra 31%, entre os homens. No entanto, o rendimento mensal médio de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais era de R\$ 1.711,30 para os homens e de R\$ 1.243,66 para as mulheres, representando apenas 72,7% do ganho dos homens.

Na questão da violência contra a mulher, segundo registros da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, só em 2014 ocorreram 485.105 atendimentos, dos quais 52.957 referiam-se especificamente a relatos de violência. Desses, 51,7% correspondem à violência física, seguidos de 31,8% de violência psicológica.

Assim, o Programa Temático foca principalmente duas questões: igualdade e violência. Seus marcos institucionais são o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Mulher Viver sem Violência, estando relacionado à Diretriz Estratégica:

- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em dezembro 2011, de onde emanou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015, reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, é preciso avançar no fortalecimento da autonomia econômica, política e social das mulheres, ampliando os investimentos em educação, saúde, capacitação, inserção no mercado de trabalho, acesso ao crédito, à assistência técnica, à moradia e aos equipamentos sociais como creches, e no fortalecimento institucional das políticas para as mulheres. Para isso, um dos Objetivos do programa trabalha a autonomia econômica, social e sexual e a igualdade entre mulheres e homens, visando à eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase na erradicação da pobreza e na garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O ponto essencial para essa igualdade é o uso do tempo, uma vez que o maior entendimento dessa questão nas dinâmicas entre trabalho e vida cotidiana subsidia políticas públicas de igualdade e contribui para a compreensão das relações de desigualdade no trabalho e na vida doméstica. O problema da menor remuneração pelo mesmo trabalho persiste, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Nesse sentido, a capacitação e o crédito solidário são importantes instrumentos para promover a emancipação da mulher.

Em relação à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, o desafio é o combate às desigualdades de gênero de forma ampla, uma vez que a sub-representação das mulheres nesses espaços tem diversas causas. As mulheres ocupam menor número dos cargos diretivos em diferentes ramos de atividade econômica e este desafio é tratado em Objetivo específico do programa, buscando promover a ampliação da participação das mulheres nos conselhos diretivos e na alta direção das empresas públicas e privadas, nos partidos políticos e nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Também há um Objetivo relacionado à garantia da transversalidade e intersectorialidade, para fortalecer espaços e instrumentos que permitam a realização de ações inter e intragovernamentais, tais como os Organismos Estaduais, Distrital e Municipais de Políticas para as Mulheres, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Outro instrumento adotado para promoção da transversalidade é a institucionalização de mecanismos de gênero nos Ministérios, com o objetivo de garantir que esta dimensão possa ser considerada estruturante para as políticas públicas implementadas por todos os órgãos do Executivo Federal.

Um dos principais problemas que precisam ser enfrentados é a violência contra a mulher o que demanda uma complexa articulação intragovernamental. Nesse sentido, foram elaboradas importantes iniciativas para outros Programas, como da Justiça, Cidadania e Segurança Pública, buscando promover a estruturação de Delegacias Especializadas em Homicídios e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, além de ações específicas para prevenção das mortes de mulheres em situação de violência doméstica, garantindo o monitoramento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Oportuno destacar que, em decorrência do relatório final da CPMI sobre violência contra as mulheres, o governo federal encaminhou uma proposta de emenda ao PLS 292/2013, que resultou na aprovação da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, tornando hediondo o feminicídio - crime contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Em 2013, foi lançado o Programa “Mulher: Viver sem Violência”, por meio do Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, que também está espelhado no PPA 2016-2019. O Programa consiste em um conjunto de ações para combater as várias formas de violência contra as mulheres, visando à mudança cultural, ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e preconceito e a um atendimento específico para as diferentes realidades vividas pelas mulheres, no sentido de assegurar e garantir o acesso ao atendimento integral e humanizado.

Para a superação desses desafios, é necessário o fortalecimento e a consolidação, em âmbito nacional, de uma rede integrada de atendimento às mulheres em situação de violência, envolvendo e articulando as diversas áreas de assistência, proteção e defesa dos direitos da mulher em situação de violência. Além disso, é necessário o envolvimento de integrantes dos órgãos e serviços públicos de todas as esferas de governo e dos Poderes como co-partícipes na sua implementação, estando estruturado no atendimento qualificado e humanizado às vítimas de violência sexual. A partir do atendimento realizado nas Casas da Mulher Brasileira e no acolhimento de denúncias, via Ligue 180, serão elaboradas campanhas continuadas de capacitação e distribuídas unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Nesse sentido, há um Objetivo de ampliação da política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

Vale ressaltar, também, a necessidade da desconstrução de estereótipos, na cultura, na publicidade e no fomento a uma maior participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação, questão também tratada nesse Programa Temático, a partir de Meta que busca fomentar a produção e circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero.

Por último, destaca-se o Objetivo de ampliação e fortalecimento do diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

- Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades.
- Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.
- Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades.
- Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades.

Previdência Social

A Previdência Social é uma política de Estado de longo prazo que assegura ao trabalhador e à sua família a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

O sistema previdenciário brasileiro está inserido no conceito de seguridade social, que é dividida em três grandes áreas de atuação: saúde, previdência e assistência social. As peças legais mais importantes da Previdência Social são a Constituição Federal, a Lei nº 8.212/91 e a Lei nº 8.213/91.

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social – RGPS, Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e Regime de Previdência Complementar.

O Regime Geral de Previdência Social – RGPS é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Em junho de 2015, foram emitidos 32,6 milhões de benefícios (previdenciários e assistenciais), totalizando R\$ 32,7 bilhões pagos. De acordo com dados da PNAD, em 2013, os benefícios previdenciários fizeram com que mais de 25 milhões de pessoas deixassem de figurar abaixo da linha de pobreza (menos de ½ salário mínimo de renda domiciliar per capita) no Brasil. O impacto dos benefícios sobre a pobreza concentra-se principalmente na população idosa, favorecendo principalmente aqueles com idade superior a 55 anos, apesar de a redução da pobreza ocorrer em todas as faixas etárias.

O bom desempenho do mercado de trabalho na última década aliado aos esforços do governo federal favoreceram a ampliação da cobertura previdenciária. Segundo dados da PNAD, a cobertura previdenciária passou de 62,5%, em 2004, para 72,5%, em 2013. Em relação às mulheres, o acréscimo foi ainda maior, passando 60,5%, em 2004, para 72,3%, em 2013. Em relação à população idosa (com idade de 60 anos ou mais), a cobertura previdenciária permaneceu estável, sendo 81,9%, em 2004, e 82,7%, em 2013.

No PPA 2016-2019, o Programa Previdência Social compreende a Diretriz Estratégica:

- Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.

Ele apresenta três Objetivos que estão focados na inclusão previdenciária, na qualidade dos serviços previdenciários prestados a população e na sustentabilidade dos regimes previdenciários.

No sentido de ampliar a cobertura previdenciária nos próximos quatro anos, o Objetivo referente a esse tema pretende fortalecer a educação previdenciária e financeira, como forma de sensibilizar o público-alvo da importância do seguro previdenciário, seja para o próprio trabalhador como para a sua família e demais dependentes; e aprimorar as informações de registro civil, trabalhistas e previdenciárias, que permita maior direcionamento na formulação de políticas, na inclusão, fidelização e expansão da cobertura previdenciária.

No que tange ao Objetivo da qualidade dos serviços previdenciários continua o investimento na melhoria da gestão dos processos internos bem como a adequação das agências de atendimento a padrões de acessibilidade e conforto de forma a facilitar ainda mais o acesso do cidadão aos benefícios previdenciários.

Os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que asseguraram a proteção previdenciária dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluem mais de 9 milhões de pessoas no sistema previdenciário brasileiro. O Objetivo referente à sustentabilidade dos regimes previdenciários continuará promovendo medidas de fiscalização e auditoria com intuito de equacionar os déficits financeiro e atuarial e garantir o ingresso dos recursos nas contas dos fundos previdenciários, possibilitando a sua aplicação no mercado financeiro, segundo regras estabelecidas em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, permitindo a formação de reservas destinadas ao pagamento dos benefícios previdenciários de responsabilidade do RPPS.

O Regime de Previdência Complementar – RPC é composto pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC que além de serem importante mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo, ampliando a capacidade de investimento do país e contribuindo para o crescimento econômico, protegem mais de 7 milhões de brasileiros, entre participantes, assistidos e beneficiários. No que cabe à previdência complementar, o Objetivo da sustentabilidade dos regimes previdenciários terá como prioridade o desenvolvimento de ações de fortalecimento da supervisão baseada em riscos com alcance da efetividade; de aprimoramento dos controles internos administrativos e das atividades de inteligência; de gerenciamento de riscos corporativos; e de fortalecimento da segurança institucional.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Previdência Social

- Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.
- Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.
- Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

A Promoção da Igualdade Racial como política de governo e de Estado faz parte do processo histórico de aprimoramento da democracia no Brasil. Vários atores sociais e políticos têm sido responsáveis pelas lutas sociais, por uma sociedade e Estado mais democráticos para todos, considerando a complexa trama entre desigualdades e diversidade. A partir de 2003, o Brasil passa a ser liderado por um governo democrático e popular, comprometido com as lutas históricas dos movimentos sociais e o combate à pobreza. É nesse momento que é criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de implementar a promoção da igualdade racial como política transversal e intersetorial do governo federal.

Ainda em 2003, uma antiga demanda do movimento negro é finalmente contemplada e torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, conforme a Lei nº 10.639. Desde então, várias universidades públicas passam a adotar ações afirmativas como forma de ingresso, com destaque para as cotas raciais.

Apesar dos inegáveis avanços dos últimos anos nas políticas públicas e nas ações afirmativas de promoção da igualdade racial, a questão da reversão das representações negativas da pessoa negra constitui um desafio fundamental. Os negros continuam sendo as maiores vítimas de homicídios no país. Segundo o Mapa da Violência 2014, os negros continuam sendo as maiores vítimas de homicídios no país, chegando a 73% do total de 56,3 mil homicídios ocorridos em 2012. Deste total, 53,4% são jovens negros do sexo masculino entre 15 e 29 anos. No período de 2002 a 2012, os dados mostram uma 'crescente seletividade social', tendo sido vítimas desse tipo de morte 41,1 mil negros, um crescimento de 38,7%, contra 14,9 mil brancos, queda de 24,8%.

No contexto do processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial e de superação do racismo, o quadriênio de vigência do PPA 2016-2019 coincide com dois momentos fundamentais das políticas de promoção da igualdade racial no plano internacional: i) a "Década Internacional dos Afrodescendentes" instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 2015 a 2024, com Programa de Atividade adotado pela Assembleia Geral da ONU; e ii) a "Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos", de 2014 a 2023, no âmbito da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A instituição da Década dos Afrodescendentes nesses dois órgãos oferece uma oportunidade singular para a implementação e o fortalecimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nesta temática e são contempladas nesse Programa Temático por meio de um objetivo específico de atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

A Promoção da Igualdade Racial passou por vários estágios ao longo das últimas três décadas e sua institucionalização se solidifica com a criação, em 2013, do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, que abre caminho para o estágio que se busca construir: a transição

da promoção da igualdade racial e de superação do racismo de política de governo para política de Estado, no âmbito da União, Estados e municípios, e a concretização de parcerias com os demais poderes e a iniciativa privada na busca desse objetivo.

No PPA 2016-2019, o Programa de Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo está relacionado às Diretrizes Estratégicas:

- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

Seus objetivos buscam promover ações afirmativas e políticas de enfrentamento ao racismo, reverter as representações culturais negativas da pessoa negra, incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, enfrentar o racismo e reduzir mortes violentas de jovens e mulheres negras, além de promover ações de efetivação de direitos dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de povos ciganos e a regularização fundiária de territórios quilombolas.

Nos processos sociais de discriminação, as clivagens de raça e gênero se entrecruzam recorrentemente e formam dimensões estruturantes da realidade brasileira. Como as mulheres negras constituem o extrato mais vulnerável da população brasileira, pela naturalização das violências de raça e gênero a que são submetidas, as ações de empoderamento da mulher negra e de suas organizações e o incentivo à sua participação nas instâncias decisórias e de controle social são fundamentais para auxiliar na reversão desse quadro de fragilidade que as acomete.

As taxas de homicídio da população negra não podem ser desvinculadas do passado colonial escravagista. Como marca estruturante, o racismo se manifesta pela permanência da estigmatização do fenótipo e consequente desumanização da população negra, resultando na sua descartabilidade. Os altos índices de homicídios da juventude negra são a expressão mais dura deste processo. A título de medidas institucionais para a redução dos homicídios da população negra, soma-se a este Programa o de Promoção dos Direitos da Juventude, no âmbito do Plano Juventude Viva, além do Programa de Justiça, Cidadania e Segurança Pública, que conta com meta focada na redução de homicídios de populações vulneráveis.

As ações afirmativas buscam enfrentar formas indiretas de discriminação, que acabam por resultar na exclusão dos indivíduos com base no critério racial de determinados espaços da vida social. Nessa perspectiva, duas ações merecem destaque: as cotas raciais nas universidades públicas e a reserva de vagas no serviço público. Estes mecanismos pretendem promover o acesso a espaços marcadamente ocupados pela população branca, apesar dos critérios pessoais de acesso consubstanciados pelo vestibular e pelos concursos. Existem metas

específicas para monitorar tais iniciativas, de forma a obter-se, tempestivamente, subsídios para eventuais alterações e correções de rumo, aumentando a efetividade destes mecanismos.

O Programa trata, também, da efetivação de direitos e acesso a políticas públicas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos ciganos. As Comunidades Quilombolas são conceituadas como grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Nesse sentido, sua identidade étnica as distingue do restante da sociedade, mas é importante explicitar que a mesma se define a partir de um processo de autoidentificação bastante dinâmico e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como a cor da pele.

Em relação ao reconhecimento das comunidades quilombolas, cabe à Fundação Cultural Palmares sua certificação como "Território Cultural Afro-Brasileiro" e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a regularização fundiária do território até que seja titulado como propriedade coletiva da comunidade.

Ainda na temática quilombola, a Agenda Social Quilombola se estabelece garantindo a transversalidade das ações, merecendo destaque as ações relativas à capacitação de agentes e fornecimento de assistência técnica e extensão rural, estimulando a comercialização da produção por meio do cooperativismo e associativismo. Na mesma perspectiva, existem Metas para fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária nas comunidades quilombolas. Na questão da saúde, estão previstas capacitações de parteiras de comunidades quilombolas e seminários envolvendo gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.

Já os povos tradicionais de matriz africana, aos quais se associam os locais de tributo às religiões de matriz africana, também conhecidas por Comunidades de Terreiro, são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos transladados durante o sistema escravista, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade. Assim, busca-se a ampliação do acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às políticas públicas na perspectiva da proteção e garantia de direitos, territorialidade e cultura, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Os povos ciganos, por sua vez, se organizam segundo pertencimento étnico. Os dados oficiais sobre os povos ciganos ainda são muito incipientes, mas há alguns registros da presença de comunidades ciganas nômades e não-nômades em praticamente todo o território nacional. Uma das metas propostas é a instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Ciganos, respeitando suas características socioculturais e formas de representação, assim como o fortalecimento da participação e o controle social dos povos ciganos nas políticas públicas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

- Promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras.
- Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.
- Promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros.
- Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola.
- Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana.
- Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.
- Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos ciganos.
- Fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.
- Consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

Promoção dos Direitos da Juventude

O reconhecimento da juventude como um público para o qual as políticas públicas têm dado crescente atenção decorre de seu entendimento não apenas como uma fase de transição ou de formação do indivíduo, mas uma etapa completa de seu ciclo de vida. É na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção na vida social, superando a sua condição anterior de dependência e proteção, exigida pela infância e adolescência.

No contexto de reconhecimento de direitos da juventude e de elaboração de políticas que contribuem para sua promoção e garantia, foi aprovado em 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estabelece aspectos institucionais da política nacional de juventude, como os Conselhos de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, e reconhece e visa garantir a essa população uma série de direitos, que vão desde o acesso à segurança e à justiça e demais direitos sociais, como

saúde, educação e trabalho, passando por direitos difusos, como o direito à cultura, à diversidade e à igualdade e à participação social, reconhecendo as especificidades da juventude.

Atualmente, o Brasil tem população de aproximadamente 50 milhões de jovens – pouco mais de 25% da população total do país. Essa “onda jovem” se traduz em um fenômeno igualmente importante denominado “bônus demográfico”, no qual o peso da população economicamente ativa supera o da população dependente, crianças e idosos. A otimização desse bônus, ativo importante no desenvolvimento do país, todavia, depende de que a população jovem alcance seu pleno desenvolvimento cidadão, o que é condicionado em grande medida pela promoção e pelo acesso da juventude aos seus direitos.

O reconhecimento de que as políticas públicas devem incidir sobre ela, o PPA 2016-2019 apresenta o Programa Temático Promoção dos Direitos da Juventude, no escopo da Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

No contexto apresentado, o Programa Promoção dos Direitos da Juventude, busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens trajetórias de emancipação ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país. Seus Objetivos, Metas e Iniciativas envolvem distintas abordagens (como territorialidade, federalismo, regionalidade) e consideram a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais – o que demonstra o caráter intersetorial e transversal da política de juventude.

Um dos Objetivos, de caráter central ao Programa Temático, trata da coordenação e consolidação da Política Nacional de Juventude, sendo que suas principais metas apontam para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. A partir destes instrumentos, pretende-se promover maior interação tanto com outras políticas, fomentando a transversalidade da temática, quanto com entes subnacionais, garantindo atenção às prerrogativas do pacto federativo e fomentando a descentralização das políticas de promoção dos direitos da juventude.

Um grande desafio tratado no Programa refere-se à questão das desigualdades de raça/cor no segmento juvenil que se expressam na vitimização pela violência e criminalidade. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde - SIM/SUS, divulgados no Mapa da Violência 2014, revelam que em 2012 os jovens negros foram as maiores vítimas da violência: quando analisadas exclusivamente as mortes por homicídio, a taxa encontrada para os jovens brancos do sexo masculino é de 29,9 por 100 mil habitantes, ao passo que para

os jovens negros essa taxa é de 82,3 para cada 100 mil. Assim, há um objetivo de promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.

Os outros objetivos e suas metas apontam para políticas públicas mais específicas, que refletem diversos eixos de direitos presentes no Estatuto da Juventude. Na temática de trabalho e qualificação profissional, merecem destaque as ações para articular o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional. Ainda na questão do trabalho, são relevantes as ações para fomentar empreendimentos econômicos solidários. Na questão da sustentabilidade e do meio ambiente, é de fundamental importância a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Existe ainda um Objetivo específico voltado para fomentar o direito à participação social e representação juvenil. Com isso, pretende-se a ampliação da interlocução com os movimentos, entidades e redes juvenis, por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Além disso, existe a previsão de instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva deste público.

A execução do Programa Temático de Promoção dos Direitos da Juventude facilitará a efetivação dessas políticas com organizações parceiras e entes políticos, ampliando e qualificando os programas e ações e, sobretudo, colaborando no fortalecimento da participação das juventudes na construção e implementação das políticas públicas para o seu benefício e desenvolvimento.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção dos Direitos da Juventude

- Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina.
- Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária.
- Promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.
- Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.
- Promover e integrar ações que contribuam para a efetivação do direito da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente.
- Fomentar o direito à participação social e política e à representação juvenil.
- Promover o acesso da juventude a ações da assistência social, inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.
- Promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de

vida dos jovens.

Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

O trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por trabalho decente aquele que é adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

No Brasil, o art. 6º da Constituição Federal estabelece que o trabalho é um direito social assegurado a todo cidadão, sendo que seu exercício está ligado diretamente a outros direitos fundamentais para o exercício da cidadania, presentes também no art. 7º, tais como o direito à remuneração justa, a um salário mínimo digno, a condições igualitárias de trabalho, à aposentadoria e à proteção contra o desemprego. Na legislação infraconstitucional, as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-lei nº 5.452/43, asseguram a proteção ao trabalhador relativa à contratação, à remuneração e à demissão, instituindo também direitos formais, que proporcionaram garantias consubstanciadas em organizações como os sindicatos, os órgãos da inspeção e justiça laboral.

Outro importante marco legal para a construção de um sistema público de emprego, trabalho e renda é o Decreto nº 76.403/75 que criou o Sistema Nacional de Emprego - SINE, que oferece informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego e presta informações sobre disponibilidade de mão de obra ao empregador. Ainda, outros dois importantes instrumentos para o desenvolvimento da política são a Lei nº 7.998/90 que instituiu o Seguro-Desemprego, financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e a Lei nº 8.019/90 que criou os programas de crédito e geração de emprego e renda.

Desde 2003, o crescimento econômico, aliado às políticas de valorização real do salário mínimo e à execução de programas de investimento em infraestrutura e habitação, possibilitou a ampliação do número de ocupados, sobretudo de empregados com carteira de trabalho assinada. De acordo com dados da PNAD - Contínua, no 1º trimestre de 2015, a população ocupada foi estimada em 56,2% da população do país, ou seja, 92 milhões de pessoas com ocupação. Além disso, entre janeiro de 2003 a dezembro de 2014, a taxa de desocupação da população brasileira reduziu de 11,2% para 5,3%, mostrando que o desempenho do mercado de trabalho brasileiro manteve-se à margem da crise econômica que atingiu a maioria das economias do mundo em 2008.

Cabe destaque para a valorização do salário mínimo, que passou de R\$ 435,70, em 2003, para R\$ 788,00, em 2015, o que representa aumento superior a 80%. Esta elevação contínua do valor do salário mínimo tem contribuído para melhores rendimentos da força de trabalho, incidindo particularmente nas faixas de menor renda e, conseqüentemente, contribuindo para a redução da desigualdade social.

O Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária irá contribuir com a manutenção deste ciclo virtuoso de geração de emprego, com distribuição de renda e com a redução da pobreza. O Programa é organizado em quatro temas estruturantes: a Política Pública de Emprego; a inclusão produtiva e geração de trabalho e renda; o direito ao emprego e ao trabalho decente; e a promoção da economia solidária. Ele é composto por 4 Objetivos, sendo um para cada tema estruturante, 22 Metas e 39 Iniciativas.

No PPA 2016-2019, a agenda proposta por este Programa Temático se norteia pelas Diretrizes Estratégicas:

- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.

No Objetivo que compõe a Política Pública de Emprego, um dos principais desafios está no âmbito da Política do Seguro-Desemprego, que se fundamenta no tripé das ações de intermediação de emprego, qualificação profissional e habilitação ao benefício do seguro-desemprego. Em 2014, os recursos despendidos com a concessão do benefício do seguro-desemprego chegaram a R\$ 34 bilhões, beneficiando cerca de 9 milhões de trabalhadores.

Com relação à intermediação, pretende-se fortalecer a integração das ações de intermediação de mão de obra via SINE a com qualificação, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Em 2014, foram realizados 616,9 mil encaminhamentos de beneficiários do seguro-desemprego a vagas ofertadas pelas empresas, os quais resultaram em 88,3 mil recolocações no mercado de trabalho. Uma importante ferramenta para a intermediação de mão de obra é a consolidação do Portal Mais Emprego (maisemprego.mte.gov.br). Criado em 2014, possibilita a integração do atendimento ao trabalhador em toda a rede de atendimento do SINE, nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, agências regionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), agências integrantes do SINE ou agências da Caixa Econômica Federal autorizadas.

Quanto à qualificação social e profissional do trabalhador, pretende-se reduzir o descompasso observado entre o perfil da oferta de mão de obra (trabalhadores) e a demanda por mão de obra qualificada (empregadores), ampliando a produtividade do trabalhador e reduzindo a rotatividade no emprego. Em 2014, a capacitação de beneficiários do seguro-desemprego registrou 119,8 mil pré-matrículas e 83,4 mil matrículas.

No Objetivo de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, destacam-se as ações de fomento à atividade produtiva por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, que utiliza recursos do FAT, e pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

- PNMPO. O PROGER facilita o acesso ao crédito aos setores mais intensivos em mão de obra, oferecendo linhas de financiamento com encargos financeiros reduzidos e prazos compatíveis. O PNMPO impulsiona a concessão de crédito para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

No que tange ao Objetivo do direito ao emprego e ao trabalho decente, o desafio fundamental refere-se às formas de contratação e às condições em que o trabalho é exercido. Apesar dos avanços na erradicação do trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil e nas políticas que garantem a saúde e segurança no trabalho, o país ainda convive com altos índices de violação aos direitos humanos, acidentes e doenças do trabalho, situações de precarização do trabalho e do emprego, dificuldade de inserção de pessoas com deficiência e aprendizes no mercado de trabalho, informalidade e desrespeito a direitos básicos.

Entre 2003 e abril de 2015, as ações de erradicação do trabalho infantil, afastaram mais de 90 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho. No mesmo período, foram resgatados mais de 40 mil trabalhadores em situação de trabalho escravo, com o pagamento de R\$ 85,5 milhões em indenizações. Outro desafio importante relacionado ao Objetivo do direito ao emprego e ao trabalho decente é o fortalecimento das relações de trabalho, sendo necessária uma legislação trabalhista moderna, que amplie direitos e fortaleça o diálogo democrático. Assim, é central a este Objetivo a atualização da legislação trabalhista, de modo a torná-la mais compatível com as exigências do desenvolvimento e a realidade do mundo do trabalho, e ainda, a modernização das instituições públicas encarregadas da regulação do trabalho e a regularização da representação sindical.

No PPA 2016-2019, o Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária incluiu Objetivo de promoção da economia solidária, uma vez que o intenso crescimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, nos últimos anos, exige respostas adequadas às necessidades que os trabalhadores da economia solidária se deparam no seu cotidiano. Nesse sentido, este Objetivo atuará, principalmente, no fomento aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; no fortalecimento do acesso aos canais e mecanismos de finanças solidárias; e na estruturação dos processos de comercialização e consumo dos produtos e serviços da economia solidária.

O fomento aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação deve ocorrer por ações de incubação e de assessoria técnica sistemática no interior das unidades de produção de bens e serviços, incluindo o suporte para a formalização, o desenvolvimento de modelos e planos estratégicos de gestão e a elaboração de planos de negócios e de viabilidade das iniciativas econômicas. O acesso ao financiamento para a produção e serviços (capital de giro) se dá por meio das instituições financeiras públicas, cooperativas de crédito, bancos do povo e outras organizações de microcrédito solidário de base territorial. Para enfrentar o gargalo

da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, devem ser implantadas estratégias voltadas à oferta de serviço de apoio, espaços fixos de comercialização solidária dotados de infraestrutura e de ampliação das possibilidades de fornecimento de produtos e serviços nas compras governamentais.

Cabe destacar, também, que, mesmo tendo sido reconhecidos avanços nos marcos legais, como os decretos que criaram o Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Cooperativas Populares (Decreto nº 7.357/2010), o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (Decreto nº 7.358/2010) e o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (Decreto nº 8.163/2013), é necessário promover a articulação institucional para constituição de um marco legal que possibilite a formalização dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES).

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

- Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.
- Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado.
- Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador.
- Promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e a instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência representam uma parcela significativa dos brasileiros, alcançando quase um quarto da população. São assim consideradas aquelas pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. A deficiência possui múltiplas dimensões, abrangendo pessoas de diferentes gerações, etnias, gêneros, situações sociais, regiões e religiões.

Recentemente, foi sancionada a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, que constitui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual, em conjunto com a necessidade de cumprimento, pelo Brasil, das obrigações internacionais perante a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, compõe o marco legal para essa população.

As políticas recentes nessa área tiveram bons resultados, principalmente na implementação, monitoramento e acompanhamento das ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite (PVSL), abordando os eixos de Acesso à Educação, Atenção à Saúde, Inclusão Social e Acessibilidade, além de outras ações governamentais relacionadas ao tema. O Viver sem Limite foi concebido como uma atuação intersetorial e integrada de diversos ministérios e composto por uma série de ações, que foram destacadas para constituir não uma política assistencialista, mas de promoção de direitos das pessoas com deficiência. Além da importante inserção do tema na pauta política do país, teve também como consequência o empoderamento dessas pessoas, mediante a conscientização da sociedade civil sobre os seus direitos.

O formato adotado no monitoramento das ações do PVSL, caracterizado pela interlocução dos agentes públicos com informação atualizada e busca conjunta de superação de obstáculos, foi certamente um dos fatores de sucesso do Plano, além da sinergia resultante da combinação das ações que abordavam quatro frentes fundamentais de enfrentamento dos problemas desse público: acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade. Apesar de ter sido concluído no final de 2014, encontra-se em elaboração a segunda edição do Plano Viver sem Limite, para continuidade e aperfeiçoamento ao processo iniciado, além de orientar os órgãos setoriais nas definições dos objetivos, metas e iniciativas na elaboração do PPA 2016/2019.

O Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência, está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

O eixo principal deste Programa é a criação de um modelo conceitual único a ser adotado nos instrumentos de classificação, valoração e certificação do Estado para a promoção da eficiência e da harmonia na avaliação das deficiências, mecanismo legal necessário em diversas políticas públicas. Também busca a melhoria do acesso a bens e serviços públicos, o fomento à participação social, por meio do fortalecimento dos conselhos de direitos, e a promoção do exercício equitativo.

O Programa é composto por 2 objetivos, 15 metas e 23 iniciativas, como parte do esforço de elaboração de um plano plurianual mais estratégico e focado em ações mais estruturantes. O primeiro objetivo trata de direitos mais amplos e é focado na efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e na busca da igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança. As metas e iniciativas que o compõem buscam a continuidade das ações de inclusão social voltadas para o acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e à cultura, tais como a implantação do Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências; a promoção de

ações para ampliar a proporção de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior; e a estruturação de cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia.

O segundo objetivo é voltado para a promoção da acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade. Trata da questão da acessibilidade, também em seu sentido amplo. Nele estão previstas ações para remoção de barreiras físicas e comunicacionais, promoção da acessibilidade para locais de uso público e formação e disseminação das informações em nível curricular e formativo, tais como a adequação dos sistemas metroferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb) à Acessibilidade Universal; e a ampliação da acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras.

O Programa conta, ainda, com iniciativas voltadas para públicos específicos, cujas identidades se entrecruzam com as questões da deficiência e obstaculizam ainda mais a vida destes indivíduos. Estas iniciativas versam sobre a questão das pessoas com deficiência, mas buscam incorporar a perspectiva de gênero, étnico-racial, geracional, de minorias raciais e religiosas.

Também integram o Programa ações visando a cooperação internacional e o compartilhamento de boas práticas com outros países, além de iniciativa específica para o fomento da participação social, buscando o fortalecimento da Rede de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e a conscientização sobre a contribuição das pessoas com deficiência para toda a sociedade, bem como para o aprimoramento da legislação a seu respeito.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

- Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança.
- Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade.

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

No âmbito dos Direitos Humanos, o Brasil se rege pelo Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH - 3 (instituído pelo Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009), que traduz sua amplitude em sua apresentação: “verdadeiro roteiro para seguirmos consolidando os alicerces desse edifício democrático: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza”.

A defesa e promoção dos direitos humanos englobam praticamente todas as ações do governo. As ações de promoção e defesa de alguns desses direitos, consideram as diversidades que compõem individualmente cada sujeito de direitos e cada coletivo no qual se inserem na sociedade. O Brasil tem intensificado seus esforços evidenciando a importância destes direitos desde a Constituição Federal de 1988 e pelos diversos tratados internacionais ratificados e leis promulgadas, como os estatutos. Não obstante os avanços no plano normativo, a total afirmação dos direitos humanos ainda carece de efetivação prática no território brasileiro.

O Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

Um dos Objetivos deste Programa é a promoção da fruição dos direitos, com o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, a partir da atuação interfederativa e interinstitucional. Nessa perspectiva, suas metas principais tratam dos aspectos mais importantes de acesso, como por exemplo, ao Registro de Nascimento. A universalização do registro civil de nascimento em todas as faixas etárias ainda é um desafio merecedor de ações específicas, entre elas o devido acompanhamento e apoio à implantação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Decreto 8.270/14).

No que tange à liberdade religiosa como direito fundamental, o Brasil ainda busca fortalecer mecanismos de promoção e proteção. A meta para os próximos anos é a elaboração de um Plano Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa com participação social. Para tanto, uma das iniciativas centrais será o incentivo e o apoio à criação de comitês de respeito à diversidade religiosa em nível estadual, municipal e distrital.

A saúde mental, vista da perspectiva dos direitos humanos, também exige dedicação por parte dos atores públicos e privados. A política de saúde mental assumida pelo Estado brasileiro inclui a atenção prioritária em dispositivos de base comunitária, a redução progressiva dos leitos de internação, a extinção dos asilares e a reorientação da atenção à pessoa com transtorno mental criminalizada, buscando-se dispensar os cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial adequados e desenvolver a autonomia dos indivíduos, favorecendo sua inclusão e proteção social.

Na perspectiva de sensibilização dos atores sociais, a educação em direitos humanos, compreendida como um processo sistemático e multidimensional, orienta a formação do sujeito de direitos e por isso está no escopo de todas as frentes de atuação da promoção dos direitos humanos. Foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que regulamentam a inserção dos conhecimentos concernentes ao tema na organização dos

currículos da Educação Básica e da Educação Superior. A valorização das boas práticas em direitos humanos também é parte do processo de afirmação da cultura de respeito a esses valores. O Prêmio Direitos Humanos é concedido anualmente como honraria a pessoas e organizações cujos trabalhos nessa área sejam merecedores de reconhecimento e destaque por toda a sociedade.

No que se refere à pessoa idosa, deve-se considerar que, concomitante a uma expressiva mudança no perfil demográfico, o Brasil protagonizou uma profunda mudança de paradigma em diversas políticas e introduziu marcos legais que possibilitaram avançar na promoção e na garantia dos direitos individuais e coletivos da população idosa. É extremamente relevante a busca da ampliação e qualificação, nos 3 níveis federativos, de políticas, programas e serviços para essa população, nas áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer e trabalho e renda.

No contexto de populações especialmente vulneráveis encontram-se, entre outras, a de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Estão previstas ações que procuram garantir a essa população o pleno exercício de seus direitos humanos, especialmente através do combate à homofobia. A partir do fortalecimento institucional do Sistema Nacional LGBT, busca-se o levantamento de informações para diagnóstico da situação e do perfil socioeconômico desta população, considerando também o recorte étnico-racial. Além disso, existe Iniciativa para a implantação de Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT nas 5 regiões do país com priorização para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Quanto à população em situação de rua, o governo brasileiro tem empreendido esforços para a promoção e defesa dos seus direitos, tendo instituído, desde 2009, a Política Nacional para População em Situação de Rua e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política. A partir dessas ações incluiu-se, por exemplo, a População em Situação de Rua no Cadastro Único em 2010, facilitou-se seu acesso a serviços de saúde mesmo sem comprovante de residência, possibilitou-se a sua priorização no Programa Minha Casa, Minha Vida e regulamentou-se o funcionamento dos Consultórios na Rua, dentre outras conquistas. Busca-se atualmente, o conhecimento do perfil dessa população para maior efetividade das ações, além dos atendimentos assistenciais básicos.

Outro Objetivo do Programa relaciona-se à proteção da vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados, além da prevenção e combate à tortura e ao trabalho escravo; O enfrentamento ao trabalho escravo é prioridade para a defesa de Direitos Humanos, e as ações visam a superação, prevenção e inserção social dos trabalhadores vitimados, tendo em vista que pobreza e vulnerabilidade são o denominador comum das práticas de escravidão no trabalho. Uma das Metas deste Objetivo busca garantir o fortalecimento da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), além de promover a articulação federativa visando a criação de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs) nos 26 Estados e no Distrito Federal.

No que tange à erradicação da tortura, as ações de prevenção e combate devem ser articuladas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como com a sociedade civil. Desde 2006 foi proposto o Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura – PAIPCT, que tem orientado suas ações no âmbito da União e das unidades federativas. As ações atuais permanecem no aperfeiçoamento e efetividade do combate à tortura em todas as instituições de internação compulsória.

O governo brasileiro dá continuidade a seus esforços de garantia do direito à memória e à verdade e de reparação por violações de direitos humanos ocorridos no período da ditadura militar. Os desafios atuais se concentram na promoção desse direito de forma permanente, e incluem projetos e ações que visem ao cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade e a implementação de órgão de seguimento dessa comissão, encarregado de coordenar, induzir e implementar políticas de justiça de transição, com garantia de seu pleno funcionamento.

É preciso salientar que tratar dos direitos humanos, independente de temática ou público, representa também cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida. Neste sentido os programas de proteção possuem grande importância no desenvolvimento das políticas públicas e estratégias do governo para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Por fim, existe um Objetivo visando a promoção e o fortalecimento dos canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, na perspectiva da garantia de direitos.

Entre as atribuições da SDH/PR está a de receber e encaminhar informações e denúncias de violações de direitos. Nesse contexto, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos atua como canal de diálogo da sociedade com este órgão ministerial por meio do Disque Direitos Humanos – Disque 100, e do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos – #HumanizaRedes, a Ouvidoria Online e o Clique 100, canais disponibilizados para recebimento de denúncia em ambiente web.

Cabe, ainda, destacar os programas de proteção, que visam cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida; e, na área de segurança pública, a construção de uma cultura de respeito a direitos e a articulação e elaboração de diretrizes para a valorização do trabalho dos profissionais da área. Nessa perspectiva, existe uma Meta visando a implementação de sistema em nível nacional para acompanhamento de denúncias e demandas recebidas pelas Ouvidorias de Segurança Pública e Defesa Social dos Estados, aumentando o protagonismo do governo federal no enfrentamento das violações de direitos humanos em todo o país.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

- Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional.
- Proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo.
- Promover e fortalecer canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, buscando a garantia de direitos.

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

A proteção integral de crianças e adolescentes, que inclui a atenção para o seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural, é responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, que devem zelar por sua proteção e defesa e pela promoção de seus direitos, colocando-as a salvo de ameaças e violações de quaisquer tipos, garantindo ainda a devida averiguação e reparação decorrente de violações.

É nesse sentido que se orienta a política nacional da criança e do adolescente, que se baseia no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desses instrumentos e em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada no âmbito das Nações Unidas em 1989, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos (e não mais como meros objetos de intervenção), respeitadas sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a prevalência de seu interesse superior, a indivisibilidade de seus direitos e sua prioridade absoluta nas políticas públicas.

Nos últimos anos, grandes conquistas foram alcançadas na garantia de direitos de crianças e adolescentes, em especial por meio da aprovação de novos e importantes marcos legais. Nesse aspecto, destacam-se: a lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo; a lei nº 13.010/2014, que estabeleceu o direito da criança e do adolescente serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante; e a lei nº 12.978/2014, que tornou hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável.

Também foram estabelecidos, desde a instituição do Estatuto, diversos instrumentos para nortear as prioridades das políticas e ações de promoção e proteção dos direitos de crianças

e adolescentes. Merece especial atenção a criação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente (2011) e a instituição de diversos Planos Temáticos, como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2000) com atualização em 2013; o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) atualizado em 2011; o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); o Plano Nacional de Primeira Infância (2010); e o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013).

Mesmo com tantos avanços na normatização da garantia de direitos e na própria política de proteção a crianças e adolescentes ainda há muito a se fazer. Em 2012, segundo dados do IBGE, o Brasil contava com cerca de 55,5 milhões de crianças e adolescentes, pessoas com idade entre 0 a 17 anos, representando 28% da população. Nessa população a pobreza diminuiu bastante nos últimos anos, mas ainda existem cerca de 3,4 milhões pessoas vivendo em domicílios cuja renda per capita mensal vai até R\$70,00 (valores de setembro de 2013).

Nesse universo, um número expressivo ainda é vítima de violações aos seus direitos humanos, o que limita, quando não impossibilita, o efetivo exercício das garantias fundamentais de respeito à sua dignidade e integridade física e psíquica. São exemplos disso o trabalho infantil, a violência letal, a criminalização da adolescência pobre, a violência sexual e as violações do direito à convivência familiar e comunitária, entre outros. Segundo dados da Pnad, em 2013, ainda existiam 7,1% de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade trabalhando.

Assim, a consolidação e aprimoramento da Política Nacional de direitos da criança e do adolescente é um objetivo primordial para o avanço na garantia de direitos. É necessário que a política ganhe organicidade, por meio da integração de seus atores, métodos, formações, instâncias e instrumentos. É nesse sentido que o Programa Temático Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes insere-se no PPA 2016-2019, na Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

O Programa Temático apresenta dois objetivos. O primeiro, de caráter mais institucional, trata da coordenação e da consolidação da Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, e aborda a estruturação, formação e integração do Sistema de Garantia de Direitos, com sua devida institucionalização, incluindo-se nesses esforços a Agenda de Convergência Proteja Brasil e o fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. O Programa Temático considera, portanto, fundamental o estabelecimento e a consolidação de instâncias que permitam a integração intersetorial, interinstitucional e interfederativa para a efetividade da política, sempre contando com a garantia da participação social.

Instrumentos importantes desta política foram implementados e estão em fase de aprimoramento e repactuação, a exemplo da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem como foco a atuação conjunta, articulada, contínua e permanente das políticas públicas para o enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, existem iniciativas que buscam incentivar a participação social no âmbito do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, principalmente na promoção da participação cidadã de crianças e adolescentes nas instâncias de formulação e deliberação das políticas voltadas para os seus direitos.

O segundo objetivo do Programa Temático trata da implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, com recortes adequados ao alcance de suas especificidades. O objetivo apresenta uma Meta voltada para o aperfeiçoamento e implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, a partir das metas do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo e da avaliação das ações intersetoriais e articulações com os demais atores do SINASE. Existe ainda uma Meta para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, a partir da coordenação das ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas, além de uma Meta para o enfrentamento da violência letal e para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares. Por fim, o objetivo apresenta uma Meta voltada para a integração e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Em conjunto com os marcos legais que sustentam a política e as estratégias e instrumentos disponíveis ou em construção para sua implementação, esses esforços e ações contribuirão para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, consolidando a perspectiva de sujeitos de direitos e garantindo a integralidade do atendimento de suas demandas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.
- Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os povos indígenas, que já ocupavam o vasto território nacional antes do início do processo de colonização. Seus direitos encontram-se consagrados na legislação vigente e é papel do Estado brasileiro garantir sua proteção e promoção, afirmando a pluralidade étnica e assegurando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a promoção do bem de todos, sem preconceitos, conforme preconiza nossa Constituição Federal. Essa política está alinhada à Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

A população indígena brasileira, segundo resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, era de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 viviam na zona rural e 315.180 habitavam as zonas urbanas. Estima-se a existência de aproximadamente 305 etnias indígenas no Brasil, falando cerca de 274 línguas. Além disso, estão registradas 26 referências confirmadas de povos e grupos indígenas isolados e 25 referências em estudo com vistas à confirmação, constituindo-se na maior concentração conhecida no mundo de povos indígenas isolados em um mesmo país.

Um dos maiores desafios da política indigenista é a promoção da gestão territorial e ambiental das terras. Nas últimas décadas, as terras indígenas vêm sofrendo mudanças provocadas pela transformação produtiva e expansão das fronteiras econômicas, principalmente do agronegócio, impondo riscos de conflito fundiário e degradação ambiental de suas terras, dificuldades para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a preservação das culturas indígenas, impactos sobre a autonomia das comunidades, suas estratégias de autossustentação, conservação e usufruto dos recursos naturais de seus territórios. Atualmente existem 471 terras indígenas regularizadas, sendo 434 tradicionalmente ocupadas e 37 reservas indígenas, que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Sublinhe-se que aproximadamente 8% das 434 terras indígenas tradicionalmente ocupadas regularizadas, inclusive algumas com presença de índios isolados e de recente contato, não se encontram na posse plena das comunidades indígenas, o que também impõe desafios a diversos órgãos do governo federal para a efetivação dos direitos territoriais indígenas, para que se proteja devidamente esse singular patrimônio do Brasil e da humanidade.

Para lidar com esse desafio, foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI (Decreto nº 7747, de 5 de junho de 2012), preconizando um sistema articulado de monitoramento territorial e ambiental para garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. Essa estratégia está expressa nos Objetivos do Programa de "Promover a gestão

territorial e ambiental das terras indígenas” e de “Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial” que, entre outros, apresentam compromissos relacionados à:

1. Meta de demarcação física e georreferenciamento de 30 terras indígenas.
2. Realização dos estudos de identificação para a delimitação das terras indígenas situadas nas regiões Centro-Sul, Sudeste e Nordeste do país, que em razão da intensa e antiga ocupação não indígena, exigem uma necessária interface com as políticas fundiárias e de ordenamento territorial executadas por outros órgãos públicos federais e estaduais;
3. A consolidação de uma política de fiscalização, monitoramento territorial, combate aos ilícitos ambientais e de extrusão dos ocupantes não indígenas das terras indígenas da Amazônia Legal, em articulação com outros órgãos ambientais e de segurança pública;
4. A elaboração de projetos voltados ao monitoramento espacial e a capacitação de indígenas para a proteção de suas terras; e a proteção dos povos indígenas isolados para garantir sua reprodução física e cultural.

Os indígenas ainda estão entre os segmentos mais vulneráveis da população, considerando-se os indicadores de mortalidade, desnutrição, saúde, escolarização, saneamento, renda, entre outros. No campo da saúde, verifica-se que nas populações indígenas, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) chega a ser cinco vezes maior do que a taxa na população brasileira; a tuberculose e a malária alcançam indicadores muito acima da média nacional e a prevalência de anemia em crianças indígenas de 6 a 59 meses é duas vezes maior do que a população em geral nessa faixa etária, sendo que na região Norte é seis vezes maior. Nesse sentido o programa apresenta um objetivo específico de promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando ações de atenção básica, saneamento básico, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais e provendo ações complementares e especializadas em saúde, com controle social. Na questão nutricional, existe uma Meta prevendo o atendimento de 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados tanto para a segurança alimentar e nutricional quanto para a geração de renda, combinando produção e consumo em bases sustentáveis e de acordo com suas próprias tradições.

Nesse cenário de vulnerabilidade social, também é importante considerar que a promoção dos direitos sociais aos povos indígenas pressupõe o reconhecimento de suas especificidades étnico-culturais. Assim, impõe-se ao Estado a necessidade de capacitação de seus quadros para adequar suas ações de garantia da cidadania, com destaque para educação, segurança alimentar e nutricional, registro civil de nascimento, acesso a benefícios sociais e previdenciários, como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família, aposentadorias, infraestrutura

comunitária, entre outras. Assumindo esse compromisso, foi proposto o Objetivo de “Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas”. Uma Meta fundamental deste Objetivo prevê a promoção e o apoio aos processos educativos próprios dos povos indígenas, buscando o fortalecimento de sua autonomia e a valorização de suas culturas, línguas, identidades étnicas e formas de organização social.

Por fim, o ritmo acelerado dos processos de mudança a que vêm sendo submetidas algumas regiões brasileiras, coloca em risco a salvaguarda de aspectos essenciais que constituem o patrimônio e a identidade singular dos povos indígenas. Segundo estudos especializados, cerca de 30% dos povos indígenas no Brasil terão suas línguas ameaçadas de extinção em curto prazo, colocando em risco a permanência de importantes complexos socioculturais. Dessa forma, também é previsto no programa um objetivo específico de preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas, retratando esforços de regionalização de pesquisas e projetos de documentação voltados para preservar o conhecimento dos povos indígenas e capacitar membros de suas comunidades para assumirem o registro de seus bens culturais materiais e imateriais. Nessa perspectiva, existe uma Meta para o desenvolvimento de 40 projetos com vistas à formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de seus povos, além de Meta para registro, preservação e difusão de 160 mil itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

- Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.
- Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.
- Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.
- Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial.
- Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade.

Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

As ações de governo relacionadas ao uso de álcool e outras drogas devem estar focadas na redução de seu impacto social, priorizando os segmentos mais expostos a suas consequências, seja pela posição em seu ciclo de vida, como as crianças e os adolescentes, seja por encontrarem-se em situação de maior vulnerabilidade social.

Para o Plano Plurianual do período de 2016 a 2019, foram definidos como principais objetivos: prevenir e retardar o uso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens; ofertar cuidado e ações de reinserção social para as pessoas que têm problemas com álcool e outras drogas e apoiar as famílias para lidar com essa temática. A Diretriz Estratégica do PPA vinculada a este tema é:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

Com relação à prevenção, o governo federal está focando suas ações junto às escolas e às famílias, com o intuito de prevenir o uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes e jovens e diminuir as chances de uso problemático na vida adulta. Pesquisa do Ministério da Saúde revela que mais de 66% dos escolares no 9º ano já experimentaram bebida alcoólica alguma vez, e quase 20% já experimentaram cigarro. Outra pesquisa da Fiocruz, de 2013, aponta que de modo geral, o aumento do consumo de substâncias estimulantes, inclusive o álcool, vem sendo observado em todo o mundo quando analisado de forma agregada, ainda que para cada droga específica diferentes padrões de consumo se apresentem dependendo da localidade. No Brasil, especialmente preocupante tornou-se o consumo de crack. Os usuários regulares de crack e/ou de formas similares de cocaína fumada (pasta-base, merla e oxi) somam 370 mil pessoas nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Considerada uma população oculta e de difícil acesso, ela representa 35% do total de consumidores de drogas ilícitas, com exceção da maconha, nesses municípios, estimado em 1 milhão de brasileiros.

Para superação destes desafios, os programas de prevenção serão expandidos e capilarizados por meio das redes e políticas de saúde, educação e assistência social. As estratégias de prevenção também implicam a produção e disseminação de informações de qualidade sobre a temática para a sociedade, e a formação de trabalhadores da rede de atenção às pessoas com problemas com drogas, de modo a produzir um cuidado que contemple as diversas necessidades e direitos dos usuários e suas famílias.

Para aqueles que buscam ajuda junto às redes públicas, é necessário ampliar o acesso, articular e qualificar as redes de cuidado e a reinserção social. Isso implica na expansão e qualificação

dos serviços de saúde, da assistência social e de cuidados complementares, além da adoção de parâmetros de funcionamento e qualidade, para o aprimoramento do serviço público oferecido.

Como a vulnerabilidade social aprofunda as consequências negativas das drogas, o cuidado com as pessoas que tem problemas com drogas impõe a necessidade de forte articulação entre as ofertas de saúde, assistência social, moradia e geração de trabalho e renda. Na Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack, por exemplo, foi apontado esse perfil de vulnerabilidade, estimando-se que os usuários de crack e/ou similares são, majoritariamente, adultos jovens, do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade, e trabalhadores informais. Além disso, uma parcela de cerca de 40% dos usuários se encontrava em situação de rua. Logo, é crucial a estratégia de oferecer as condições para o restabelecimento de projetos de vidas e a reinserção social das pessoas que tem problemas com drogas.

Nesse contexto, uma política efetiva sobre drogas deve ser capaz de ofertar cuidado integral, que atenda à multidimensionalidade do problema. Assim, estão previstas ações para o fomento da articulação intersetorial e gestão transversal da política sobre drogas envolvendo as áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos, dentre outras relacionadas ao tema. Além disso, o aperfeiçoamento do planejamento, monitoramento e avaliação também são essenciais para a construção de uma política sobre drogas cada vez mais eficaz e humana.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

- Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens.
- Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.
- Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas.
- Fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

Reforma Agrária e Governança Fundiária

A questão agrária brasileira remonta ao período da colonização, caracterizando-se por forte concentração fundiária e pela instituição de arranjos precários de posse da terra e relações de trabalho no campo. Essa situação torna-se mais complexa ao incluir questões como a preservação e a democratização do acesso aos recursos naturais e aos direitos fundamentais.

Na última década a atuação do governo federal na reforma agrária ganhou um novo ritmo, iniciado com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que estabeleceu metas de assentamentos, regularização fundiária de imóveis e de territórios quilombolas, desintrusão de não índios, com destaque para a temática ambiental e de igualdade de gênero e raça. No período 2003-2014 essa atuação totalizou, 721.422 famílias assentadas e 51,24 milhões de hectares destinados à reforma agrária, intensificou a regularização fundiária com a criação de um programa específico para a Amazônia Legal que promove a destinação das terras públicas federais, a regularização dos imóveis e a doação de glebas patrimoniais aos municípios de sua área de atuação.

Nos últimos anos foi priorizada a integração de políticas públicas para ampliação do acesso dos assentados a ações que visam à melhoria da qualidade de vida, à produção e geração de renda e ao desenvolvimento rural sustentável. Através de articulações nos diferentes níveis federativos, foram ampliadas e aprimoradas as ações de infraestrutura, produção, regularização fundiária e ambiental, com destaque para a inclusão do público assentado no Programa Minha Casa Minha Vida Rural, a inserção de 50 mil famílias assentadas na rota de inclusão produtiva do Programa Brasil sem Miséria e a cooperação que visa proporcionar segurança hídrica a 30 mil famílias assentadas no semiárido através do Programa Água para Todos.

Em 2013, destacam-se também mudanças realizadas na política de reforma agrária, com o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios para a vistoria, obtenção de terras e assentamento de famílias, tendo como principais diretrizes a integração da seleção de beneficiários com o CadÚnico e a produção do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) do novo assentamento a ser criado, bem como a elaboração de anteprojeto de organização espacial, que identifica as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Avanços também foram logrados na governança fundiária, com a implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) em 2013, que permite a certificação, pela Internet, do perímetro georreferenciado das propriedades rurais, conferindo mais agilidade, transparência e segurança aos processos.

Existem, hoje, no Brasil, 9.153 projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, sob supervisão direta, com 970 mil famílias vivendo e produzindo sobre 88 milhões de hectares, 76% deles no norte do país e grande parte em assentamentos ambientalmente diferenciados.

Neste contexto, a democratização do acesso a terra por meio da reforma agrária, da regularização

fundiária ou do crédito fundiário, continua na agenda, hoje permeada por diretrizes claras de harmonização com o meio ambiente, valorização da igualdade de gênero e raça, e geração de oportunidades.

Dotar estas famílias das condições necessárias para melhorar a sua qualidade de vida, garantir sua inclusão produtiva através do acesso à assistência técnica de qualidade, créditos, políticas de agroindustrialização, comercialização e de seguro agrícola, promovendo a igualdade de gênero são metas essenciais para a reforma agrária e para a governança fundiária.

Na Amazônia, por outro lado, fazer recair o foco das ações da reforma agrária e da governança fundiária na proteção das comunidades tradicionais e extrativistas e compartilhar a agenda ambiental, é essencial para a construção do desenvolvimento ambiental de toda região em bases pacíficas, soberanas e sustentáveis.

Neste contexto a elaboração do Programa Temático Reforma Agrária e Governança Fundiária teve como Diretrizes Estratégicas:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

O Programa contempla dentre seus Objetivos a ampliação da governança sobre a malha fundiária nacional, compreendendo o georreferenciamento, a destinação, a transferência de domínio para estados e municípios com finalidade previamente estabelecida, além da regularização direta das famílias que atendem os critérios previstos na lei 11.952/09 na Amazônia Legal; o apoio aos Estados para a regularização fundiária; a arrecadação de terras devolutas da União; a gestão do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; e a adequação do acervo fundiário aos padrões da Infraestrutura de Dados Espaciais - INDE. Já o Objetivo que visa o assentamento de famílias abrange a obtenção de terras por meio da desapropriação por interesse social e demais formas legais, a seleção das famílias e a criação de projetos de assentamento, utilizando sempre que possível a abordagem territorial, com prioridade para famílias acampadas, garantia de equidade de gênero e promoção do acesso e permanência da juventude no campo. O acesso à terra também será promovido por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

O processo de implantação, qualificação e consolidação dos assentamentos visa dotar as famílias da infraestrutura básica necessária para o seu desenvolvimento, envolvendo a implantação ou recuperação de estradas vicinais, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, articulação com outros programas como Luz Para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural, a concessão das diversas modalidades de crédito, a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, apoio à agroindustrialização através dos programas Terra Sol e Terra Forte, a gestão ambiental e por fim a concessão de documentação da terra às famílias assentadas, a título provisório ou definitivo.

Outro Objetivo visa combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários, por meio de ações principalmente junto às famílias acampadas. Também merece destaque o objetivo que busca proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Reforma Agrária e Governança Fundiária

- Ampliar a governança sobre a malha fundiária nacional, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais.
- Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo.
- Implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero.
- Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.
- Combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários.
- Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Segurança Alimentar e Nutricional

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional – SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No PPA 2016-2019, um conjunto de programas, projetos e ações nessa temática está organizado no Programa Segurança Alimentar e Nutricional, que está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

São inegáveis as conquistas dos últimos anos na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em 2014, estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO revelou que o Brasil saiu pela primeira vez do mapa mundial da fome: o indicador de população em subalimentação (PoU–Prevalence of Undernourishment, na sigla em inglês) caiu para menos de 5%, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é um problema estrutural para o país.

Por trás dos resultados positivos, está a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que ganhou força nos últimos quatro anos. A estruturação do SISAN e de seus componentes (Conferência, Conselho e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) é fundamental para a articulação, efetivação e acompanhamento das políticas de SAN. Tal governança vem sendo replicada pelos estados e, mais recentemente, pelos municípios. No entanto, o Sistema precisa ganhar unicidade, força e ao mesmo tempo capilaridade para dar conta das dimensões continentais do Brasil, bem como das diferenças regionais e especificidades de cada grupo populacional.

Os últimos 3 anos foram marcados por uma nova frente de atuação: a descentralização do SISAN. Todos os estados e o Distrito Federal aderiram ao Sistema, além de 89 municípios. Câmaras Intersetoriais e Conselhos de SAN estaduais e municipais foram criados e Planos de SAN estaduais e municipais, elaborados. O momento atual é de fortalecimento dessas instâncias locais e de estímulo à elaboração de planos e à adesão daqueles municípios que ainda não o fizeram, passos fundamentais para a efetiva implementação do SISAN e para o estabelecimento de condições que possibilitem a pactuação federativa e o controle social das políticas públicas de SAN. Assim, foi estabelecido um Objetivo de consolidação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

Apesar da fome não ser mais considerada um problema estrutural, sabemos que a insegurança alimentar e nutricional ainda persiste em alguns grupos populacionais, e reflete em índices

elevados nos indicadores da saúde e de extrema pobreza. Nesse sentido, a construção e execução de políticas diferenciadas e específicas, com base nos princípios do etnodesenvolvimento, que respeitem as culturas, formas de organização social, especificidades étnicas, raciais e questões de gênero, é o caminho a ser perseguido. É preciso assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento das políticas que ampliam as condições de acesso à alimentação dos que ainda se encontram mais vulneráveis à fome, de forma a também superar a desnutrição nestes grupos, o que justifica o Objetivo de combate à insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais.

Outro Objetivo do programa é a ampliação da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Um dos grandes desafios envolvidos na produção de alimentos no Brasil é ampliação da produção orgânica e de base agroecológica de alimentos, com a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso, conservação e manejo dos recursos genéticos vegetais e animais.

Está em curso um novo paradigma, no qual o uso racional dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade, a soberania e a segurança alimentar e nutricional devem ser centrais. Este processo exige a criação de novos ordenamentos e regulações do Estado, no sentido de regular a atuação dos agentes privados nos mercados de alimentos e estruturar uma rede de bens e serviços para o fomento à produção familiar agroecológica e sustentável. Questões como a redução do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, a concentração fundiária, a violação dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais ao livre uso da agrobiodiversidade devem ser enfrentadas.

Ao encontro deste novo paradigma vão os programas de compras públicas da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O mercado institucional de alimentos, integrado a outras políticas de SAN, interfere de forma positiva no sistema alimentar, por produzir circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo, que asseguram não só a inclusão produtiva das famílias de agricultores familiares, mas também alimentos mais saudáveis na mesa dos brasileiros. É nesse sentido que foi elaborado o Objetivo de contribuição para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.

O custo da obesidade para o Sistema Único de Saúde em 2011 foi de quase meio bilhão de reais. O excesso de peso é um fator de risco para as Doenças Crônicas não Transmissíveis - DCNT como hipertensão, diabetes e câncer, e a alimentação inadequada também representa um importante fator de risco. As doenças crônicas são responsáveis por mais de 70% das causas de morte no Brasil. Assim, outro desafio para a garantia da SAN é a criação de um contexto favorável à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira. A implementação de políticas públicas que promovam uma alimentação adequada e saudável, baseada em alimentos in natura e que possibilitem o esclarecimento à população sobre alimentos que podem

favorecer o desenvolvimento de doenças e têm consumo crescente, tem ganhado cada vez mais espaço.

Nesse sentido, o governo federal tem o compromisso de promover a redução ainda maior do consumo de refrigerantes e bebidas adoçadas e o aumento do consumo de frutas e hortaliças. Como exemplo de ação estratégica, está o compromisso com a regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas processados e ultraprocessados em escolas públicas e privadas e outros equipamentos públicos de SAN.

Enfrentar essa situação exige também atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, por meio de ações intersetoriais e participação social, para promover a alimentação adequada e saudável e atividade física no ambiente que vivemos. Nesse sentido, o governo assumiu o compromisso ousado de deter a obesidade em adultos até 2019, o que poderá ser alcançado com a implementação da “Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade”, elaborada pela CAISAN, a qual reúne diversas ações do governo federal que contribuem para a redução da obesidade no país. Para que a Estratégia seja de fato efetiva e produza os efeitos esperados, é preciso que estados e municípios implementem com determinação as ações propostas. Assim, um Objetivo fundamental do programa está relacionado à promoção do consumo de alimentos adequados e saudáveis e ao controle e prevenção das doenças decorrentes da má alimentação.

Diversas outras ações são desenvolvidas pelo governo federal com intuito de prevenir as doenças relacionadas à alimentação, como as atividades de prevenção e controle da desnutrição e das carências nutricionais; a publicação do Guia Alimentar para a População Brasileira e do documento Alimentos Regionais Brasileiros; o monitoramento das políticas de fortificação de alimentos; e a Cooperação com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução nos teores de sódio dos alimentos processados que mais contribuem para a ingestão deste nutriente. Para o próximo quadriênio também está planejada a pactuação para redução nos teores de açúcares nos alimentos processados.

Outro Objetivo para a garantia da SAN é a ampliação do acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural. O direito à água está compreendido no Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, sendo responsabilidade do Estado assegurar esse direito a todos e todas, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental. A promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente é uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

A despeito do enorme avanço verificado nessa área na última década, as dificuldades de acesso regular, ou mesmo o acesso precário a qualquer fonte de água potável, ainda é realidade para centenas de famílias, especialmente para aquelas em situação de extrema pobreza, localizadas na zona rural do país. A discussão sobre o atendimento dessa população ganhou expressiva dimensão com o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água Para

Todos (Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011), que formalizou o compromisso do governo federal de universalizar o acesso à água para as populações rurais, principalmente aquelas em situação de extrema pobreza.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Segurança Alimentar e Nutricional

- Combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais.
- Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.
- Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural.
- Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação.
- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.
- Consolidar o Diálogo e a Cooperação Internacional do Brasil para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

INFRAESTRUTURA

Aviação Civil

Combustíveis

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Energia Elétrica

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Gestão de Riscos e de Desastres

Mobilidade Urbana e Trânsito

Moradia Digna

Petróleo e Gás

Planejamento Urbano

Saneamento Básico

Transporte Aquaviário

Transporte Terrestre

Aviação Civil

O crescimento econômico observado no Brasil nos últimos anos gerou uma demanda crescente de passageiros na aviação civil. Aliado a isso, o país encontra-se inserido no contexto de diversos eventos internacionais culturais, esportivos e empresariais de grande porte, tornando necessária a adequação das infraestruturas aeroportuárias e dos serviços prestados pelos operadores aéreos. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no período de 2004 a 2014, houve um incremento de 190% na movimentação anual de passageiros, passando de 74,6 milhões para 216,1 milhões. Desse total, a movimentação relativa a voos domésticos cresceu 199% (de 65,3 milhões para 195,1 milhões) e a relativa a voos internacionais cresceu 125% (de 9,3 milhões para 20,9 milhões).

Nesse contexto, a Política Nacional de Aviação Civil – PNAC, aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, tem como propósito garantir o desenvolvimento do sistema de aviação civil de forma ampla, segura, eficiente, econômica, moderna, concorrencial, sustentável ambientalmente, integrada aos outros modais e estabelecida como importante fator de integração e desenvolvimento nacional.

A PNAC encontra-se alinhada à Diretriz Estratégica do PPA 2016-2019 relacionada ao transporte, assim definida:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

Nesse contexto, o setor de transporte aéreo está representado no Plano Plurianual no Programa Temático de Aviação Civil, o qual almeja contribuir para a integração entre as diversas regiões do país, estimulando a realização de negócios e favorecendo a aproximação e melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas. Além disso, as ações do Programa visam estimular maior integração com outros países, facilitando o surgimento de fluxos culturais e comerciais, o que tende a influenciar positivamente os resultados das trocas externas. Internamente ao país, comparado com outras modalidades de transporte, o modal aéreo se mostra particularmente vantajoso para a transposição de longas distâncias, o que contribui, entre outros setores, para a promoção do turismo, do transporte de cargas e pessoas, e com a integração do território.

Diante desse cenário, buscou-se formular no PPA 2016-2019 objetivos que pudessem organizar as políticas públicas para a Aviação Civil nas seguintes dimensões: oferta de serviços de transporte aéreo; infraestrutura aeroportuária; aprimoramento da eficiência e modernização das operações de navegação; segurança; e desenvolvimento regulatório e técnico da aviação civil.

Em relação à oferta de transporte aéreo doméstico, está em foco a ampliação da oferta do transporte aéreo regional. Dessa forma, mesmo que a prestação desses serviços seja de iniciativa do setor privado, ao Estado cabe o fornecimento de condições como a adequação da infraestrutura

aeroportuária em localidades de baixa e média densidade de tráfego e a concessão de subvenção econômica para voos operados em rotas regionais. Nessa linha, o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, criado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, visa justamente ao aumento do acesso da população brasileira a esse sistema aéreo de transporte e, dessa forma, integrar comunidades isoladas e facilitar o acesso a regiões com potencial turístico por meio de subvenções econômicas a voos em rotas regionais. Adicionalmente, outras medidas previstas que contribuem com a ampliação da oferta que afetam a aviação civil como um todo são a redução de barreiras à entrada de empresas no mercado e a integração do sistema de aviação civil brasileiro ao cenário internacional, com expansão das capacidades e liberdades de rotas nos acordos sobre Serviços Aéreos firmados com outros países.

Na dimensão relacionada à infraestrutura, busca-se prosseguir com a ampliação da capacidade aeroportuária que já tem ocorrido nos últimos anos que possibilitou crescimento significativo no número de passageiros atendidos. A segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) prevê investimentos de mais R\$ 8,5 bilhões nos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza. Está prevista ainda a concessão, por modelo de outorga, de sete aeroportos regionais delegados: Araras, Bragança Paulista, Itanhaém, Jundiaí, Ubatuba, Campinas (Amarais), todos no estado de São Paulo, e o de Caldas Novas, em Goiás, totalizando investimentos de R\$ 78 milhões. Além disso, terão continuidade os investimentos nos aeroportos operados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, voltados à construção, ampliação, reforma e modernização dos terminais de passageiros, pátios, pistas de pouso, de decolagem, de táxi e dos terminais de carga. Outro aspecto a ser observado refere-se às ações a serem adotadas para prover os aeroportos de meios de acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial, previsto na Resolução ANAC nº 280, de 11 de julho de 2013.

O quadro especificado enseja aeroportos dotados de sistemas capazes de suportar com segurança a nova demanda e de soluções tecnológicas adequadas a essa realidade. No contexto do PPA 2016-2019, serão realizados levantamentos das condições operacionais e de infraestrutura; estudos de sistemas e tecnologias capazes de aperfeiçoar as operações de navegação aérea e a implantação de 40 órgãos de serviço de auxílio ao tráfego aéreo. Espera-se obter a máxima segurança operacional com medidas preventivas envolvendo procedimentos e técnicas que tendam a minimizar a ocorrência de acidentes como, por exemplo, a manutenção adequada das pistas; imposição de distância mínima entre a pista de pouso e as pistas de rolamento; existência de equipamentos de combate a incêndio; proibição de obstáculos nas proximidades do aeródromo; proibição de lixões no entorno, entre outras.

Para a segurança contra atos ilícitos, a estratégia envolve a melhoria de procedimentos de inspeção com equipamentos de raio X, o controle de acesso às áreas restritas, e o controle do transporte de objetos perigosos na bagagem, entre outros. Medidas de prevenção, por meio de

ações de disseminação de conhecimento sobre a segurança da aviação civil, como o trabalho de qualificação dos agentes do setor e a implantação de ferramentas de comunicação para ampliar a cultura da segurança, tais como a realização de seminários e a criação de mecanismos de incentivo ao cumprimento de requisitos, complementam aquelas já citadas. Com tais medidas, espera-se manter, no período do PPA 2016-2019, o índice de acidentes aeronáuticos em nível igual ou inferior à média mundial.

Para conformar toda a mudança no setor, há a necessidade do desenvolvimento regulatório e técnico da aviação civil, o qual ainda busca ajustes na sua infraestrutura e o incentivo ao surgimento de novas rotas e aeroportos. A conjuntura impõe, portanto, que haja investimentos para elevar a quantidade e a qualidade dos profissionais que atuam no setor e, nesse sentido, o governo federal pretende, para o período de 2016 a 2019, promover a capacitação de 1.600 profissionais por meio de ações de fomento a escolas e centros de treinamento e de capacitação direta.

Os investimentos previstos também contemplam a realização de estudos que relacionem o meio ambiente ao crescimento do setor, assim como estudos que abordem as inovações tecnológicas; as características do mercado; os padrões de prestação de serviços aéreos e nos terminais de passageiros; e os mecanismos de concessão de aeroportos.

Todas essas mudanças no setor impõem ainda que seja feita a revisão do marco legal do setor de aviação civil, cujo respaldo é dado em grande parte pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, a qual dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Essa modernização da legislação deverá contribuir para conferir a segurança jurídica necessária ao estímulo e ao desenvolvimento da aviação civil.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Aviação Civil

- Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão.
- Ampliar a oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência.
- Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.
- Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira.
- Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil.

Combustíveis

O consumo total de combustíveis tem apresentado crescimento contínuo ao longo dos últimos anos. No período de 2011 a 2014, por exemplo, o consumo de óleo diesel B, de gasolina C e de querosene de aviação (QAV) aumentaram, respectivamente, 21,9%, 48,6% e 19,5%.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e publicado em 2014, projeta as seguintes taxas de crescimento anual para a demanda de combustíveis no período de abrangência do PPA 2016-2019: óleo diesel, 3,9%; GLP, 1,8%; gasolina C, 2,1%; QAV, 3,7%; óleo combustível, 3,9%; etanol hidratado, 11,3%; e etanol anidro, 2,1%. Cabe ressaltar que o PDE 2023 considera o teor obrigatório de 25% adicionado à gasolina A, já alterado desde março de 2015 para 27%. No caso do biodiesel, adicionado ao diesel em 7%, o estudo projeta um consumo obrigatório de 5,24 bilhões de litros em 2019.

Nesse sentido, configura-se o grande desafio de garantir o atendimento da demanda em quantidade suficiente, com qualidade adequada, em tempo hábil e com custos favoráveis, dando-se ênfase aos produtos renováveis, à produção sustentável e à inclusão social, desafio refletido na Diretriz Estratégica do PPA 2016-2019:

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.

Com o intuito de processar a crescente produção de petróleo pesado brasileiro, de priorizar a produção em maior quantidade de derivados leves e médios e de aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos, o parque nacional de refino passa por um processo de expansão e modernização, com investimentos em ampliação, qualidade, conversão e modernização abrangendo todas as refinarias brasileiras. A primeira planta da Refinaria do Nordeste (RNEST) entrou em operação em dezembro de 2014, e sua segunda planta de refino está em construção. Outro empreendimento de grande vulto no setor é a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A logística referente a petróleo e a combustíveis recebe especial atenção, de forma a promover a redução de custos, garantir estoques e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores. Destaca-se a exigência de estoques operacionais mínimos de combustíveis, a ampliação da capacidade de armazenamento e de transporte dutoviário, e, em especial, a conclusão de dois trechos do Sistema de Logística de Etanol, que objetiva escoar a produção de etanol combustível das áreas de expansão de cana-de-açúcar em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para a Refinaria de Paulínia (SP) e o Porto de Santos¹⁴.

No período de 2012 a 2014, como efeito da política para o setor, destaca-se a melhoria da

¹⁴ Projeto de poldutos e hidrovias cuja extensão é de 1.132 km, com capacidade anual de transporte de até 20 milhões de m³ de etanol e capacidade total de armazenamento de 1,2 milhões de m³. O primeiro trecho, já implantado, liga Ribeirão Preto a Paulínia. O segundo, entre Uberaba (MG) e Ribeirão Preto (SP), entrou em operação em abril de 2015, com uma capacidade de movimentação de 12 bilhões de litros de etanol por ano.

qualidade dos combustíveis. A exemplo do óleo diesel S-10 e da gasolina S-50, de ultrabaixo teor de enxofre, está em teste o uso de BioQAV (Querosene de Aviação Alternativo) e houve a elevação do percentual de biodiesel no óleo diesel comercializado de 5 para 7%.

A política nacional para o setor de combustíveis aponta para o incremento da participação de biocombustíveis na matriz energética, esforço refletido no Objetivo de ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes, haja vista sua contribuição para a redução da emissão de poluentes e de gases causadores do efeito estufa. Além disso, esse Objetivo contribui significativamente para a redução da importação de combustíveis derivados do petróleo e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Os dados da ANP de janeiro de 2015 mostram a existência de 373 plantas produtoras de etanol autorizadas pela ANP a operar no país, as quais possuem em conjunto uma capacidade total de produção de 196.627 m³/dia de etanol hidratado e 101.143 m³/dia de etanol anidro. Adicionalmente, 10 plantas de etanol já receberam autorização para operar definitivamente, totalizando uma capacidade de produção de 9.824 m³/dia de etanol hidratado e 5.478 m³/dia de etanol anidro. Portanto, essas 383 plantas possuem uma capacidade total de produção de 206.451 m³/dia de etanol hidratado e 106.621 m³/dia de etanol anidro, sendo a cana-de-açúcar a matéria prima utilizada em 97,4% dessas unidades.

A tecnologia flex-fuel modificou a dinâmica do mercado de combustíveis automotivos no país, colocando nas mãos do consumidor o poder de decisão quanto ao consumo de etanol ou de gasolina. As variações na oferta de etanol e nos preços deste em relação à gasolina modulam o consumo desses combustíveis, favorecendo o consumo do etanol quando essa relação é inferior a 0,7.

Ainda em relação ao etanol, está em implantação a tecnologia do etanol de segunda geração, o Etanol 2G, produzido a partir da celulose da cana-de-açúcar. O diferencial dessa tecnologia é o aproveitamento do bagaço e da palha da planta, o que permite um aumento de até 40% na produção do combustível, sem necessidade de ampliar a área plantada, trazendo mais produtividade, eficiência e sustentabilidade ao ciclo produtivo. Utilizando essa tecnologia, já está em operação a unidade industrial da empresa GranBio em São Miguel dos Campos (AL), a primeira fábrica de etanol celulósico em escala comercial do Hemisfério Sul, com capacidade de produção de 82 milhões de litros do biocombustível por ano. Em novembro de 2014, a Raizen, joint venture entre Cosan e Shell, iniciou a operação da sua primeira planta em Piracicaba (SP), com capacidade anual de 40 milhões de litros. E a Petrobras tem em andamento projeto para implantação de uma unidade industrial.

Quanto ao biodiesel, o Brasil é hoje o segundo maior produtor e consumidor mundial, com 53

plantas autorizadas a produzi-lo, sendo 42 delas detentoras do Selo Combustível Social¹⁵. Em 2014, foram produzidos 3,4 bilhões de litros de biodiesel no país, o que representa um aumento de 17% sobre 2013. Desde 2005, ano de implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), até dezembro de 2014, já foram produzidos e consumidos 17 bilhões de litros.

Merece também destaque o esforço expresso no objetivo de qualificar e consolidar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel por meio do PNPB. O Programa visa à inclusão produtiva de agricultores familiares na cadeia do biodiesel, desenvolvendo o conhecimento e a organização dos produtores, bem como a comercialização das matérias-primas por eles produzidas, de modo a qualificar e consolidar essa participação, a qual, até o final de 2014, envolvia cerca de 83.000 famílias. Esse trabalho deverá ser fortalecido com ações de gestão e de assistência técnica para atender às necessidades de qualificação, comercialização e diversificação das matérias-primas no âmbito da produção agrícola familiar voltada à cadeia produtiva do biodiesel.

No sentido de fomentar a eficiência energética, o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (COMPET) lançou o Selo de Eficiência Energética para Veículos Leves, classificando os veículos de acordo com seu consumo de combustíveis. Classificação semelhante já existe para fogões, fornos a gás e aquecedores de água a gás. O selo é concedido pelo INMETRO/COMPET aos veículos mais eficientes que participam voluntariamente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV). Esta temática está refletida no Objetivo de estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, gás natural e biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Combustíveis

- Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.
- Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes.
- Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis.
- Promover o uso racional de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis por meio de medidas de incentivo à eficiência energética.
- Qualificar e consolidar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

15 Dados referentes a janeiro de 2015, segundo o Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis do MME nº 86 de março de 2015.

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Vivemos em uma sociedade conectada. Cidadãos, governos e organizações dependem cada vez mais das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e, sobretudo, das redes de comunicação que as interligam. O Brasil está avançando significativamente nesse campo.

A Internet está no centro desse avanço. Em 2013, 49,4% da população de 10 anos ou mais de idade tinha acesso à Internet, enquanto que em 2005 essa proporção era de apenas 20,9% - um crescimento de 136,4% no período (fonte: PNAD/IBGE TIC). O Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965, de 2014 -, é um importante instrumento legal que dará sustentação ao avanço das comunicações pela rede mundial de computadores, definindo princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, e garantindo princípios como a neutralidade da rede.

Outro fator de relevância no desenvolvimento das comunicações é o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado em 2010, o PNBL contemplou várias medidas, relativas tanto a desenvolvimento da infraestrutura como à facilidade do acesso ao usuário. Entre elas, destaca-se a desoneração de smartphones fabricados no Brasil, por meio da Lei nº 12.715/2012. Em 2013, 75,2% da população de 10 anos ou mais de idade possuíam telefone móvel celular. Em 2005, essa proporção era de 36,6% - um crescimento de 131,4% no período (fonte: PNAD/IBGE TIC).

Para dar continuidade a esses avanços e visando a novas conquistas, estruturou-se a política de comunicações no contexto do PPA 2016-2019 a partir da seguinte Diretriz Estratégica:

- Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.

Com essa premissa, construiu-se o Programa Temático: Comunicações para o Desenvolvimento, para a Inclusão e a Democracia. O Programa foi desenhado de modo a atender aos principais desafios do setor como: a expansão do acesso à Internet em banda larga no país e o aumento da sua velocidade; a substituição da TV aberta analógica pela digital; a ampliação dos serviços de radiodifusão pública e do atendimento e entrega postal; o incentivo à produção nacional e à distribuição de conteúdos digitais criativos; o fomento à cadeia produtiva nacional de telecomunicações; e a ampliação da produção e do acesso a conteúdos multimídia com a oferta colaborativa dos mesmos pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Para viabilizar a expansão do acesso à Internet em banda larga, planeja-se o lançamento do Programa Banda Larga Para Todos (PBLT). Mesmo com o avanço no número de usuários de Internet nos últimos anos, muitos utilizam a rede por meio de smartphones, com velocidade e volume de dados limitados. Assim, por meio de investimentos estruturantes nas redes de acesso e de transporte o programa objetiva melhorar os principais indicadores de qualidade, de densidade geográfica e de velocidade de acesso das redes de telecomunicações. Ademais, o lançamento

de um novo satélite geoestacionário e a instalação de novos cabos submarinos intercontinentais levará a Internet a regiões mais remotas (no primeiro caso) e aumentará a capacidade da ligação da rede brasileira com seus nós internacionais, facilitando a comunicação, a pesquisa e os negócios entre o Brasil e outros países.

No campo da inclusão digital, as ações estratégicas estarão voltadas para o fomento à implantação de Pontos de Inclusão Digital e para o atendimento das chamadas áreas de vulnerabilidade digital, com acesso à Internet por meio do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac).

Outra ação que se relaciona tanto com a inclusão digital como com a ampliação do acesso à Internet é a migração do sistema de transmissão analógica de TV pela tecnologia digital. Haverá distribuição de conversores digitais (set-top boxes) para recepção de sinal da televisão digital terrestre a 14 milhões de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, proporcionando as condições para a inclusão social desse extrato da população com serviços de e-cidadania (serviços de governo eletrônico, de saúde, da previdência, entre outros) – graças à interatividade disponibilizada pela nova tecnologia. Adicionalmente, com o desligamento do serviço de TV analógica, será liberada a faixa de 700 MHz para uso em serviços de Internet móvel em banda larga, que viabilizará o aumento de capacidade deste serviço e a redução do preço final para os usuários.

Em relação à ampliação dos serviços de radiodifusão pública, além da questão tecnológica, o Brasil precisa enfrentar o desafio de aumentar o alcance e a pluralidade desses serviços, e, dessa forma, contribuir com o acesso à informação. A estratégia presente no PPA 2016-2019 é aumentar a agilidade no processo de outorga de licenças de radiodifusão e ampliar a transparência no processo de outorga de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão, o que deverá induzir um aumento do número de concessões, particularmente de emissoras educativas e de rádios comunitárias, dando assim mais espaço à diversidade de opiniões na radiodifusão brasileira e aumentando a oferta de conteúdos de caráter regional e que representem os diferentes grupos e culturas da sociedade brasileira.

Outro serviço de comunicações que merece atenção é o atendimento postal, que ganha renovada importância com a expansão do comércio eletrônico. Assim, a estratégia de atuação para o setor incorpora ações relacionadas a expansão dos serviços de atendimento e distribuição postal – mais especificamente disponibilizar a prestação desses serviços aos distritos brasileiros com população igual ou superior a 500 habitantes – e à pontualidade das entregas.

Da mesma forma que em relação à infraestrutura, é fundamental promover a expansão do setor de produção de conteúdos digitais, dado que o setor de desenvolvimento de serviços e aplicativos para a Internet tem um grande potencial de geração de riquezas e de conhecimento. As principais estratégias relacionadas ao tema são o fomento à criação de aplicativos de utilidade pública como forma de propiciar o acesso a serviços como o Ensino a Distância (EAD), a telemedicina e

a participação social, que serão disponibilizados gratuitamente à população, e a implantação de arranjos produtivos locais voltados à produção de conteúdos digitais.

Por último, o Brasil historicamente carece de um sistema de radiodifusão público com relevo e alcance condizente às dimensões do país. Assim, no intuito de melhorar o acesso à informação e prover conteúdos de qualidade à população, uma das estratégias de atuação é o continuado investimento na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), tanto pela ampliação da cobertura dos canais de TV e rádio da rede, como pela cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas para a produção e difusão de conteúdo. Merece destaque também a implantação do Programa BRASIL 4D que, se valendo do recurso da interatividade da TV digital, terá o propósito de melhorar o acesso das populações de baixa renda do Brasil à Internet, com oferta de aplicativos de cunho social e de cidadania.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

- Expandir o acesso à Internet banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Viabilizar a implantação da TV digital com inclusão social.
- Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público.
- Incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos.
- Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.
- Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações.

Energia Elétrica

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como principais objetivos: promover o desenvolvimento, e valorizar os recursos energéticos; proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta; preservar o meio ambiente e promover a conservação de energia; identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do país; promover a universalização do acesso à energia elétrica; utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; promover a livre concorrência; atrair investimentos na produção e no transporte de energia; e ampliar a competitividade do país no mercado internacional.

Dados os objetivos da política, as condições de contorno e os cenários futuros, o alcance desses objetivos passam por desafios que carecem ser enfrentados no planejamento e na implementação do Programa de Energia Elétrica. Esse Programa está direcionado para o planejamento, o monitoramento e a expansão do sistema – geração, transmissão e distribuição; a confiabilidade e disponibilidade do suprimento; a pesquisa e desenvolvimento; a eficiência energética; a qualidade do serviço; e a universalização do acesso.

No contexto atual dessa política, alguns eventos vêm impactando, positiva e negativamente, o setor no Brasil, em especial: a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidroelétricos na matriz energética nacional; as restrições hídricas em algumas regiões do país; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil; o prolongamento da crise econômica e a crescente preocupação com os reflexos causados pelas mudanças climáticas.

Com o intuito de alcançar os objetivos da política nacional de energia, destaca-se a Diretriz Estratégica definida para o setor:

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.

Primeiramente, considerando as características do setor e prazos de maturação de empreendimentos de energia, ressalta-se que o planejamento de médio e longo prazo é fundamental para assegurar a expansão equilibrada entre a oferta energética e a sustentabilidade técnica, econômica e ambiental. O planejamento inclui estudos dos potenciais de fontes primárias, a realização de estudos de viabilidade e a viabilização de leilões para expansão da capacidade de geração, e transmissão de energia elétrica.

Em segundo lugar, no que se refere à expansão do sistema, há de se considerar a expectativa de crescimento da demanda indicadas no Plano Decenal de Energia 2023 (PDE 2023), revisadas no curto prazo, as características do sistema e da matriz atual e as disponibilidades de oferta de energia a partir das fontes existentes. A partir dos projetos já outorgados ou autorizados pela ANEEL, o monitoramento realiza uma avaliação e um acompanhamento permanente dessa expansão, com o objetivo de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético à população. Com base nas projeções da carga de energia e nos fatores de carga, por sistema e subsistema interligados, o PDE projeta a carga de demanda máxima instantânea para 99.102 MW em 2018 e 118.993 MW em 2023.

Uma importante escolha do setor diz respeito a quais fontes priorizar para atender ao crescimento do consumo de energia elétrica e, para tanto, faz-se necessário considerar questões como a disponibilidade da fonte primária, os impactos socioambientais, o custo da energia e o domínio tecnológico dos processos. Sendo o Brasil um país que dispõe de grande potencial de fontes renováveis, sempre que adequado, estas devem ser consideradas como candidatas prioritárias no plano de expansão da geração de energia elétrica. Esta escolha se faz ainda mais oportuna na medida em que as fontes renováveis vêm apresentando custos de geração de energia bastante

competitivos, o que foi comprovado nos resultados dos leilões de energia eólica e de biomassa pós-implementação do PROINFA, bem como no primeiro leilão de energia de reserva de fonte solar.

No período deste PPA, prevê-se a adicionar ao sistema 14.655 MW de energia elétrica a partir de fonte hídrica e, com destaque, a adição de 7.500 MW de fonte eólica. A fonte térmica está entre as principais alternativas para diversificação da matriz e aumento da segurança energética, cobrindo, em parte, deficiências no suprimento decorrentes de cenários caracterizados como de crise hídrica. Nesse sentido, estabeleceu-se como meta acrescentar 6.400 MW ao sistema a partir dessa fonte.

Quanto à expansão da transmissão, busca-se aumentar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema, propiciar o livre acesso à rede pelos agentes de mercado e a integração de todos os estados e dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica. Planeja-se, para os próximos anos, a implantação de cerca de 23.000 km de novas linhas, com destaque para a interligação ao SIN das usinas do Teles Pires e do complexo Belo Monte.

No que se refere à distribuição, a sua ampliação, reforço e manutenção revestem-se de fundamental importância para garantir disponibilidade e continuidade de serviço com padrões adequados de qualidade e de carga. Nesse item as principais questões a serem tratadas referem-se à expansão dos ativos em serviço vinculados aos contratos de concessão, à geração de energia necessária aos sistemas isolados (áreas dispersas, pequenas localidades), à regulamentação sobre incorporação de ativos e à redução de perdas comerciais.

Como terceiro quesito, importantes funções ligadas à expansão do sistema referem-se: ao monitoramento dos empreendimentos anteriormente planejados e que ainda não estão em operação; à integração com países vizinhos; e à aplicação da política tarifária. O objetivo aqui é buscar a continuidade do suprimento eletroenergético em todo o território nacional e, para isso, tem-se como meta monitorar 1.400 empreendimentos de expansão do sistema, de geração e transmissão, no período do PPA, e promover a ampliação do intercâmbio com países vizinhos.

Em quarto lugar, dados os requisitos de serviço requeridos pelo consumidor final, é necessário manter a qualidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, modernizar e aperfeiçoar os processos de fiscalização e focar esforços no sentido de alcançar as metas de confiabilidade e qualidade no atendimento ao consumo. Procurou-se, neste PPA, endereçar tais questões por meio de esquemas apropriados de manutenção do sistema e através do Plano de Modernização de Instalações - PMI.

Na sequência, em termos de universalização do acesso à energia elétrica, em 2013, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 99,6% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à iluminação elétrica. A prestação desse serviço chega a 99,9% dos domicílios urbanos e a 97,5% dos domicílios rurais. Expandir o acesso à energia elétrica na área rural contribui não só para a qualidade de vida dessa população, mas, também, para a adoção de

novas técnicas produtivas dependentes da eletricidade. No intuito de avançar nesse processo, planeja-se atender mais de 128 mil novos domicílios nos próximos quatro anos pelo Programa Luz Para Todos, e a continuidade das ações que efetivem os atendimentos às famílias e comunidades localizadas nas regiões remotas dos Sistemas Isolados, implantando soluções tecnológicas que priorizem fontes de energia alternativa, bem como a utilização de cabos subaquáticos e postes de fibra de vidros, vencendo assim os obstáculos geográficos e naturais da região norte do país. Também serão universalizadas oito áreas de concessão do serviço de distribuição, atingindo 95 das 101 áreas de concessão.

Como item a pontuar, a evolução tecnológica revelou que o mesmo “serviço de energia” (iluminação, força motriz, aquecimento, condicionamento ambiental, equipamentos eletroeletrônicos, entre outros) poderia ser proporcionado com menor consumo de energia, repercutindo econômica, ambiental, social e culturalmente. A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade.

No horizonte deste PPA tem-se como meta a conservação de 30.000 GWh por meio de iniciativas direcionadas à integração dos programas CONPET e PROCEL, à substituição de equipamentos de baixa eficiência e à conscientização sobre o uso eficiente de energia elétrica.

Revestem-se, finalmente, de importância as questões relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento, que tem na tecnologia um dos principais insumos para o setor de energia elétrica. Prioriza-se, neste momento, a busca de efetividade na aplicação dos recursos previstos para esse fim nos contratos de concessão, cuja análise e aprovação é realizada pela ANEEL, e, ainda, a implementação de várias iniciativas que vão desde a ampliação de laboratórios até a realização de pesquisas em tecnologias de ponta, como é o caso das redes inteligentes e geração solar fotovoltaica, a serem realizadas pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Energia Elétrica

- Expandir a Capacidade de Geração do Sistema Elétrico Brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.
- Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes.
- Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes.
- Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão.
- Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica por meio da elaboração de estudos de expansão da geração e da transmissão, bem como da promoção de leilões.

- Acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária.
- Assegurar serviços de energia elétrica adequados e com qualidade por meio dos instrumentos regulatórios.
- Universalizar o acesso à energia elétrica.
- Desenvolver e promover soluções tecnológicas para o setor de energia elétrica do país, por meio da realização e aplicação de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo.

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

O aproveitamento dos recursos minerais é elemento importante para a manutenção dos padrões de qualidade de vida alcançados por uma boa parcela da população mundial, uma vez que diversas necessidades sociais são atendidas essencialmente por estes recursos. No cenário internacional, os países se diferenciam pela posse dos bens minerais, pelo dinamismo que imprimem às suas áreas exploratórias, pelas alianças estratégicas de suprimento e fornecimento que estabelecem, pela eficiência de suas infraestruturas energéticas e logísticas e pelos mercados que alcançam. Diferenciam-se, também, pelo desenvolvimento contínuo da capacidade técnica e financeira de processar os bens minerais e de agregar-lhes valor. Os resultados que cada país obtém são determinados por esses fatores e, ainda, pela forma como cada país distribui os respectivos custos e benefícios à sociedade.

Em recente levantamento realizado pelo International Council on Mining and Metals – ICMM, demonstra-se a importância da atividade mineral em termos da participação do valor da produção no Produto Interno Bruto – PIB dos países. Esse estudo, publicado em 2014, mostra que o Brasil foi classificado em 3º lugar no Ranking dos Principais países Mineradores (dados de 2012), com o valor da produção do setor mineral correspondendo a 2,9% do PIB nacional, e a 8,5% da produção mineral mundial.

A alta demanda mundial por insumos minerais vivenciada em períodos recentes havia permitido que o preço dos mesmos atingissem patamares recordes. Nesse período, novos projetos de mineração tornaram-se viáveis, levando a um acréscimo de oferta que forçou a redução dos preços no mercado mundial. Além disso, devido à recente diminuição do crescimento da economia mundial, houve uma queda abrupta do consumo nos mercados de commodities, o que também contribuiu para o recuo do preço desses insumos e incitou discussões quanto à duração do período denominado por especialistas como o “superciclo do preço das commodities”, responsável pela manutenção dos preços em patamares elevados, associado com o rápido e

sustentado processo de industrialização e urbanização de economias emergentes.

No país, a produção da indústria extrativa e de transformação mineral tem contribuído significativamente para o saldo da Balança Comercial, cujas exportações somaram US\$ 51,5 bilhões em 2014, o que ressalta a importância de investimentos governamentais neste setor. Desde 2009, o governo federal vem aumentando o volume de recursos destinados aos levantamentos geológicos realizados em todo o território, preenchendo uma lacuna de conhecimento das riquezas existentes no subsolo nacional de forma a estimular novos investimentos da iniciativa privada.

Os Objetivos do Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral evidenciam sua vinculação com a seguinte Diretriz Estratégica do PPA 2016-2019:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

No sentido de promover a indústria mineral brasileira, dado seu elevado potencial de crescimento, ressalta-se a importância do Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030, o qual visa orientar a formulação das políticas de governo de médio e longo prazo e tornar o setor mineral um alicerce para o desenvolvimento sustentável do país. O PNM 2030 foi publicado em 2011 e traça diretrizes de desenvolvimento para o setor, bem como os principais objetivos estratégicos a serem alcançados até 2030. O programa de Geologia, Mineração e Transformação Mineral contempla os principais objetivos do PNM-2030, que são a ampliação do conhecimento geológico, a gestão dos minerais estratégicos, a agregação de valor com competitividade, a governança pública eficaz e a produção sustentável.

A eficácia da atuação do Estado como órgão gestor e regulador do setor mineral, considerada como um dos pilares do planejamento estratégico setorial de médio e longo prazo será o foco das metas e iniciativas do Objetivo de "Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor". Observa-se que foi elaborado pelo Poder Executivo proposta para o Novo Marco Regulatório da Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/2013, apensado ao Projeto de Lei nº 37/2011) que se encontra em discussão no Congresso Nacional. A proposta prevê a modernização dos instrumentos de outorga, com a definição de novos regimes de acesso às áreas de exploração visando dinamizar a atividade e ampliar a transparência, a competitividade e a atração de investimentos para o setor. Além disso, prevê também a modernização institucional, com a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e da Agência Nacional de Mineração, como meio de fortalecer a governança pública. Propõe-se também a alteração das alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

Para uma melhor governança sobre os recursos minerais é fundamental promover o desenvolvimento do conhecimento geológico do território brasileiro. Para enfrentar este desafio o

programa contará com o Objetivo “Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas”. Os estudos e levantamentos geológicos servem de base não apenas ao planejamento econômico e territorial, mas também são peças fundamentais na identificação das reservas minerais a serem aproveitadas no presente e no futuro, contribuindo para o planejamento, no território, de tal modo que esse aproveitamento resulte em benefícios socioeconômicos.

Em nível internacional, observa-se forte concorrência para a obtenção de recursos destinados a projetos de exploração mineral, culminando com a priorização daqueles que estão em fase mais avançada em detrimento dos programas exploratórios. Os países com maior nível de conhecimento geológico, geofísico e geoquímico, e que disponibilizam bancos de dados organizados, levam vantagem na atratividade dos investimentos realizados por mineradoras nacionais e internacionais, de todos os portes. O objetivo “Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios” priorizará os levantamentos geológicos com maior detalhe, a partir do processamento e interpretação dos dados existentes e sua integração com novos dados de campo e laboratoriais, visando à definição de novas Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIM nas Províncias Minerais Brasileiras.

Atualmente os principais desafios estratégicos da política setorial, tecnológica e industrial do país são a agregação de valor aos bens minerais e o adensamento da cadeia produtiva do setor, isto é, a integração de todos os seus elos, desde a prospecção mineral, passando pela lavra e beneficiamento até a transformação mineral. Superar esses desafios requer o aperfeiçoamento das diferentes competências governamentais vinculadas aos setores mineral, industrial e científico-tecnológico, por meio da articulação e do estabelecimento de parcerias interministeriais e até mesmo entre os setores público e privado. Nesse contexto, o Objetivo “Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral” contará com metas e iniciativas que definirão as diretrizes governamentais para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas de minerais estratégicos para o país.

Quanto à organização do setor mineral, a Mineração em Pequena Escala (MPE) destaca-se por estar distribuída em todo o território nacional, ser intensiva em mão de obra pouco qualificada e pode ser dividida em dois grandes grupos: o de extração de bens minerais de alto valor econômico (gemas, metais preciosos, metais de uso industrial) e o de bens minerais de uso na construção civil. A informalidade e os padrões operacionais insatisfatórios em relação à proteção ambiental e à segurança do trabalho se destacam como os principais problemas do segmento, trazendo consigo a impossibilidade de acesso a qualquer tipo de apoio oficial. O Objetivo “Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais”, possui metas e iniciativas que visam à melhoria deste quadro.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Geologia, Mineração e Transformação Mineral

- Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor.
- Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas.
- Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios.
- Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral.
- Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Gestão de Riscos e de Desastres

O enfrentamento aos riscos da ocorrência de desastres naturais de grandes proporções resultou na instituição de um novo marco legal para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, por meio da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. No âmbito do PPA 2012-2015, elaborou-se de forma articulada o Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, criando ambiente multissetorial, em nível federal, para lidar com a questão de maneira integrada, especialmente quanto às ações de prevenção.

A estratégia de implementação da política pactuada nesse Programa e preservada no PPA 2016-2019 pauta-se na identificação dos municípios mais críticos a inundações, enxurradas e deslizamentos, de modo a neles focalizar os esforços governamentais. O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012, impulsionou substancialmente a política nos últimos anos.

Expandiu-se o conhecimento sobre as áreas de risco no país com mapeamentos de diferentes escalas e funções complementares. O trabalho de setorização de risco, os mapeamentos de suscetibilidade, a elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, os instrumentos do planejamento urbano, voltados à identificação das áreas seguras para novos loteamentos, são resultados dessa política.

Estruturou-se um sistema de monitoramento e alerta com a instalação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) e construção de um fluxo básico de informações entre esse órgão e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

(CENAD), além de parcerias com instituições no país. Especialmente, investiu-se na ampliação da rede de equipamentos de observação. Nos últimos anos, também entraram em operação sistemas de alertas hidrológicos, em bacias nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Além disso, foram instaladas salas de situação voltadas ao monitoramento hidrológico em quase todos os Estados.

Avançou-se, ainda, na priorização de intervenções estruturais preventivas, por meio de carteira específica de projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No campo da resposta, houve expressivo ganho em agilidade na transferência de recursos após a implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil em 2011, e informatização do processo de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública, via Sistema de Informação Integrada sobre Desastres - S2ID.

A Diretriz Estratégica que orientou a elaboração do Programa é:

- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Tal diretriz aponta para a necessidade de atuação do governo federal no aperfeiçoamento de sua estrutura e no apoio aos demais entes federados, para que sejam capazes de promover a mitigação da mudança do clima e a adaptação a essas variações climáticas, minimizando seus impactos sobre os desastres naturais. Faz-se importante atuar, também, no aumento das capacidades de prevenir e responder aos desastres. Neste novo Programa, avançou-se na profundidade da intervenção pública e na consolidação do arranjo multissetorial para lidar com o tema.

Seus objetivos abarcam: a gestão do risco, ou seja, as medidas tomadas para evitar a ocorrência do desastre; a gestão do desastre, isto é, as providências após a ocorrência do evento, alcançando não somente a resposta emergencial às vítimas, mas a recuperação das áreas atingidas. A gestão do risco de desastre é trabalhada em três frentes: identificação de áreas de risco, redução do risco por meio de planejamento e obras de prevenção, e melhoria da capacidade de emissão de alerta de desastres.

O Programa preserva as diretrizes de atuação com intensidade sobre as áreas de risco já identificado - por meio de continuidade dos mapeamentos, para alcançar volume representativo das localidades críticas aos desastres naturais e redução do risco com medidas estruturais como drenagens e contenção de encostas -, e suporte à capacidade local de evitar a formação de novas áreas de risco - via apoio a instrumentos de planejamento urbano - cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e projetos de expansão urbana.

Para o aperfeiçoamento dos mapas de suscetibilidade, serão incorporados dados sobre chuvas intensas. Para fortalecer o uso dos mapeamentos pelos municípios, dedicar-se-á também à qualificação do quadro local e à avaliação da forma de utilização desses produtos pelas prefeituras nas localidades já mapeadas.

No caso dos eventos hidrológicos críticos, a proposta inclui difundir o uso e a aplicação do conceito de drenagem urbana sustentável, valorizando o amortecimento de vazões e a infiltração natural preexistente, em detrimento da prática atual de aceleração do escoamento das águas pluviais.

Ademais, pretende-se fortalecer o trabalho de alerta prévio. Em sequência aos investimentos realizados no último período, propõe-se aprofundar o aperfeiçoamento do conteúdo, fluxo e antecipação da informação transmitida às defesas civis locais, fortalecendo a parceria com órgãos de alerta nos estados e municípios. Nesse contexto, destacam-se as metas de aumentar o tempo de antecedência do alerta de risco, melhorar a taxa de acerto das previsões e implantar seis novos sistemas de alerta hidrológico.

No âmbito da gestão de desastres, propõe-se, em especial, expandir a adesão dos municípios ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil e apoiar a elaboração de Planos de Contingência no âmbito local.

Outro objetivo do Programa é melhorar o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC. Estão previstos, ainda, protocolos de atuação conjunta e a publicação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, acompanhado da regulamentação das Leis nº 12.608/2012 e nº 12.340/2010.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Gestão de Riscos e de Desastres

- Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.
- Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.
- Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.
- Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.
- Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e municípios.

Mobilidade Urbana e Trânsito

A política de mobilidade urbana e trânsito é determinante para a construção de cidades inclusivas e sustentáveis, sendo fundamental para garantir o acesso às oportunidades de emprego e renda e aos serviços essenciais que elas oferecem (educação, saúde, educação, lazer). Essa política também é central para a redução do déficit habitacional, proporcionando a revitalização de espaços segregados e viabilizando novos empreendimentos de moradia social integrados ao tecido urbano, do mesmo modo que é estratégica para que o país desenvolva sua economia, avançando na governança sustentável dos seus recursos naturais e na mitigação dos efeitos das mudanças do clima. Desse modo, alinha-se à seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

Nos diferentes tipos de municípios brasileiros, reproduziu-se uma dinâmica de estruturação das cidades para a circulação de automóveis e dissociação das políticas de mobilidade do planejamento urbano. Esse modelo contribuiu para a ineficiência das condições de mobilidade urbana, uma vez que as demandas mais distantes e variadas de deslocamentos decorrentes do crescimento das cidades não foram acompanhadas por políticas de ampliação e garantia do acesso ao transporte coletivo. Ademais, prevaleceu uma opção tradicional por políticas públicas voltadas para a ampliação do sistema viário e para melhorias na gestão do tráfego, sem tratamento preferencial para o transporte não motorizado e o transporte coletivo, caracterizado pelo estrangulamento de suas infraestruturas, pela oferta de serviços precários e pelos altos custos. Como consequência, formou-se uma segregação das condições de mobilidade entre os que têm acesso ao automóvel, desfrutando de melhores condições de deslocamento, e aqueles que dependem do transporte público, que tem seus direitos de deslocamento diariamente limitados pela inacessibilidade e precariedade do serviço.

Essa dinâmica promoveu a baixa frequência de deslocamentos e a restrição de direitos de populações vulneráveis (baixa renda, idosos, pessoas com deficiência), bem como gerou externalidades negativas que reduzem a qualidade de vida e a competitividade das cidades, como os congestionamentos, a poluição e os acidentes. Estudo de 2013 do IPEA revela que mais da metade dos domicílios brasileiros possuem automóveis ou motocicletas, refletindo o aumento da frota de mais de 100% nos últimos 10 anos e que mais de 10% das pessoas demoravam mais de uma hora para se deslocarem de casa até o trabalho. Os impactos mais negativos são sentidos nos grandes centros urbanos (20% das pessoas demoravam mais de uma hora para se deslocarem de casa até o trabalho nas regiões metropolitanas) e pela parcela mais carente da população, mais dependente do transporte público. Ressalta-se ainda que mais de 40 mil pessoas morreram em 2013 no Brasil por motivo de acidentes de trânsito, a segunda maior causa externa de mortalidade no país.

A indução de um novo paradigma de mobilidade urbana, orientado pela mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens nas cidades, pela acessibilidade e distribuição mais justa dos espaços urbanos, pelo planejamento integrado da mobilidade e do desenvolvimento urbano ganhou impulso com a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana (12.587/12). A Política consagrou a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado e normatizou a regulação dos serviços, os direitos dos usuários, as atribuições dos entes federativos, o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana. Outro avanço importante refere-se à significativa ampliação dos investimentos federais em mobilidade urbana com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento, com destaque para o financiamento de sistemas coletivos de maior capacidade de transporte, como metrô, veículos leves sobre trilhos, corredores de ônibus e BRTs.

O Programa de Mobilidade Urbana e Trânsito dialoga com esse novo paradigma, refletindo essa agenda de investimentos no Objetivo de apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Além disso, propõe-se Objetivo específico para induzir o fortalecimento institucional e o enfrentamento de limitações estruturais da gestão da política, como a carência de planejamento de sistemas de transporte público em rede, que contemple a integração multimodal em seus diversos aspectos; a coincidência de responsabilidades dos diversos órgãos gestores de transporte em nível estadual e municipal, muito comum em regiões metropolitanas; o desafio de consagrar as práticas de licitação dos serviços; a baixa qualidade dos sistemas de transporte público e a inacessibilidade das tarifas, que remetem a uma discussão sobre reformulação do modelo de regulação e financiamento dos serviços de transporte coletivo.

Por fim, também é fundamental avançar na implementação da recente Política Nacional de Trânsito (Resolução Contran 514/2014), em consonância com o Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década de 2011 a 2020, consubstanciando uma importante referência normativa a ser seguida pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito e aos demais segmentos da sociedade. Os acidentes de trânsito são atualmente foco de preocupação em todo o mundo, destacando-se como principais fatores que contribuem para a sua ocorrência: o comportamento humano, tanto de pedestres como de condutores de veículos e demais usuários do espaço público; as falhas mecânicas ocasionadas pela deficiência na conservação de veículos; as condições ambientais climáticas; as condições físicas das vias e as sinalizações inadequadas. Nesse sentido, é proposto Objetivo para o tema, destacando-se a ampliação de medidas de prevenção de acidentes em parceria com os entes federados, as reformas no Código de Trânsito Brasileiro, o aumento das condições de segurança dos veículos e a regulamentação das atividades afetas ao trânsito.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Mobilidade Urbana e Trânsito

- Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária;
- Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial;
- Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.

Moradia Digna

A política habitacional é norteadada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, direito social assegurado pela Constituição, que é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, para a erradicação da pobreza e para a superação da desigualdade social nas cidades. A promoção do acesso à moradia digna também contribui para a recuperação ambiental de áreas degradadas e para evitar a ocupação de áreas de risco e de proteção ambiental, bem como tem efeitos dinamizadores sobre o setor de construção civil e a geração de empregos. Nesse contexto, o Programa Temático Moradia Digna é estratégico para a continuidade do modelo desenvolvimento inclusivo previsto no PPA 2016-2019, alinhando-se à Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

Uma das expressões da carência de moradia é o déficit habitacional, referente à necessidade de novas moradias por constatação de domicílios improvisados ou rústicos, de coabitação familiar, de comprometimento excessivo da renda com aluguel e de adensamento excessivo nos domicílios. Em 2012, o déficit habitacional estimado correspondia a 5,43 milhões de domicílios, dos quais 85,9% estavam localizados nas áreas urbanas. Em termos relativos, o déficit correspondia a 8,5% do total de domicílios. Do total do déficit habitacional em 2012, 38,8% localizavam-se na região Sudeste e 32,7% na região Nordeste. A carência habitacional também guarda estreita relação com o custo da moradia e com a distribuição de renda da população, verificando-se sua concentração na faixa de renda de até três salários mínimos (82,5%) e entre três a cinco salários mínimos (10,1%), faixas que somam juntas 92,6% do déficit.

Outra questão importante da política habitacional é a inadequação de domicílios, que se refere ao estoque de domicílios urbanos existentes que não proporcionam condições desejáveis de habitação. Entre os critérios de inadequação de domicílios, a carência de infraestrutura é o

que mais afeta os domicílios brasileiros, somando 10,3 milhões de domicílios em 2012, seguido daqueles com inadequação fundiária (2,1 milhões) e inadequação por adensamento excessivo (1,1 milhões). A inadequação das habitações guarda relação com o fenômeno histórico de ocupação desordenada e formação dos assentamentos precários, associados à ocupação de lotes irregulares, carentes de infraestrutura e serviços básicos, em que é comum a autoconstrução de moradias com materiais não adequados, por populações sem condições de acessar o mercado formal de moradias.

Nesse contexto, é importante destacar o avanço político-institucional da política habitacional nos últimos anos. Retomando o planejamento de longo prazo do setor, foi elaborada a Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004 e instituídos o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), regulamentados pela Lei nº 11.124/2005. Aliada a essa estruturação do setor, destaca-se o alcance de um novo patamar de investimentos em provisão habitacional e urbanização de assentamentos precários com o Programa de Aceleração do Investimento, com prioridade de atendimento às famílias de mais baixa renda e o fortalecimento das relações federativas, sobretudo por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que contabiliza mais de 3,8 milhões de unidades habitacionais contratadas, desde 2009. A ampliação dos investimentos também tem sido acompanhada por um grande esforço de organização do setor da construção civil visando soluções mais baratas e de melhor qualidade para a produção habitacional de interesse social no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat. Ademais, a produção habitacional para a classe média foi ampliada com a criação de um novo mercado imobiliário para essa faixa de renda, graças ao aumento do crédito derivado da estabilidade econômica, da melhoria de renda da população e do aperfeiçoamento das normas do setor, que permitiram elevar os recursos disponíveis.

Buscando consolidar e aprimorar esses esforços, o Programa Temático Moradia Digna do PPA 2016-2019 é estruturado em cinco Objetivos. O primeiro Objetivo busca a melhoria das condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, por meio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental, dando continuidade aos investimentos realizados nessa área. O segundo Objetivo, de ampliação do acesso à habitação à população de baixa renda, contempla o Programa Minha Casa, Minha Vida, que vai disponibilizar mais três milhões de moradias em áreas urbanas e rurais até 2019, aprimorando medidas que promovem maior integração urbana e sustentabilidade dos empreendimentos – conexão com a malha viária, boas condições de acessibilidade e mobilidade, oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. O terceiro visa facilitar o acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros, por meio das metas de disponibilização de recursos do FGTS e do SBPE para operações destinadas à construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado. O quarto Objetivo trata do fortalecimento técnico e institucional dos atores envolvidos

na implementação da política habitacional de interesse social, por meio de metas e iniciativas de apoio à elaboração de planos e projetos para habitação de interesse social, ao fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e da sua articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação, assistência, segurança, trabalho e renda, entre outras. O quinto Objetivo visa à ampliação dos patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Moradia Digna

- Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários.
- Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.
- Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.
- Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Petróleo e Gás

O petróleo, desde a sua descoberta, tem crescido de importância ao longo do tempo acompanhado pelo desenvolvimento de novas tecnologias de prospecção e exploração. Atualmente, sua utilização vai muito além dos fins energéticos, como é o caso da produção de gasolina, óleo diesel, óleo combustível e querosene, sendo utilizado também na produção de lubrificantes, asfaltos, entre outros produtos, e servindo de insumo para a indústria petroquímica, que transforma o petróleo refinado em produtos base para grande parte da indústria química. Tais produtos são utilizados na confecção de roupas, colchões, embalagens, brinquedos, móveis e eletrodomésticos, dentre outras.

No desenho do PPA 2016-2019 a indústria do petróleo e gás e de combustíveis são tratadas em

diferentes Programas Temáticos. O Programa Petróleo e Gás engloba as políticas públicas para o segmento de upstream de petróleo e de gás natural, ou seja, as fases de exploração e produção e, ainda, escoamento da produção, e para o segmento midstream de gás natural, que trata do seu processamento e transporte. O Programa Temático Combustíveis refere-se ao midstream e ao downstream de derivados de petróleo, que abrangem transporte, refino e distribuição de produtos ao mercado, além de todo o setor de biocombustíveis.

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazo e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento do setor.

Tais variáveis impactam diretamente os preços internacionais de petróleo que, historicamente, têm apresentado certa volatilidade. Por outro lado, as variações nos preços internacionais do petróleo e derivados, a taxa de câmbio e o volume da produção e do consumo internos influenciam o resultado da balança comercial brasileira.

A principal contribuição para o resultado deficitário nos últimos anos foi a importação de diesel, petróleo e gás natural, fomentada pelo aumento da demanda interna por combustíveis, a qual foi alavancada pelo acréscimo na utilização de termelétricas em decorrência da situação hídrica do país.

Eventos recentes, como o arrefecimento mundial da demanda por petróleo, em especial devido ao declínio da demanda na China e na União Europeia, a decisão dos países da OPEP em manter a produção dos países do bloco e o aumento da eficiência energética e crescimento da produção interna de petróleo nos EUA e Canadá - impulsionada pela exploração de recursos não convencionais, contribuíram para a queda substancial nos preços internacionais, saindo de um patamar de aproximadamente US\$ 100,00 em 2013 para cerca de US\$ 47,00 no início de 2015. Essa redução de preço, configurando-se por um longo período, passa a demandar ajustes internos na programação de investimentos das empresas do setor.

Para o setor de Petróleo e Gás (P&G), a política nacional está direcionada para a ampliação da oferta de forma a atingir a autossuficiência do país. Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento consistente da produção, fruto dos investimentos realizados principalmente na área do pré-sal que, em 2014, representou cerca de 25% da produção nacional de petróleo.

Da mesma forma, a produção nacional de gás avançou substancialmente nos últimos anos. Passou-se de uma média de 65,9 milhões de m³/dia, em 2011, para 87,4 milhões de m³/dia em 2014, representando um aumento de aproximadamente 33% em três anos. Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio e longo prazos, ampliar a exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do país.

No PPA 2016-2019, a Diretriz Estratégica a ser seguida para o setor de energia é a seguinte:

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.

Desta forma, o Programa Temático de Petróleo e Gás busca explicitar alguns dos desafios que se apresentam à política pública no momento.

Primeiramente, deve-se reforçar a função planejamento do setor, tendo como objetivo a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção (E&P). Tal ação pode ter por base o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, e o planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural, que se baseia no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT). Além da revisão do Zoneamento e do PEMAT, para ajustar a política à dinâmica do setor, tem-se como uma das metas a proposição de novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de E&P de petróleo e gás natural, em substituição ao que está hoje determinado na Resolução nº 8/2003 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Deve-se buscar uma maior previsibilidade regulatória ao setor com ênfase no planejamento, pesquisas geológicas, rodadas de licitações e planos de expansão da infraestrutura de E&P.

Em relação ao planejamento do transporte de gás natural, identifica-se como uma das prioridades a concessão do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, primeira proposta de construção de gasoduto de transporte com previsão no PEMAT.

A partir do planejamento, em consonância com as diretrizes estabelecidas, serão ofertadas áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme proposições elaboradas pelo MME e aprovadas pelo CNPE.

Em segundo lugar, foi definido um conjunto de Iniciativas para viabilizar a expansão da produção de petróleo e gás e o alcance de metas estabelecidas a partir das previsões do PDE 2023, que demandam um robusto programa de investimentos em infraestrutura. A questão do financiamento apresenta-se como um desafio adicional, dado o cenário de baixo preço do petróleo e as dificuldades de acesso a crédito que se apresentam.

Também se reveste como desafio, incentivar a indústria nacional, com inovação, conteúdo local, capacitação tecnológica, geração de emprego e renda e redução de desigualdades regionais.

Finalmente, a política de P&G deve priorizar a coordenação das atividades do setor com as questões de sustentabilidade, em particular pela implementação de instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional e aquelas relativas à Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Petróleo e Gás

- Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.
- Produzir Petróleo e Gás Natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.

- Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT.
- Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.
- Promover a sustentabilidade ambiental nos processos de exploração e produção na cadeia produtiva do petróleo e gás.

Planejamento Urbano

O modelo de urbanização brasileiro foi marcado pela desigualdade social e territorial, pelo crescimento desordenado das cidades, pela ociosidade do uso do solo de áreas urbanizadas, pela degradação ambiental e pela priorização do uso do automóvel em detrimento do transporte coletivo. Este modelo é consequência, entre outros motivos, de um planejamento urbano excessivamente normativo e muitas vezes desconectado dos processos reais de produção e transformação das cidades. Também é resultado de políticas públicas urbanas que ignoraram as desigualdades sociais, reforçando a fragmentação da cidade em áreas ricas, onde os investimentos em desenvolvimento urbano sempre foram concentrados, e áreas pobres, desprovidas de investimentos em desenvolvimento urbano e submetidas a uma regulação urbanística muitas vezes excludente.

Soma-se a esse quadro a configuração de aglomerações urbanas derivadas da concentração populacional em grandes centros, constituindo as chamadas regiões metropolitanas, que hoje concentram os maiores déficits em infraestrutura urbana no país e acumulam graves problemas sociais e econômicos. Do ponto de vista territorial, trata-se de grandes manchas urbanas com diferentes configurações espaciais. Do ponto de vista da gestão, tem-se um mosaico geralmente heterogêneo de arranjos institucionais, políticas setoriais e Planos Diretores que não dialogam entre si, tornando a governança metropolitana muitas vezes precária e ineficiente, especialmente no que tange à consecução das funções públicas de interesse comum.

Em 2001, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/01, regulamentou a matéria da política urbana constante da CF 1988, ratificando seus princípios e avançando na definição de ferramentas e diretrizes para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, dentre as quais, o reconhecimento do Plano Diretor, elaborado pelos municípios de forma participativa, como o instrumento básico da política urbana municipal, a promoção do acesso à terra urbanizada, o reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna para todos, o combate à especulação imobiliária, a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e a gestão democrática, por meio da participação popular.

Também a criação do Ministério das Cidades em 2003 e do Conselho das Cidades em 2004, bem como a realização de cinco Conferências Nacionais das Cidades entre 2004 e 2014, fortaleceram a instituição de políticas e programas para o enfrentamento das carências urbanas em escala nacional, com base no Estatuto da Cidade.

E com o objetivo de fortalecer a execução compartilhada de funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, o recente Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089, em 12 de janeiro de 2015) avançou na definição de estratégias, instrumentos e diretrizes de planejamento e gestão, como a instituição do conceito de gestão plena para a governança metropolitana e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar a qualidade de vida nas cidades e ampliar o acesso à terra urbanizada para todos. No campo do planejamento urbano, especialmente da regulação urbanística, que é matéria de competência local, nota-se uma generalizada fragilidade da regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo voltada ao cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Embora 87% dos municípios com obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor tenham elaborado seus Planos Diretores (IBGE/MUNIC, 2013), e embora grande parte tenha previsto instrumentos do Estatuto da Cidade, compreende-se que ainda permanece um grande desafio de qualificação dos Planos para que estejam alinhados aos princípios do Estatuto da Cidade e, ainda, possam responder como instrumentos eficientes de gestão do solo em um contexto urbano metropolitano.

Somado a isso, é necessário buscar estratégias de materialização das diretrizes e intenções dos Planos Diretores Urbanos e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado em curto e médio prazo, através do incentivo à implementação de projetos urbanos estratégicos, capazes de integrar no território políticas e investimentos com vistas a alavancar o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

Quanto à irregularidade fundiária, embora esteja predominantemente associada à precariedade urbana, requerendo ações de urbanização integrada, o território urbano brasileiro ainda apresenta expressivas porções de cidades irregulares. A situação jurídica irregular da terra dificulta ou impede a realização de investimentos públicos e privados no território, necessários para garantir o desenvolvimento urbano.

Nesse contexto, um dos grandes desafios no âmbito do Programa Planejamento Urbano é a elaboração do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU. O Sistema tem como objetivo consolidar os mecanismos de gestão democrática introduzidos pelo Estatuto da Cidade, além de implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, articulando e integrando as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, mobilidade, acessibilidade urbana e planejamento territorial, por meio de planos e demais instrumentos que orientem as ações do Estado e da sociedade na produção e gestão das cidades.

É necessário, portanto, em âmbito municipal e metropolitano, caminhar no sentido de promover

a reforma urbana e a inclusão sócio territorial, seja através do fortalecimento do planejamento e da gestão do território, seja promovendo a ocupação eficiente e inclusiva das áreas urbanas consolidadas em contraponto à expansão urbana indiscriminada e desordenada.

Diante desse contexto, o Programa Temático Planejamento Urbano foi estruturado em 3 Objetivos que visam dar suporte aos entes federativos na implementação da política urbana local e metropolitana, apontando para um crescimento inclusivo, com melhoria das condições de vida e bem-estar da população brasileira, alinhando-se à Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

O primeiro Objetivo do Programa visa fomentar a implementação de instrumentos de planejamento e de gestão urbana, por meio de metas de apoio à implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade e do Estatuto da Metrópole, da elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano e da capacitação de gestores, técnicos e agentes sociais. O segundo tem foco nas transformações urbanísticas estruturais e na urbanização acessível, por meio da implementação de projetos urbanos em parceria com a iniciativa privada. E o terceiro Objetivo é de promoção da regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, por meio da ampliação do Programa Papel Passado e da regularização fundiária em terras da União.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Planejamento Urbano

- Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.
- Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.
- Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade.

Saneamento Básico

O saneamento básico tem um papel fundamental na indução do desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na garantia da preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Com essa visão, em 2007 foi sancionada a Lei nº 11.445, marco legal da política de saneamento no Brasil. Essa lei “estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico” e define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável;

esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Com base no marco legal, em dezembro de 2013 foi sancionado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que estima, para os próximos 20 anos, as metas, a necessidade de investimentos para alcançá-las, macrodiretrizes, estratégias e programas de investimentos federais.

Além da recente normatização, outro fator positivo para o setor foi o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que definiu uma robusta carteira de investimentos em saneamento em todo o país, com previsibilidade da oferta de recursos e com a implementação de um conjunto de medidas institucionais para acelerar a execução dos empreendimentos. Portanto, nos últimos anos, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória econômica do setor. Com o lançamento do PAC em 2007, o volume de contratações no setor elevou-se de uma média de R\$ 3 bilhões anuais verificada de 2003 até 2006 para cerca de R\$ 10 bilhões por ano até 2014.

A cobertura dos serviços avançou nos últimos anos. Entre 2002 e 2013, 18,7 milhões de domicílios passaram a dispor de acesso à rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna. Isso representa uma ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água, em áreas urbanas, de 94% para 98% dos domicílios. Na zona rural, o resultado também foi expressivo, passando de 55% para 73% dos domicílios. No mesmo período, a cobertura da rede de esgotos e a utilização de fossas sépticas cresceu de 77% para 84% dos domicílios nas áreas urbanas e, nas rurais, de 17% para 30% dos domicílios. Com isso, 16,6 milhões de domicílios passaram a dispor de esgotamento sanitário e, conseqüentemente, de melhores condições ambientais e de saúde. Igualmente, foi satisfatório o resultado observado para a coleta direta de resíduos sólidos nas áreas urbanas, que abrangia 94% dos domicílios em 2013. Ao considerar o total de domicílios que passaram a contar com o serviço de coleta no período, verifica-se a ampliação da cobertura para mais 16 milhões de domicílios em 11 anos. Quanto à drenagem, em 2013, cerca de 46% dos municípios haviam sido atingidos em suas áreas urbanas por alagamentos, enchentes ou enxurradas nos últimos 5 anos.

Entretanto, no âmbito regional, o acesso aos serviços é marcado por desigualdades. Cerca de 66% dos domicílios brasileiros que não dispõem de rede de abastecimento de água ou poço ou nascente com canalização interna e 46% dos domicílios que compõem o déficit de acesso à rede coletora de esgotos ou fossa séptica estão localizados nos estados da Região Nordeste. Avaliando a distribuição dos déficits em relação à localização do domicílio, nota-se que expressiva parcela deles está concentrada em áreas rurais.

Também se observa que o acesso aos serviços é fortemente associado às condições socioeconômicas do domicílio. Aproximadamente 97% da população brasileira que não tinha acesso ao abastecimento de água por rede geral ou poço ou nascente, com canalização interna, possuía renda domiciliar mensal de até 3 salários mínimos em 2013. Para o esgotamento sanitário,

observa-se que 71% do déficit de acesso à fossa séptica e rede coletora também se concentra em extratos populacionais que recebem até 3 salários mínimos.

De forma geral, esses dados não consideram aspectos qualitativos sobre os serviços e as implicações das soluções adotadas. Por exemplo, dispor de uma ligação à rede não significa ter acesso regular à água. Por exemplo, em 2013 foram registradas 89 mil interrupções sistemáticas nos sistemas. Da mesma forma, para o esgotamento sanitário, a questão do tratamento dos esgotos merece especial atenção e não pode ser analisada somente sob a ótica das pesquisas domiciliares. Em 2013, o Brasil coletava apenas 61% do esgoto gerado e tratava 69% do esgoto coletado. Quanto aos resíduos sólidos, os vazadouros a céu aberto (lixões) ainda constituem o destino final dos resíduos sólidos em parcela considerável dos municípios brasileiros.

Por isso, o Plansab classifica o acesso aos serviços de saneamento básico em: adequado, atendimento precário e sem atendimento. Sob essa perspectiva, as situações entendidas como “déficit” incluem aquelas sem atendimento e, também, as que têm atendimento precário, visto que, apesar de não impedirem o acesso ao serviço, este é ofertado em condições insatisfatórias ou provisórias, possivelmente comprometendo a saúde humana e a qualidade do ambiente domiciliar e do seu entorno.

Além disso, um dos principais desafios a serem enfrentados pelo setor diz respeito à consolidação e ampliação de medidas estruturantes, tendo em vista a necessidade de superação das ineficiências históricas associadas à gestão dos serviços de saneamento.

Assumindo que a alocação dos recursos associada a ações de melhorias da gestão dos serviços é uma forma pela qual a política governamental influencia o desenvolvimento regional, promove a inclusão social e reduz as desigualdades sociais, e considerando-se a magnitude da concentração das carências dos serviços em populações de baixa renda, considera-se essencial priorizar a atuação estatal em áreas de baixa renda para o alcance da universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente, no contexto de erradicação da extrema pobreza.

Com base nas metas do Plansab, o Programa Temático Saneamento Básico almeja a universalização do acesso aos serviços de saneamento com equidade e integralidade, em áreas urbanas e rurais, com atenção especial à gestão dos serviços. Assim, de forma integrada às demais políticas urbanas, os Objetivos e Metas desse Programa alinham-se à Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

O Programa Temático Saneamento Básico é formado por três Objetivos que espelham os três programas desenhados no Plansab: Saneamento Estruturante, Saneamento Rural e Saneamento Básico Integrado.

O primeiro Objetivo trata da implementação de medidas estruturantes para assegurar a melhoria

da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, por meio de metas relacionadas ao apoio para a elaboração de planos municipais, estudos e projetos, combate às perdas e controle da qualidade da água, entre outras iniciativas.

O segundo tem foco nas áreas rurais e comunidades tradicionais, com vistas a assegurar a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico, por meio da implementação de medidas estruturais e estruturantes. Suas metas e iniciativas visam a ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a ampliação ou melhoria das ações de saneamento em comunidades ou domicílios rurais dispersos e comunidades tradicionais ou quilombolas, por meio de tecnologias apropriadas.

O último Objetivo é o de implementação de medidas estruturais em áreas urbanas; por meio dos investimentos em obras de infraestrutura, visando a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico nessas áreas. As metas desse Objetivo visam a expansão do número de domicílios atendidos por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a ampliação do tratamento do esgoto coletado e a instalação de unidades hidrossanitárias em domicílios carentes.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Saneamento Básico

- Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico;
- Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

Transporte Aquaviário

O Transporte Aquaviário possui relevância crescente no cenário logístico brasileiro. A navegação interior também ampliou sua participação no transporte de cargas do país, impulsionada pelo crescimento da cabotagem. Esta modalidade foi responsável pelo transporte de mais de 147 milhões de toneladas em 2014.

A Nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, trouxe importantes inovações para o setor aquaviário, com medidas que têm como premissa incentivar a modernização da

infraestrutura e da gestão portuária, a expansão dos investimentos privados no setor, a redução de custos e o aumento da eficiência portuária, além da retomada da capacidade de planejamento portuário, com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.

Esses aspectos alicerçaram a construção do Programa Temático de Transporte Aquaviário para o PPA 2016-2019. O desenho do programa alinha-se com as principais estratégias definidas para a atuação governamental no período do PPA, em especial, com a Diretriz Estratégica relacionada ao transporte:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

Os Objetivos voltados à adequação da capacidade portuária, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental, foram formulados com vistas a tornar o sistema portuário e o transporte aquaviário brasileiro competitivos frente ao mercado internacional e sustentáveis ambientalmente. Estão previstas ainda ações direcionadas à expansão da cobertura e ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário no país, assegurando sua disponibilidade e promovendo a modernização da frota mercante.

Esses objetivos estão previstos por meio dos investimentos na melhoria das instalações portuárias e das condições dos acessos aquaviários e terrestres, considerados como um dos principais gargalos logísticos. As iniciativas propostas pelo Programa contemplarão ainda obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo, bem como a execução de obras e serviços de dragagem. Está prevista também a realização de arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.

O governo federal implementará ainda iniciativas para a retomada da capacidade de planejamento com a reorganização institucional do setor portuário e a integração logística entre os modais de transporte. Uma das metas a ser alcançada pelo Programa no PPA 2016-2019 é atingir o índice de 80% de cumprimento de metas de desempenho empresarial nos portos organizados, por meio de implementação de um novo modelo de governança corporativa das Companhias Docas. Para isso, é necessário adequar as poligonais dos portos organizados, criar um sistema de custos e repactuar os convênios de delegação, estabelecendo metas de desempenho e estimulando programas de modernização da gestão.

A superação dos gargalos logísticos do setor portuário, que é um dos desafios para o governo federal, terá continuidade por meio da implantação do Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações nos portos públicos, da expansão do sistema Porto Sem Papel (PSP) em Terminais de Uso Privado alfandegados, da implementação de otimização do fluxo logístico de acesso terrestre, além do desenvolvimento de Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos. Iniciativas como a integração do PSP ao Portal Único de Comércio Exterior, a

implantação do projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente nos principais portos públicos e a implementação de ações para o incentivo ao uso da navegação interior e de cabotagem também estarão em curso nos próximos anos.

No período de 2016 a 2019, estão previstas ações para promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados com ações que permitam o acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias de modo que pelo menos 25% dos portos organizados do país mantenham o índice de desempenho ambiental (IDA) igual ou superior a 85.

O Programa Temático do Transporte Aquaviário terá ainda como meta a expansão da cobertura da rede de transporte hidroviário do país, por meio de intervenções nos corredores hidroviários e da construção de novos portos fluviais. Apesar do país possuir uma rede hidrográfica significativa, apenas uma pequena fração dela é usada comercialmente. Diante disso, estão previstas intervenções para a eliminação de pontos críticos, por meio de dragagens de aprofundamento, melhorias em eclusas e pontes, e ações de derrocamento nas principais hidrovias.

Tendo em vista que as hidrovias são o principal meio de locomoção de passageiros na Região Norte, serão implantadas ainda iniciativas para assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas na região, por meio de ações como a manutenção e a operação dos corredores hidroviários e de instalações portuárias adjacentes.

Alinhadas às demais estratégias previstas no Programa estão ações que visam ao fomento para a modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira e do parque nacional de estaleiros, que, além de contribuir para aumento da utilização do transporte aquaviário e consequente redução dos fretes, podem ser consideradas como um grande incentivo à indústria naval brasileira.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Transporte Aquaviário

- Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.
- Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.
- Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do FMM.
- Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

- Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.
- Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.
- Melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros.
- Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

Transporte Terrestre

O Sistema Federal de Viação (SFV), instituído pela Lei nº12.379, de 06 de janeiro de 2011, parte integrante do Sistema Nacional de Viação (SNV) tem por objetivo estabelecer uma rede de transporte capaz não só de atender aos grandes fluxos de pessoas e mercadorias no país, mas também assegurar a unidade nacional, a integração regional e internacional e garantir a malha viária estratégica necessária à segurança do território nacional.

No componente do transporte terrestre, dois subsistemas federais foram definidos na Lei: o rodoviário e o ferroviário. O subsistema rodoviário compreende todas as rodovias administradas pela União, direta ou indiretamente, sendo a Rede de Integração Nacional (RINTER) constituída pelas rodovias que promovem a integração regional, interestadual e internacional ou que ligam as capitais entre si ou que atendem aos grandes fluxos de transportes ou, ainda, que provem ligações indispensáveis à segurança nacional. O subsistema ferroviário federal é constituído pelas ferrovias, existentes ou planejadas, que atendam ou venham a atender a grandes fluxos de transportes ou que possibilitem o acesso aos portos e terminais do SFV ou que possibilitem a conexão com o sistema ferroviário internacional ou ainda que promovem as ligações necessárias à segurança nacional.

Essas grandes áreas de atuação, evidenciadas no texto da Lei, fundamentaram a delimitação da diretriz que norteou a elaboração do programa temático Transporte Terrestre para o PPA 2016-2019. O caminho proposto a se seguir, nesse novo ciclo de planejamento, aponta para uma consolidação e um aumento de eficiência do SFV, realizados de forma a intensificar a integração de modais, a integração regional, nacional e sul-americana, a competitividade do setor produtivo, desenvolvendo o país de maneira sustentável. É o que apresenta o texto da Diretriz Estratégica:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

A organização do Programa, em Objetivos, está associada aos grandes desafios que precisam

ser enfrentados e superados. São evidentes, por exemplo, a preocupação com o aumento da cobertura da malha, a ampliação da capacidade das rodovias e ferrovias e a melhoria da eficiência e da segurança do transporte terrestre.

Para enfrentar tais desafios, diferentes estratégias, financiadas tanto por recursos públicos como privados, foram escolhidas para o transporte terrestre. Destacam-se: as concessões, a construção e manutenção da malha, as intervenções em perímetros urbanos, as intervenções na sinalização e as ações de fiscalização e controle.

As novas concessões rodoviárias e ferroviárias terão forte impacto na melhoria do transporte do país, já que se concentram em eixos viários estruturantes e de grande demanda de cargas e passageiros. Somente para o ano de 2016, conforme aponta a nova etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo governo federal em junho de 2015, está prevista a concessão de 4.371 km de rodovias que, além de terem os serviços ampliados aos usuários, terão melhoramentos importantes como duplicação de trechos, acréscimo de terceiras faixas, implantação de serviços de atendimento e socorro ao usuário, melhoria da sinalização, entre outras medidas. São 11 trechos rodoviários importantes, abrangendo 10 estados, com investimentos projetados na ordem de R\$ 31,2 bilhões. São eles: a BR-364/RO/MT, a BR-262/MS, a BR-267/MS, a BR-470/282/SC, a BR-101/116/290/386/RS, a BR-101/SC, a BR-280/SC, a BR-101/493/465/RJ/SP, a BR-262/381/MG, a BR-101/BA e a BR-101/232/PE. Além de investimentos e melhorias em rodovias já concedidas, nos próximos da ordem de R\$ 15,3 bilhões.

No modo ferroviário, o enfoque está na concessão para a construção de novas ferrovias, com os seguintes trechos previstos: Palmas/TO - Anápolis/GO (este já construído) e Barcarena/PA - Açailândia/MA, da Ferrovia Norte-Sul, com 1.430 km; Anápolis/GO - Estrela D'Oeste/SP - Três Lagoas/MS (em fase final de construção no trecho até Estrela D'Oeste), também da ferrovia Norte-Sul, com 895 km; Lucas do Rio Verde/MT - Miritituba/PA, com 1.140 km, e Rio de Janeiro/RJ - Vitória/ES, com 572 km. Além disso, está prevista para 2016 a conclusão do estudo para a construção da ferrovia bioceânica que conectará o Brasil ao Pacífico. Novos investimentos em concessões ferroviárias existentes também serão realizados - são estimados investimentos na ordem de R\$ 16 bilhões para a redução de interferências urbanas, a ampliação de capacidade das ferrovias, a construção de novos pátios e ramais, assim como melhoria de equipamentos de via e sinalização.

Destacam-se ainda a construção e a pavimentação de rodovias, a construção de novas ferrovias e ainda a construção de conexões ferroviárias e acessos, com a continuidade da implementação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No intento de ampliar a cobertura da rede de transporte terrestre, tais intervenções contribuem para a redução do isolamento regional e para promover uma matriz de transporte mais equilibrada entre os diferentes modais. O Programa tem como metas a construção ou a pavimentação de 1.575,1 km de rodovias, 1.208,6 km de ferrovias e ainda 247 km de conexões e acessos ferroviários.

No contexto do PAC, ressaltam-se também as intervenções para ampliação de capacidade viária, em especial a duplicação de rodovias, a construção de terceiras faixas e a adequação de acessos rodoviários aos portos - obras justificadas pela necessidade de adequação da capacidade da rede de transporte terrestre à demanda, com capacidade de promover o ganho de eficiência e a segurança do transporte. As metas propostas são: adequar 2.204,3 km de rodovias federais com recursos do orçamento, duplicar 2.772,5 km de rodovias concedidas e adequar 34 km de acessos.

Outra estratégia em destaque é a manutenção da malha rodoviária. Uma boa condição de tráfego da malha gera impacto direto tanto na eficiência como na segurança do transporte. O Programa prevê a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária sob a administração federal.

As intervenções nas malhas rodoviárias e ferroviárias em perímetros urbanos também são evidenciadas. Essas intervenções possibilitam a melhoria da eficiência dos modos de transporte terrestre, já que promovem o aumento da velocidade média dos veículos que atravessam centros urbanos, e da segurança viária, pois evitam o contato entre os fluxos de transporte urbanos e os de longa distância, minimizando o risco e a gravidade de acidentes. O Programa prevê construir ou adequar 6 contornos ou anéis rodoviários, adequar 8 travessias rodoviárias urbanas, construir 10 contornos e variantes ferroviárias e realizar 22 outras adequações ferroviárias em perímetro urbano.

Por último, destacam-se a sinalização viária e a fiscalização e controle de velocidade e de pesagem de veículos - conjunto de ações que viabilizam a estratégia voltada para a segurança do transporte, contribuindo para a redução do número e da gravidade dos acidentes em rodovias. O Programa prevê implantar e operar 92 equipamentos de medição de peso e 2.500 equipamentos de controle de velocidade. Pretende-se ainda padronizar a sinalização em 100% da malha rodoviária sob administração federal, e 55 pontos de fiscalização eletrônica para o transporte rodoviário de cargas e passageiros.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Transporte Terrestre

- Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.
- Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e outras intervenções.
- Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.
- Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.
- Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

- Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.
- Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.
- Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

Agropecuária Sustentável

Ciência, Tecnologia e Inovação

Comércio Exterior

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Defesa Agropecuária

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Mudança do Clima

Pesca e Aquicultura

Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Qualidade Ambiental

Recursos Hídricos

Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

Agropecuária Sustentável

Nos últimos anos, o setor agropecuário produziu uma revolução na economia brasileira. Multiplicou sua produção por meio da incorporação de tecnologias e recursos humanos capacitados, amparados por pesquisa de ponta. Gerou empregos e alcançou novos patamares na produção de insumos e de bens de capital. Obteve contínuos recordes de safras, aumento progressivo na produção de carnes, leite e derivados e frutas, além de crescimento da oferta de produtos agropecuários não alimentares. Este contínuo aumento da produção se explica não apenas pelos estímulos representados pela alta dos preços externos que marcaram a economia internacional até pouco tempo atrás, mas pelo crescente desenvolvimento tecnológico e por medidas de fomento e apoio, em especial as relacionadas ao crédito rural e aos instrumentos de garantia de preço e renda.

O bom desempenho da agropecuária nacional possibilita ao país oferecer à sua população alimentos em quantidade e qualidade, gerando empregos e garantindo segurança alimentar. Além disso, os excedentes da produção agropecuária, exportados para o mundo, conferem protagonismo ao Brasil no mercado global de commodities e são decisivos para a geração de superávits na balança comercial.

Para manter e fortalecer o setor agropecuário, o Brasil deve estabelecer sólidas estratégias para enfrentar os desafios que tem pela frente. Dentre os desafios, destacam-se: a) estabelecer novos padrões para uma agropecuária sustentável, buscando estruturar tecnologicamente os sistemas de produção para ampliar e incorporar práticas sustentáveis, b) promover uma agropecuária intensiva, tecnológica e inovadora, c) desenvolver a infraestrutura de apoio e logística; d) promover a equidade na distribuição de benefícios, renda e no acesso dos produtores aos bens e serviços públicos.

As seguintes Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019 orientaram a formulação do Programa Agropecuária Sustentável:

- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.

O programa foi estruturado em Objetivos, Metas e Iniciativas, que abordam os seguintes recortes da política pública: i) crédito, seguro, armazenagem e geração de informações; ii) sustentabilidade ambiental; iii) inclusão social, cooperativismo e associativismo; e iv) agricultura irrigada.

Em relação ao primeiro recorte, destacam-se as medidas relacionadas à ampliação do crédito rural, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos riscos climáticos, com ênfase no seguro rural, ao aumento da capacidade estática de armazenagem, tanto pública quanto no âmbito privado e aquelas relacionadas à redução da assimetria de informações, procurando criar sistemas de dados e divulgar, de forma mais organizada e acessível, informações estratégicas para a tomada de decisão pelos produtores rurais. Quanto à sustentabilidade ambiental, sobressaem os instrumentos destinados a promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica, bem como elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Destacam-se, no âmbito da inclusão social, medidas para incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais, com vistas à expansão da classe média rural. Finalmente, o programa prevê uma série de estímulos à agricultura irrigada, enfocando o apoio aos investimentos privados e a transferência dos perímetros públicos de irrigação aos agricultores irrigantes.

Dentre as metas estabelecidas no âmbito do programa, cabe destacar: i) Expandir a renda dos estabelecimentos rurais das classes C e D; ii) Aumentar o volume de crédito rural aplicado na agricultura empresarial; iii) Elevar a área coberta pelo seguro rural subvencionado; iv) Ampliar a capacidade estática do parque de armazenagem nacional no âmbito privado; v) Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Armazenagem; vi) Incorporar 1,5 milhão de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária; vii) Ampliar a área plantada com florestas de 7,6 milhões de hectares para 9,0 milhões de hectares; e viii) Ampliar a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 5 milhões de hectares.

Assim, considerando o interesse social e a importância desse setor para desenvolvimento do país, a atuação do governo nos mercados agropecuários ocorrerá, no PPA 2016-2019, mediante a utilização de diversos instrumentos, sobretudo aqueles relacionados à minimização de riscos, à melhoria na alocação de recursos, à redução na flutuação da renda do produtor rural e à garantia de segurança alimentar.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Agropecuária Sustentável

- Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento.
- Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural.
- Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

- Aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos Dados Históricos e em Tempo Real.
- Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.
- Desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas.
- Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).
- Ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas.
- Disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais.
- Promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.
- Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.
- Incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, em suas diversidades e amplitudes, com vistas à expansão da classe média rural.
- Promover o desenvolvimento da agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos.

Ciência, Tecnologia e Inovação

A agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade. Nesse sentido, o investimento contínuo em C,T&I, aliado à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos constituem demandas prioritárias às quais o Estado deve buscar atender. Ações de política pública nessa área são necessárias a qualquer país que deseja enfrentar as exigências do processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento, altamente dinâmico e competitivo. Também é imprescindível que o Estado estimule a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas e nos demais entes públicos ou privados, a

constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e ambientes promotores da inovação, a criação, a absorção, a difusão e a transferência de tecnologia.

Nos últimos anos, enquanto outras economias emergentes mudaram sua estrutura de C,T&I, o Brasil manteve sua posição relativa em termos de participação na matriz mundial. Em que pese o aumento da produção científica brasileira, o país não avançou da mesma maneira na produção tecnológica. São necessários, portanto, a busca por maior estreitamento entre a produção científica e o desenvolvimento de novas tecnologias no país. Ademais, para acelerar o ritmo do avanço científico e tecnológico brasileiro, é preciso ampliar os investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D), fortalecer a base científica e tecnológica nacional, intensificar o esforço inovativo das empresas brasileiras e impulsionar setores e atividades intensivos em tecnologia.

Para fazer frente a esses desafios, é necessário fortalecer os eixos estruturantes dessa política, quais sejam: i) a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; ii) o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e; iii) o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

É nesse contexto que se deu a construção do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação no PPA 2016-2019. A Diretriz Estratégica do Plano que o orienta é:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Programa está orientado ao desenvolvimento de Objetivos que refletem os esforços e o comprometimento, entre outros, com a formação de recursos humanos, com o financiamento de P&D em Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e empresas e ainda com as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI.

É por meio da formação e qualificação de recursos humanos, particularmente de pesquisadores, engenheiros e técnicos habilitados para atuarem em diferentes setores e áreas do conhecimento, que teremos as condições de promover os avanços necessários ao país. A formação e a qualificação oferecida aos jovens têm se mostrado eficazes para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento da C,T&I. Bolsas de iniciação científica oferecem estas condições, que depois se somam às demais modalidades de bolsas para a continuidade das pesquisas e da oxigenação exigida neste setor.

Para dinamizar a produção científica e tecnológica nacional, a política de C,T&I deve fomentar o fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura de P&D das ICTs públicas e privadas; uma maior integração das ICTs com o setor produtivo; o estabelecimento de redes cooperativas de P&D; e a articulação e integração entre os diversos órgãos e instituições que compõem o sistema nacional de C,T&I.

Os esforços de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e inovação expressos no Programa visam, entre outros, a mobilização e a difusão da inovação, a criação de ambientes de inovação

como incubadoras de empresas e parques tecnológicos e a formação de redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Também é importante o aperfeiçoamento do marco regulatório relacionado à inovação, de forma a facilitar a ampliação dos investimentos em inovação.

Quanto às Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI, busca-se o aperfeiçoamento de sua ação com vista à superação dos desafios postos ao país, além da oferta de serviços à sociedade, envolvendo uma atuação específica em temas prioritários como energia, recursos hídricos, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Por exemplo, é meta do Programa disponibilizar para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo cinco das 13 linhas de luz de uma nova fonte de luz síncrotron de 4ª Geração, que irá contribuir para o estudo da matéria em suas variadas formas, para agregar-se a laboratório multiusuário já existente em Campinas/SP, de grande importância para a comunidade científica e industrial brasileira.

A agenda de C,T&I também deve estar voltada para a inclusão social e para a redução das desigualdades existentes no país. A ciência e a tecnologia podem contribuir, decisivamente, com soluções criativas para melhorar a qualidade de vida da população, seja por meio do investimento em novas tecnologias urbanas e habitacionais ou mediante a criação e disseminação de tecnologias assistivas. As novas tecnologias, especialmente as tecnologias da comunicação, são fundamentais para os processos de inclusão social. Metas relacionadas são as de apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país e de apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Ciência, Tecnologia e Inovação

- Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.
- Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.
- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.
- Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.
- Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.
- Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.
- Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

Comércio Exterior

O comércio exterior brasileiro nos últimos 15 anos teve evolução marcada por momentos distintos: déficit comercial no ano 2000; superávits crescentes entre 2001 e 2006, acompanhados por forte expansão da corrente de comércio; de 2007 até 2013 redução paulatina dos superávits; e, por fim, emergência de um pequeno déficit em 2014. Essas variações resultam de diferentes conjunturas econômicas, nacionais e internacionais.

O ambiente de crise internacional estabelecido a partir de 2008 aumentou a concorrência entre as nações, especialmente dos países desenvolvidos, em virtude, sobretudo, do desaquecimento da demanda mundial. No comércio de bens manufaturados houve elevada concorrência e medidas protecionistas voltaram a ser adotadas em diversos países.

De 2012 em diante as exportações brasileiras passaram a recuar em valor, com quedas de 5,3% em 2012, 0,2% em 2013 e 7,0% em 2014. Os principais fatores que explicam esses resultados compreendem a crise em países da União Europeia, a desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa, a queda generalizada dos preços internacionais de commodities agrícolas e minerais, e, por fim, a crise na economia argentina, principal parceiro comercial do Brasil no âmbito do Mercosul e um dos mercados de destino mais relevantes de bens manufaturados nacionais.

No que tange ao comércio de serviços, no período recente o Brasil ampliou sua participação nos fluxos globais, com as exportações e as importações apresentando crescimento superior ao desempenho mundial. Entre 2009 e 2014, as exportações de serviços no mundo cresceram 38,2%, contra expansão de 51,7% das brasileiras. As exportações brasileiras de serviços estão largamente associadas a projetos de infraestrutura que envolvem cadeias de fornecedores formadas, em sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas, que desempenham atividades ligadas à inovação e que geram empregos qualificados e de elevada remuneração. Contudo, o Brasil ainda apresenta um déficit estrutural na balança de serviços (é apenas o 31º exportador mundial de serviços).

Com vistas a estimular a retomada do crescimento, a diversificação e a agregação de valor e de intensidade tecnológica dos produtos e serviços exportados pelo país, foi lançado o Plano Nacional de Exportações (PNE), que integra a política comercial brasileira e tem o intuito de incentivar, facilitar e aumentar as exportações brasileiras. O Plano faz parte de um conjunto de políticas estruturais de desenvolvimento produtivo coordenadas pelo governo federal, que se somam a iniciativas governamentais de ampliação de investimentos em infraestrutura, de melhorias dos ambientes tributário e regulatório e de desburocratização e simplificação.

Em consonância com o PNE, o Programa de Comércio Exterior do PPA 2016-2019 foi construído, tendo por base ainda a Diretriz Estratégica do Plano:

- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.

Um amplo conjunto de iniciativas foi definido para alcançar esses objetivos. O sistema de defesa comercial brasileiro será aperfeiçoado com o desenvolvimento do Sistema DECOM Digital, o que permitirá a informatização dos processos administrativos de defesa comercial, e a elaboração de novo decreto sobre medidas compensatórias e de salvaguardas, para reduzir custos e garantir maior celeridade, transparência e ampla defesa nos procedimentos de defesa comercial.

Os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações serão aprimorados mediante estímulos à oferta de financiamento a exportações com custos compatíveis com o mercado internacional, ou mesmo a oferta direta de financiamentos; o crédito deverá alcançar as micro, pequenas e médias empresas (MPME). Haverá também reforço dos instrumentos de seguro e garantia públicos.

A consolidação da base exportadora em todas as regiões do Brasil terá como base o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), um dos instrumentos para a implantação do Plano Nacional de Exportações (PNE), em conjunto com os Estados da Federação e com a colaboração de instituições privadas.

Já a promoção comercial de bens e serviços brasileiros será fortalecida por meio de 3 principais instrumentos: as missões comerciais, a promoção da imagem do Brasil e o aprimoramento das ferramentas de inteligência e de promoção comercial. Também se busca ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários por meio de acordos tarifários e não tarifários e de iniciativas como a conclusão de negociações em curso, a antecipação de cronogramas de acordos em vigor, o aprofundamento da cobertura de acordos existentes e o lançamento de novas iniciativas negociadoras.

Todas essas ações contam com o apoio de uma sólida agenda de simplificação, modernização e aprimoramento das normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços, para garantir maior dinamismo e competitividade ao comércio exterior brasileiro.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Comércio Exterior

- Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro.
- Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.
- Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil.
- Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros.
- Ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários.
- Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.
- Aprimorar o controle aduaneiro do comércio exterior, com vistas à facilitação dos procedimentos e exigências, garantindo a segurança no fluxo de bens e mercadorias.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Biodiversidade é a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens; expressa a diversidade da vida na Terra e representa fator primordial para a preservação do equilíbrio na natureza. O Brasil apresenta elevada biodiversidade, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta.

Além de apresentar grande variabilidade genética das espécies, o país apresenta elevado percentual do território coberto por áreas protegidas: aproximadamente 18% do território são cobertos por Unidades de Conservação e 13% por Terras Indígenas. Comparativamente, verifica-se que o Brasil é referência mundial em percentual de áreas protegidas.

A conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade em um país continental e diverso como o Brasil representam grandes desafios. O Programa Temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade foi construído a partir da Diretriz Estratégica:

- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.

O Programa é composto por um agrupamento de Objetivos que procura retratar os desafios da temática. Em síntese, o programa aborda a redução da extinção das espécies da biodiversidade, o melhor aproveitamento do patrimônio genético, a regularização ambiental por meio dos instrumentos do Código Florestal, a elevação de renda e inclusão social e produtiva, a ampliação da produção florestal e o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Em relação à conservação de espécies, o Brasil possui 120.000 espécies de invertebrados e aproximadamente 9.000 espécies de vertebrados. Deste universo da fauna brasileira, 1.173 espécies estão ameaçadas de extinção, das quais 42% com Planos de Ação com medidas para combater as ameaças que colocam em risco a população. Em relação à flora, o país possui cerca de 46.000 espécies, com 2.113 ameaçadas de extinção, sendo 3,78% das espécies ameaçadas com Planos de Ação. Um dos desafios da temática é a execução das ações previstas nos Planos de forma que as espécies tenham seu risco de extinção reduzido e saiam da lista de espécies ameaçadas.

Outra questão retratada no Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade é o potencial de exploração de produtos oriundos do patrimônio genético, como fármacos (principalmente fitoterápicos), cosméticos e produtos alimentícios. Aqui, um dos principais desafios reside na ampliação da produção e comercialização de produtos oriundos do acesso ao patrimônio genético e da repartição de benefícios com a população detentora do conhecimento tradicional associado. Para isso, foi aprovada a Lei nº 13.123/2015, que torna o processo mais simples e célere, e proporciona ampliação desse mercado, com a participação, geração de emprego e ampliação da renda das comunidades tradicionais e dos agricultores tradicionais.

Outro desafio colocado à sociedade brasileira é a regularização ambiental dos imóveis rurais, agenda de política pública consolidada com a Lei nº 12.651/2012 que criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O país apresenta aproximadamente 397 milhões de hectares (ha) de área passível de cadastro no CAR e, em maio de 2015, a área total cadastrada chegou a cerca de 212 milhões de ha (53,56%). Todos os imóveis rurais precisam ser cadastrados até maio de 2016. A partir de maio de 2017, a inscrição da propriedade no CAR torna-se obrigatória para a concessão de crédito agrícola.

O uso da biodiversidade é umas principais fontes de recursos das populações tradicionais. Nesse contexto, foi lançado o Programa Bolsa Verde, parte do Plano Brasil sem Miséria, que concede R\$ 300,00 a cada trimestre às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias e desenvolvem atividades de conservação ambiental. De 2011 até junho de 2015, foram incluídas no programa cerca de 72 mil famílias. O objetivo do Programa Bolsa Verde é promover a inclusão social e produtiva da população, por meio da assistência técnica rural e fomento a arranjos produtivos locais. Haverá ampliação do número de beneficiários do Programa e de ações de inclusão produtiva, com ênfase na promoção dos produtos da sociobiodiversidade.

No que tange às florestas, o Brasil conta com uma das maiores áreas florestais do mundo, aproximadamente 313 milhões de hectares de florestas públicas. Isso implica em grandes responsabilidades de conservação, mas também em alto potencial de exploração mediante manejo florestal sustentável dos recursos madeireiros e não madeireiros (óleos, frutos, resinas, plantas medicinais) da floresta.

Outro recorte estruturante do Programa é a gestão efetiva das Unidades de Conservação (UC). O país apresenta 18,7% do território coberto por Unidades de Conservação, mas nem todas estas áreas se apresentam consolidadas. Os principais desafios são: regularização territorial das áreas; criação de conselhos gestores; ampliação das unidades com planos de manejo; e ampliação do ecoturismo.

Dentre as metas do Programa, destacam-se: i) Incentivar a recuperação de 20% das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental - PRA; ii) Ampliar de 70 mil para 90 mil as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde; iii) Ampliar de 840 mil para 3,5 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável; iv) Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais; v) Ampliar de 155 para 215 Unidades de Conservação Federais dotadas com planos de manejo; e vii) Reduzir o risco de extinção de 10% das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de espécies ameaçadas de Extinção.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

- Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.

- Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundo da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal.
- Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.
- Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras.
- Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.

Defesa Agropecuária

A contínua expansão da produção agropecuária brasileira e do acesso a mercados externos requer um serviço de defesa agropecuária para redução dos riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças, notadamente em um país continental e com ampla diversidade de biomas. No PPA 2016-2019, o Programa Defesa Agropecuária se orienta pelas seguintes Diretrizes Estratégicas do Plano:

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.

Em sua construção, o Programa Defesa Agropecuária está alinhado ao recém-lançado Plano de Defesa Agropecuária - PDA 2015/2020, que possui os seguintes alicerces: modernização e desburocratização de processos; atualização do marco regulatório; suporte estratégico por meio de ferramentas de inteligência e gestão de riscos; sustentabilidade econômica e metas de qualidade dos serviços laboratoriais da fiscalização e de controle e erradicação de pragas e doenças por meio da instituição de áreas livres.

A partir desses pilares, foram construídos objetivos relacionados à modernização das ações de Defesa Agropecuária, ao fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e à reestruturação do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO).

As ações de vigilância e defesa sanitária são organizadas, sob a coordenação do poder público nas várias instâncias federativas e no âmbito de suas competências, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), regulamentado pelo Decreto nº 5.741/2006. O SUASA inclui o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, classificação e vigilância do trânsito de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal, além de educação sanitária.

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO possui a missão institucional de proteção sanitária de um país que possui 7.367 km de costa litorânea, 15.735 km de faixa de fronteira, região limítrofe com dez países, abrangendo 11 Unidades da Federação e 588 municípios, além de 31 portos, 24 portos secos, 26 aeroportos internacionais, 28 pontos de fronteira alfandegados e 27 aduanas especiais. O VIGIAGRO exerce a fiscalização das operações de comércio exterior de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos agrícolas e pecuários, visando reduzir o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças dos animais e vegetais, salvaguardando a saúde pública, o desenvolvimento do agronegócio e as exportações de produtos agropecuários brasileiros. O VIGIAGRO também atua na fiscalização do comércio e do trânsito irregulares de bagagens de passageiros em viagens internacionais e do contrabando por rotas ilegais que implicam risco de introdução de agentes etiológicos de doenças e pragas no país.

Dentre as metas do PPA 2016/2019 destacam-se: a reestruturação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) com ampliação da capacidade técnica e operacional dos Órgãos de Defesa Agropecuária Estaduais; ampliação da zona livre de Peste Suína Clássica (PSC) em 4.027.669 km²; implementação do sistema nacional de emergências zoonosológicas e fitossanitárias; erradicação da praga *Bactrocera carambolae* nos Estados do Pará, Amapá e Roraima; ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação em 1,94 milhão de Km²; modernização da infraestrutura dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS).

Assim, o Programa Defesa Agropecuária, no PPA 2016-2019, visa implantar ações de defesa agropecuária que fortaleçam o desempenho conjunto em nível federal, estadual e local, de forma coordenada e com a participação do setor privado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro e o acesso ao mercado externo.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Defesa Agropecuária

- Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.
- Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO.

- Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários.

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

A política industrial visa alterar qualitativamente os padrões e a estrutura produtiva do país, com ações pactuadas entre Estado, setor privado e sociedade civil. Na última década, foram observados três períodos distintos de política industrial.

O primeiro deles reativou o papel do Estado com o lançamento, em 2004, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Dessa iniciativa decorrem a Lei do Bem, a Lei de Inovação e a Lei de Biossegurança, bem como a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em seguida, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) contribuiu para que o país abrandasse a crise global desencadeada em 2008. A PDP foi, sobretudo, uma política setorial estruturante, com a criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O mais recente ciclo começou em 2011 com o Plano Brasil Maior (PBM), que manteve a abordagem setorial, com foco em ações como a desoneração fiscal, a constituição de regimes tributários especiais e programas setoriais de grande envergadura a exemplo do Inovar Auto.

Apesar dessas e de outras iniciativas do governo federal que ajudaram a sustentar o mercado doméstico e o emprego, desde 2008 a crise internacional vem reduzindo os efeitos setoriais das políticas industriais. Com isso, a participação da indústria no PIB brasileiro vem caindo.

A perda de dinamismo da indústria brasileira representa um dos principais desafios colocados ao país no período recente. Do ponto de vista produtivo, o retorno do crescimento da indústria é essencial para o desenvolvimento, uma vez que é tradicionalmente aí que se originam a maior parte das inovações tecnológicas e os maiores saltos de produtividade. De um ponto de vista social, o desenvolvimento passa pela preservação e aumento dos salários reais e do emprego, o que significa que a competitividade industrial não deve ser obtida com restrições de salários. Como compatibilizar competitividade da indústria e preservação dos ganhos sociais das últimas décadas? A resposta está na obtenção de ganhos de produtividade por meio, de um lado, da redução custos sistêmicos (financeiros, tributários, infraestrutura) e, de outro lado, da ampliação da capacidade inovadora e da melhoria do ambiente de negócios.

Os serviços também estão no centro do debate sobre desenvolvimento produtivo, competitividade e inovação. Além da participação destacada na geração do valor agregado da economia, 71,0% em 2014 (IBGE, Contas Nacionais), e na composição do emprego, a produção do setor associa-se cada vez mais aos determinantes do crescimento econômico e da produtividade. São exemplos disso: a educação, o crescente uso das tecnologias da informação e comunicação, os serviços de logística, a intermediação financeira etc.

No PPA 2016-2019 o Programa Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços associa-se diretamente ao desafio da produtividade e competitividade colocado ao país. Isto se expressa, primeiramente, na Diretriz Estratégica do Plano que o orienta:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

A agenda de desenvolvimento produtivo, dos setores industrial e de comércio e de serviços, se organiza no Programa em objetivos que buscam ampliar a produtividade e a competitividade da base produtiva nacional com ênfase na modernização do parque fabril, o fomento à inovação nas empresas, e a disseminação da certificação e regulamentação de novas tecnologias.

No sentido de restabelecer os padrões de produtividade e competitividade das indústrias brasileiras foram propostos os Objetivos de “Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial” e de “Apoiar os Arranjos Produtivos Locais para o adensamento das cadeias produtivas nacionais”. As metas associadas a esses Objetivos focam na eficiência do processo produtivo, especialmente energética, na ampliação do investimento na indústria, na atualização da frota de logística de transporte e na capacitação técnica local.

Ademais, o Programa explicita como Objetivo o propósito de “Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva”. Faz-se mister agregar valor, melhorar as capacidades empresariais e a inovação, colaborando para a diversificação com qualidade da estrutura produtiva brasileira nos setores responsáveis pela ocupação da maior parte da força de trabalho do país.

Por fim, com o objetivo de “Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional”, busca-se a melhoria do ambiente de inovação, o desenvolvimento de negócios nascentes associados a novas tecnologias, o intercâmbio com o exterior para o desenvolvimento de projetos que viabilizem absorção e atualização de tecnologia, a qualificação técnica profissional e a inserção do setor produtivo nas novas fronteiras tecnológicas compõem um conjunto sinérgico de iniciativas que pretendem trazer robustez para o sistema nacional de inovação e a competitividade das empresas. Espera-se, com isso, atrair novos centros de P&D para o país e viabilizar startups como instrumento inovador estratégico.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

- Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.

- Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.
- Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.
- Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.
- Apoiar os Arranjos Produtivos Locais para o adensamento das cadeias produtivas nacionais.

Desenvolvimento e Promoção do Turismo

O setor de turismo possui destacada importância na economia mundial, com tamanho estimado equivalente ao de mercados como o de combustíveis, produtos químicos, alimentação e automobilístico. Em 2014 estima-se que o turismo tenha movimentado 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial (Conselho Mundial de Viagens e Turismo, WTTC).

No Brasil, o turismo tem se consolidado como uma atividade econômica de grande relevância, representando, de acordo com o WTTC, 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014. Em termos globais, Brasil aparece como a 9ª maior economia de turismo. Considerando seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, estima-se que em 2014 o turismo tenha movimentado R\$ 492 bilhões no país, o que representa 9,6% da economia brasileira, com empregos diretos e indiretos a ordem de 8,8 milhões de pessoas (WTTC).

O Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol em 2014. A Copa projetou a imagem do turismo brasileiro no Brasil e no mundo. Cerca de 1 milhão de estrangeiros circularam no Brasil durante o torneio, além dos próprios brasileiros que ampliaram viagens no período. Mais de 490 cidades brasileiras foram visitadas por estrangeiros durante a Copa.

O mundo aprovou o turismo no Brasil: mais de 95% dos visitantes internacionais que aqui estiveram durante a Copa têm intenção de retornar, segundo levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e divulgado pelo Ministério do Turismo. O desafio agora é intensificar as ações de promoção dos destinos e produtos turísticos brasileiros de forma a garantir a continuidade do aumento do fluxo turístico no país, com competitividade e sustentabilidade. Nesse sentido, a inédita realização dos Jogos Olímpicos em 2016 no Brasil constitui enorme oportunidade.

As políticas de turismo buscam dinamizar o setor por meio de diversos instrumentos: melhorias da base legal e do ambiente de negócios; investimentos; estímulos ao empreendedorismo; apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos; aprimoramento da qualidade da oferta turística; consolidação da inteligência competitiva.

As políticas públicas voltadas para o setor do turismo estão expressas no PPA 2016-2019 no Programa Desenvolvimento e Promoção do Turismo que está amparado na Diretriz Estratégica:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

Considerando os desafios mencionados, a agenda de desenvolvimento e promoção do setor turístico brasileiro, o Programa se orienta por dois objetivos. O primeiro trata da estruturação de destinos, com a capacitação e profissionalização de pessoal e a execução obras de infraestrutura turística. Merecem destaque as ações voltadas para a sustentabilidade e inclusão turísticas, como a Campanha Passaporte Verde, o portal Turismo Acessível, e o turismo em comunidades tradicionais. O segundo objetivo foca na promoção do turismo doméstico e do turismo internacional no Brasil, com meta de atração de turistas estrangeiros e iniciativas de apoio a eventos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Desenvolvimento e Promoção do Turismo

- Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no país e no exterior.
- Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos.

Mudança do Clima

Os gases presentes na atmosfera permitem a passagem de radiação solar, mas impedem que parte do calor, em forma de radiação infravermelha, retorne ao espaço. Tais gases, denominados gases de efeito estufa (GEE), são essenciais para tornar a Terra um planeta habitável. No entanto, sua concentração tem crescido de forma constante desde a Revolução Industrial, tornando-se uma preocupação incorporada à agenda da maioria dos países.

O Brasil estabeleceu, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Copenhague em 2009, o compromisso voluntário de redução de suas emissões de GEE. Até 2020, o país pretende reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões por meio de ações ligadas à redução das taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, à ampliação da eficiência energética e à adoção na agropecuária de práticas e sistemas de uso e manejo sustentáveis e conservacionistas dos recursos naturais, dentre outras. Daí a instituição da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) pela Lei nº 12.187/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010.

O Programa Temático Mudança do Clima do PPA 2016-2019 também retrata o compromisso voluntário brasileiro de redução de emissões de GEE. Foi elaborado a partir da seguinte Diretriz Estratégica:

- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Programa Temático possui Objetivos relacionados à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, ao desenvolvimento de tecnologias associadas ao combate ao desmatamento e incêndios florestais e à geração de informação para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Ao longo da implementação da PNMC, em especial das ações relacionadas à redução do desmatamento na Amazônia Legal por meio do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), em vigor desde 2004, verifica-se significativa mudança da composição das emissões brasileiras, com queda das emissões por mudança do uso da terra, incluindo desmatamento, e aumento da participação do setor de energia.

O Programa Mudança do Clima buscará promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas pela implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos da PNMC, especialmente os planos setoriais de mitigação e os planos de ação de combate ao desmatamento dos biomas. Especificamente para o monitoramento e o acompanhamento das reduções de GEE, está prevista a implantação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE).

O Plano Nacional de Adaptação, em elaboração e também considerado na programação do PPA 2016-2019, será implementado para promover a resiliência do país à mudança do clima, além de evitar e minimizar perdas e aproveitar possíveis oportunidades. O financiamento de atividades - que reduzam as emissões, promovam a remoção por sumidouros de GEE e a adaptação à mudança do clima - continuará a ser desempenhado em conjunto pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), um dos instrumentos da PNMC, e pelo Fundo Amazônia.

O monitoramento por sensoriamento remoto foi instrumento crucial na estratégia de combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais, o que alterou o padrão das emissões de GEE no Brasil. O projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal - PRODES - revolucionou a percepção do governo e da sociedade sobre o processo de desmatamento na Amazônia Legal. No Programa Mudança do Clima, propõe-se a expansão do monitoramento do desmatamento para todos os biomas brasileiros e o monitoramento de área queimada, risco de queima e severidade do fogo para todo território nacional. De forma complementar, será ampliada a capacidade de monitoramento por radar da Amazônia Legal, atuando num período de vulnerabilidade que se apresenta durante os meses de alta cobertura de nuvens, quando as imagens de satélite perdem sua efetividade.

Outra questão fundamental é a geração e disseminação de informações, conhecimento e tecnologias correlatas. Nesse contexto, o contínuo aprimoramento de modelos do sistema terrestre é estratégico, uma vez que projeções climáticas e cenários constituem insumos básicos para a elaboração e gestão de diversas políticas públicas associadas a riscos e vulnerabilidade

a eventos extremos, gestão de recursos hídricos, produção de energia, mobilidade urbana, áreas costeiras, produção agrícola, incêndios florestais, dentre outras.

Para suprir as lacunas de conhecimento já identificadas, agências nacionais de fomento de C&T ou fundos internacionais promoverão o fomento à pesquisa e projetos em Mudança do Clima. A ampliação e o fortalecimento da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas, a Rede CLIMA, também tem papel importante para o objetivo a ser cumprido de gerar e disseminar informações, conhecimentos e tecnologias sobre Mudança do Clima.

No âmbito da Convenção do Clima, notadamente no que se refere à prestação de informações padronizadas internacionalmente pelos países que a integram, a Comunicação Nacional, os Relatórios Bienais e o Relatório de Avaliação das Necessidades Tecnológicas para o Brasil serão elaborados num ambiente de maior institucionalização, aproveitando a experiência e consolidação do processo de elaboração do Inventário de Emissões e das Estimativas Anuais de Emissões.

Todas essas questões estão abordadas no programa Mudança do Clima. Pretende-se, em última análise, que o efetivo cumprimento dos Objetivos nele propostos possa levar o Brasil a progredir em uma trajetória de mitigação e de adaptação à Mudança do Clima, de forma compatível e harmônica com o desenvolvimento econômico e social.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Mudança do Clima

- Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.
- Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas.

Pesca e Aquicultura

O Brasil possui cerca de 7,4 mil km de costa e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com mais de 3,5 milhões de km², além de aproximadamente 13% do total mundial da reserva de água doce disponível, incluindo cerca de 5,5 milhões de hectares de lâminas d'água públicas represadas e abundante biodiversidade aquática. Esses fatores conformam um potencial extraordinário para a atividade pesqueira e aquícola no país, que vem passando por um processo de ampliação do consumo per capita de pescado, tendo alcançado 10,8 Kg/hab/ano em 2013, já próximo dos 12Kg/hab/ano recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Em 2013, a produção da aquicultura nacional atingiu 476 mil toneladas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a produção da pesca extrativa, calculada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, alcançou 765 mil toneladas. Quanto ao comércio externo de pescado, o Brasil vem acumulando déficits no período recente, indicando que a expansão da demanda doméstica nos últimos anos não foi acompanhada, em termos proporcionais, pelo aumento da produção. Em 2014, o Brasil importou 411 mil toneladas, no valor de US\$ 1.560 milhões; as exportações, por seu turno, somaram 35 mil toneladas, gerando cerca de US\$ 234 milhões.

Os números gerais, portanto, indicam que, apesar do enorme potencial, o Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios a fim de ampliar a produção nacional com sustentabilidade e inclusão social, dentre os quais cabe destacar: a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e o levantamento regular e confiável de dados estatísticos do setor; a melhor organização da cadeia produtiva e a promoção de investimentos com ampliação do crédito; a implementação de infraestrutura para desembarque, beneficiamento e comercialização de pescado; a modernização da frota pesqueira nacional; a promoção do ordenamento para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e o licenciamento ambiental da aquicultura; a implementação da política de sanidade pesqueira e aquícola; a promoção da inclusão social de pescadores e aquicultores.

Com vistas ao enfrentamento destes desafios, o Programa Pesca e Aquicultura alinha-se às seguintes Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019:

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.

O Programa Pesca e Aquicultura visa, basicamente, à ampliação da produção aquícola e pesqueira, à adoção de medidas que promovam a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas e ao ordenamento, monitoramento e controle dessa atividade. Além disso, destacam-se as medidas que serão tomadas para a inclusão social dos pescadores e aquicultores.

Dentro desse contexto, cabe citar as seguintes metas do Programa Pesca e Aquicultura: aumento da disponibilidade de crédito para o setor por meio dos Planos Safra da Pesca e Aquicultura; disponibilização de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; implantação e

adequação de terminais pesqueiros públicos; e implementação e regularização da aquicultura em reservatórios da União.

No que tange à pesquisa, estatística do setor, gestão e sanidade, as seguintes metas são destacadas: financiamento, pelo MPA, de 40 projetos de pesquisa em pesca e aquicultura e implantação do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia em Pesca e Aquicultura (CTPA); funcionamento do Sistema Nacional de Informações Pesqueiras (Sinpesq); criação de nove Comitês Permanentes de Gestão compartilhada dos Recursos Pesqueiros e elaboração de 20 Planos de Gestão das principais pescarias brasileiras; desenvolvimento de parcerias com os órgãos estaduais de defesa sanitária animal para o monitoramento dos sistemas de produção e o controle de trânsito nacional de animais aquáticos e promoção da adequação higiênico-sanitária de embarcações pesqueiras - Programa Embarque Nessa.

Com relação à inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos profissionais que atuam na pesca e aquicultura, foram firmadas e terão prosseguimento as parcerias do MPA com os Ministérios da Educação (MEC), das Cidades (MCid), das Comunicações (MC), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Saúde (MS), do Trabalho e Emprego (MTE), da Previdência Social (MPS), e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Também será realizada a aquisição de pescado no mercado institucional, com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em resumo, o Programa Pesca e Aquicultura no PPA 2016-2019 prevê a adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, com incentivos e investimentos que fomentem o aumento da produção de pescado com sustentabilidade ambiental e inclusão socioeconômica.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Pesca e Aquicultura

- Promover a Sanidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas.
- Promover a inclusão social da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura.
- Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira.
- Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva.

Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Os ganhos de produtividade do setor agropecuário, expressos no aumento da produção com economia de área plantada, são indissociáveis da capacidade brasileira de gerar conhecimentos científicos e tecnologias no setor. A manutenção desses ganhos exige esforços permanentes para prevenir retrocessos tecnológicos, obter novos avanços, manter a competitividade da pesquisa agrícola brasileira e, também, tratar de desafios contemporâneos, tais como: evitar erosão genética dos materiais em produção e avanços de pragas e doenças; aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais, especialmente a gestão e uso racional e sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade e a preservação e uso sustentável dos biomas e dos recursos genéticos; e melhorar o desempenho de sistemas de produção.

O conjunto de objetivos e demais atributos propostos para este programa temático no PPA 2016-2019 constitui uma estrutura tática apta a orientar a atuação da política pública no desafio de garantir, em médio e longo prazo, mediante a geração e a adoção de soluções tecnológicas, o aumento da produtividade e da competitividade da agropecuária brasileira. Este conjunto busca, ainda, criar condições para que a produção nacional passe a se inserir na era da bioeconomia, onde se concentram as melhores oportunidades de futuro, protagonizando a disponibilização de produtos, tecnologias e serviços inovadores, para finalidades alimentícias e não alimentícias (fármacos, química industrial, combustíveis), a partir de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) majoritariamente gerada no país.

O Programa Temático Pesquisa e Inovações para Agropecuária visa ao desenvolvimento de pesquisas e a incorporação de conhecimentos e inovações tecnológicas pelo setor agropecuário brasileiro, além da disseminação da cultura e da ampliação do processo de inovação. Foi elaborado com base nas seguintes Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019:

- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Programa procura abordar todo o ciclo associado à produção e transferência de tecnologia. Neste contexto, além da produção do conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações no setor, o programa visa ao aprimoramento de parcerias, processos, capacitação de recursos humanos e à implementação de infraestruturas estratégicas para a P,D&I, além da ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada, como instrumento essencial para a transferência de tecnologia aos produtores rurais.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento agropecuário do governo federal serão executadas por meio de uma programação de projetos convergentes, complementares e sinérgicos, organizados por temas estratégicos das cadeias produtivas da agropecuária, ou focados em temas específicos, como a agricultura familiar ou de alcance regional.

Do conjunto de metas destacam-se aquelas associadas à manutenção de uma média anual de 800 projetos de pesquisa na área, à capacitação de 10.000 agentes multiplicadores de soluções inovadoras para a agropecuária, à disponibilização de ATER a 120 mil produtores rurais e ao estabelecimento de convênios e contratos com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a cooperação técnica e financeira em pesquisa agropecuária.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Pesquisa e Inovações para Agropecuária

- Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária.
- Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia.
- Produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária.
- Promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade.
- Aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária.
- Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau.

Qualidade Ambiental

A Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente - define degradação da qualidade ambiental como sendo a alteração adversa das características do meio ambiente. Por sua vez, poluição é conceituada como sendo a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta e indiretamente: (i) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; (ii) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; (iii) afetem desfavoravelmente a biota; (iv) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e (v) lancem matéria ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Para lidar com a complexidade da prevenção, controle, mitigação e recuperação da qualidade ambiental, o novo Programa Qualidade Ambiental do PPA 2016-2019 incorpora, por meio dos seus atributos, os principais instrumentos das políticas públicas associadas a essas questões. A Diretriz Estratégica que orientou a sua elaboração é a seguinte:

- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Basicamente, o Programa aborda questões, a seguir detalhadas, relativas ao controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, à gestão de produtos químicos, ao controle das emissões atmosféricas de poluentes e à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Licenciamento Ambiental é o processo autorizativo que permite o estabelecimento de condicionantes visando à adequação ambiental de atividades e empreendimentos, desde o planejamento dos projetos até a sua instalação e operação. Também apresenta procedimentos voltados a garantir participação social, propiciando o debate direto entre o poder público e diferentes setores da sociedade sobre questões referentes à sustentabilidade ambiental de atividades e empreendimentos. Dentre os seus desafios, está o desenvolvimento e a implementação do Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal – SIGA, que visa dar celeridade e transparência ao processo e é uma das metas desse Programa. Outras Metas também foram propostas para a fiscalização ambiental, relacionadas à instauração e julgamento de processos administrativos de apuração de infração ambiental e à realização de um quantitativo relevante de ações de fiscalização em todo o território nacional.

Substâncias químicas são parte integrante do cotidiano, tornando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo mais produtiva e confortável. No entanto, há substâncias tóxicas que persistem, bioacumulam e são transportadas por longas distâncias, como por exemplo, os poluentes orgânicos persistentes (POPs) e o mercúrio. Assim, a gestão ambientalmente adequada desses poluentes requer coordenação entre governos, indústria, organizações não governamentais - ONGs e academia, precisamente o propósito da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) e do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais envolvendo Produtos Químicos Perigosos (P2R2), criado pelo Decreto nº 5.098/2004. Destacam-se outros avanços como a elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs) e a proposição de ações conjuntas para a redução do uso de agrotóxicos no âmbito do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Nesta área, uma das metas consiste na eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia. Ainda em relação a esse assunto, uma das iniciativas que constam no Programa Qualidade Ambiental é a “Elaboração do inventário de fontes e de emissões e liberações de mercúrio, no âmbito da Convenção de Minamata, por meio da aplicação de ferramenta de estimativa de

emissões a partir de dados de processos industriais, uso de mercúrio em produtos e no garimpo”.

No conjunto das atividades voltadas à promoção da qualidade ambiental, há especificidades também relacionadas às emissões de substâncias à atmosfera. Os processos industriais e de geração de energia, o aumento do número de veículos automotores e das queimadas são, dentre as atividades antrópicas, as maiores causas da emissão de substâncias poluentes para a atmosfera. Assim, a gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento socioeconômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura e, para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação na qualidade do ar. Neste contexto, merecem ser destacadas as metas relacionadas à redução da concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO₂) e de Material Particulado Inalável (MP10); e as iniciativas i) formulação de um Plano Nacional de Qualidade do Ar, ii) Concepção e implementação de um Programa Nacional de Inventários de Emissões Atmosféricas de Poluentes do Setor de Transportes (PRONIT); iii) Concepção e implementação de um Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial (PROCONPI) e iv) Concepção e implementação de um Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr).

Por fim, o Programa Qualidade Ambiental também trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que trouxe uma nova visão sobre o tema, na qual os resíduos sólidos não são mais vistos como de responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, com um mínimo de impacto ambiental e movimentando a economia no processo. Além disso, seu escopo não se limita aos resíduos sólidos urbanos, mas abrange também os resíduos gerados em atividades produtivas como os setores da construção civil, agrossilvopastoril, industrial e de saúde. Todas essas cadeias devem ter entre seus objetivos a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Para tanto, está previsto que até o final deste PPA se atinja o patamar de 70% da população brasileira beneficiada com Planos Municipais e o fomento e fortalecimento de 1000 cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem. O sucesso desta ação contribuirá para o alcance de outra meta, a de elevar a taxa de recuperação de materiais recicláveis de 1,8% em 2013 para 3,6% em 2019.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Qualidade Ambiental

- Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.
- Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar.

- Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.
- Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos.

Recursos Hídricos

A água é um bem fundamental à vida e constitui elemento estratégico para atividades como a agricultura, o saneamento, a produção de energia elétrica, o transporte hidroviário, a produção industrial, dentre outras. Todavia, sua disponibilidade e acesso estão sujeitos a situações de escassez.

Essas situações podem decorrer da: i) assimetria territorial quanto à disponibilidade desse recurso; ii) ocorrência de eventos hidrológicos críticos de cheias e estiagens; iii) insuficiente capacidade de reservação (compreendida como a formação de estoques de água); e iv) condições inadequadas de potabilidade da água.

A Diretriz Estratégica que orientou a elaboração Programa Temático Recursos Hídricos é a seguinte:

- Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.

Desse modo, o Programa busca a promoção da segurança hídrica com a adoção de medidas em três eixos principais de atuação: infraestrutura, gestão e conservação.

A infraestrutura hídrica cumpre relevante papel: permitir transformar fluxos de água, sujeitos a condições naturais nem sempre favoráveis, em estoques que buscam regularizar o atendimento aos diversos usos; e viabilizar a transferência de água de locais em que há disponibilidade para locais em que há demanda não atendida pelo uso. Os investimentos na área visam atender à demanda por água decorrente do desenvolvimento do país e do seu crescimento populacional (necessidade estrutural), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atipicamente prolongadas (necessidade conjuntural). Com este propósito, o Programa conta com objetivos relacionados ao planejamento e gestão dos investimentos associados à implementação de infraestruturas hídricas, bem como à garantia da operação e manutenção dessas infraestruturas.

É fundamental investir na capacidade de reservação de água em níveis adequados para assegurar o suprimento mesmo após longo período sem chuvas. Ademais, são necessários aportes destinados à transposição de águas de bacias hidrográficas para aquelas em que essa seja mais escassa. No que se refere à transposição de águas, o Programa contempla a construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento e reservatórios. Este conjunto de obras e as medidas necessárias à sua manutenção se traduzem em Metas e Iniciativas desse Programa.

Destacam-se as Iniciativas relacionadas ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, bem como aquela destinada à Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.

A Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), definiu que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Com esse intuito, o Programa tem dois Objetivos associados à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

O Singreh tem a seguinte composição: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA), Agência Nacional de Águas (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacias Hidrográficas, os órgãos dos poderes público federal, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água. O Singreh consolida o modelo de gestão participativa, no qual entes colegiados de recursos hídricos, compostos por representantes do Poder Público, dos usuários das águas e das organizações da sociedade participam do processo de decisão. O aprimoramento da gestão dos recursos hídricos passa pelo fortalecimento das instituições do Singreh, e pela implementação de regras de governança, tendo em vista a necessidade de regular e gerir de modo adequado a utilização dos recursos hídricos disponíveis, sejam os existentes na natureza, sejam os estocados em reservatórios artificiais. Nesse sentido, destaca-se a meta relacionada ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão.

Paralelamente ao aumento da quantidade da água ofertada e ao aperfeiçoamento da gestão compartilhada, deve-se atentar também para a melhoria da qualidade das águas para múltiplos usos. Nesse sentido, a promoção da conservação, recuperação e uso racional dos recursos hídricos adquirem grande importância, especialmente em regiões metropolitanas, onde há alta densidade populacional e, como consequência, elevado consumo de água e grande quantidade de carga orgânica lançada nos rios. No Programa Recursos Hídricos, essa vertente de atuação é contemplada pelo Objetivo que visa ao uso racional dos recursos hídricos, aqui incluindo a revitalização de bacias hidrográficas.

Por fim, a gestão e conservação dos recursos hídricos deve também considerar a elevada interdependência das águas superficiais e subterrâneas, buscando uma visão integrada do tema. É essencial que se tenha uma melhor compreensão dessas interações para que a apuração real das disponibilidades hídricas, dado que mais da metade dos municípios brasileiros (53%) depende de mananciais subterrâneos para o abastecimento de suas sedes urbanas. Nesse sentido, o Programa possui um Objetivo que aborda a ampliação e difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as águas superficiais. Dentre as Metas nesta área, sobressaem-se aquelas relacionadas à ampliação de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS e da Rede Nacional Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Recursos Hídricos

- Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos.
- Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas.
- Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas
- Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica.
- Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas.
- Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção.
- Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas.

Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

A diminuição de barreiras administrativas burocráticas no relacionamento com as empresas e com os cidadãos constitui uma das prioridades das políticas públicas federais. Nesse sentido, o governo federal criou em 2013 a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), que promove a articulação de toda a administração pública Federal com as demais esferas de governo, estadual, distrital e municipal, e entidades parceiras, em busca da redução do peso da burocracia sobre as empresas e cidadãos, em particular sobre as micro e pequenas empresas (MPE), como forma de facilitar a vida dos brasileiros e estimular a lucratividade e a competitividade da atividade empreendedora, com geração de empregos e renda.

O PPA 2016-2019 expressa essa prioridade governamental por meio do Programa Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão – Bem Mais Simples Brasil, que se espelha na seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.

No Brasil, o processo de abertura, alteração e encerramento de empresas, isto é, todo o registro empresarial, ainda se caracteriza por excesso de exigências, redundâncias e sobreposições.

Dentre as principais metas do Programa Bem Mais Simples Brasil para o intervalo 2016 a 2019 está a de redução do tempo médio para legalização de empresas de baixo risco para até 5 dias que integra objetivo específico de desburocratização e simplificação da atividade empresarial.

A melhora do ambiente de negócios passa, também, pelo apoio às MPE que hoje constituem mais de 9 milhões de empreendimentos de pequeno porte. Este apoio envolve uma ampla gama de políticas, tais como: a promoção da capacitação, da inovação e do acesso facilitado ao crédito; o fomento ao artesanato e às relações cooperativas e associativas de MPE; o apoio à inserção comercial, tanto nacional quanto internacional. Nesse sentido, o Programa conta com objetivo que tem como metas a implantação da Praça Eletrônica de Negócios no portal Empresa Simples e a ampliação da participação de artesãos e trabalhadores manuais em feiras, eventos e espaços de comercialização permanente, apoiados pelo Programa do Artesanato Brasileiro.

Finalmente, importa também simplificar e facilitar o relacionamento do próprio cidadão com o Estado. Nessa direção, o PPA 2016-2019 prevê a implantação do portal único de serviços públicos como meta de objetivo voltado para a integração e agilização do acesso aos serviços prestados pelo Estado.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão (Bem Mais Simples Brasil)

- Simplificar e integrar os processos de legalização de empresas.
- Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.
- Simplificar, integrar e agilizar o acesso da sociedade aos serviços públicos.

TEMAS ESPECIAIS

Defesa Nacional

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Desenvolvimento Regional e Territorial

Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Política Espacial

Política Externa

Política Nuclear

Defesa Nacional

O Brasil é um país pacífico por tradição e por convicção, busca viver em paz com seus vizinhos e defende uma ordem internacional apoiada no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, na democracia e na busca da paz entre as nações.

A Política Nacional de Defesa conceitua Defesa Nacional como “o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. Sua coordenação é realizada pelo Ministério da Defesa e sua implementação se dá pela atuação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pela defesa das águas jurisdicionais brasileiras, do território nacional e do espaço aéreo.

Sem prejuízo de suas missões constitucionais, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas também executam, quando solicitados, tarefas de caráter cívico-sociais em apoio às ações do governo federal, especialmente aquelas de apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública e necessidades humanitárias.

Cabe ainda mencionar, no âmbito dos projetos estratégicos de reaparelhamento das Forças Armadas, sua estreita conexão com o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional. Sabe-se que a indústria de defesa possui papel de destaque na estrutura produtiva de algumas economias avançadas e de grandes economias emergentes, notadamente Rússia, China e Índia. Essa importância se deve tanto ao seu caráter estratégico – relacionado à produção dos equipamentos de defesa do país e ao domínio de tecnologias sensíveis – como a aspectos econômicos ligados à geração de exportações, ao elevado valor adicionado e a empregos de alta qualificação. Desta maneira, a estruturação e o fortalecimento de uma Base Industrial de Defesa no Brasil constitui o elo entre a Política Nacional de Defesa e as políticas de desenvolvimento produtivo e de Ciência, Tecnologia e Inovação do país.

À Marinha do Brasil (MB) cabe a missão de atuar na defesa das águas interiores (rios, lagos e canais) e em todo o mar territorial, de forma a garantir a soberania nacional, tendo como prioridade assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer atividade não autorizada ou deletéria e se opor a concentração de forças inimigas que se aproximem do Brasil por via marítima. Como atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil se destacam as de prover a segurança da navegação; contribuir na formulação e condução de políticas públicas que digam respeito aos oceanos e águas interiores; fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, além de cooperar com outros órgãos federais na repressão de delitos que envolvam o uso dos oceanos, águas interiores e áreas portuárias.

O Exército Brasileiro (EB) tem como missão preservar e garantir a defesa da Pátria, zelar pelo

cumprimento pleno da constituição e pela manutenção da lei e da ordem. Em tempos de paz, uma das principais funções do Exército é defender as fronteiras brasileiras, garantindo a soberania nacional. Além de coordenar ações de apoio à fiscalização ambiental, ao desenvolvimento nacional, à assistência social e de saúde em comunidades isoladas e à participação em missões de paz.

A Força Aérea Brasileira (FAB) tem como missão principal a defesa aeroespacial do território continental e das águas jurisdicionais brasileiras. Suas principais atribuições subsidiárias consistem em: prover a segurança da navegação aérea, inclusive em áreas internacionais do oceano Atlântico Sul; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária de interesse militar; e atuar de maneira contínua e permanente nas ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contribuindo para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional e o fomento da indústria brasileira no setor.

O Programa Temático de Defesa Nacional materializa as prioridades do Plano Nacional de Defesa no quadriênio 2016-2019 em seus Objetivos, de forma alinhada à seguinte Diretriz Estratégica do PPA:

- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.

As prioridades e Objetivos do Programa de Defesa Nacional abrangem a formação e capacitação dos efetivos das Forças Armadas, a elevação da capacidade operativa por meio do adestramento e prontidão logística, a adequação de estruturas e instalações militares, desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial e nos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

Também são prioridades o planejamento, preparo e condução de operações militares, o monitoramento, controle e defesa dos espaços terrestre, aéreo e marinhos, bem como a promoção da multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Destacam-se ainda os projetos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e adequados ao trinômio Controle, Mobilidade e Presença previsto na Estratégia Nacional de Defesa que simultaneamente promovem o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa nacional e o crescimento da Base Industrial de Defesa. Neste sentido cita-se, dentre outras, as Metas de atingir 44% do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2); concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no MS; implantar o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020; integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas; implantar 10% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional e construir submarinos (PROSUB).

Objetivos vinculados ao Programa Temático Defesa Nacional

- Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.
- Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.
- Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.
- Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.
- Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.
- Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional
- Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.
- Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.
- Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.
- Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Na última década, o ciclo virtuoso de desenvolvimento do Brasil, com crescimento econômico e redução das desigualdades, promoveu a garantia e o fortalecimento dos direitos sociais e ampliou o acesso da população aos serviços públicos.

O compromisso para os próximos anos é avançar na redução da pobreza e no provimento de serviços públicos com maior qualidade, demandando a realização de ações estruturais, de forma sistêmica e com prioridade, que colocarão ao Estado desafio para o aperfeiçoamento e inovação na gestão pública.

Diante deste desafio, o PPA 2016-2019 apresenta como Diretriz Estratégica o:

- Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.

Esta Diretriz orienta a ação do Estado para resultados, buscando o efetivo atendimento das demandas e expectativas da sociedade brasileira, a maior qualidade na prestação dos serviços e melhor ambiente de negócios, capazes de alavancar a competitividade do país e atrair investimentos.

A estratégia do PPA 2016-2019 reforça o compromisso da administração pública de continuar avançando na simplificação e transparência da relação com a sociedade, tornando os serviços cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, aperfeiçoando procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade do serviço público.

Nesse sentido, o Programa inclui Objetivos que focam na ampliação do reconhecimento da realidade brasileira por parte dos agentes públicos e da eficiência da gestão, tanto de recursos e processos, incluindo o uso integrado de tecnologia de informação, quanto da força de trabalho, por meio da capacitação e da incorporação de políticas de diversidade voltadas ao quadro de servidores. Os Objetivos que reforçam a estratégia de diálogo e participação social são fundamentais para o fortalecimento da democracia, e abrange transparência, controle social, acesso à informação e fortalecimento de espaços institucionais de interlocução com os cidadãos e movimentos e organizações da sociedade civil.

No objetivo relativo à eficiência da gestão de recursos e processos, são previstas medidas para aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União, das compras e das transferências discricionárias. Da mesma forma, a implantação de ambientes para compartilhamento entre os órgãos da administração pública federal e a disponibilização de serviços e ferramentas, medidas previstas nos Objetivos relativos à tecnologia da informação - TI, e a gestão de informações estatísticas e geocientíficas, propiciam a otimização de recursos públicos, a simplificação de demandas de informação ao cidadão, bem como a melhoria dos serviços prestados à sociedade. Além disso, são previstas funcionalidades que ampliem as possibilidades de consulta com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Também é tarefa permanente da administração pública federal a alocação eficiente de sua força de trabalho, a coordenação e coerência entre suas carreiras e o desenvolvimento profissional contínuo. Com o intuito de oferecer à sociedade brasileira serviços públicos cada vez mais eficientes e de qualidade, é crescente a necessidade do Estado de formar quadros qualificados de dirigentes e de servidores; difundir novos paradigmas e instrumentos de gestão de pessoas; e vincular o processo de desenvolvimento profissional às competências demandadas pelo contexto socioeconômico. Isso inclui desde o aperfeiçoamento dos processos de seleção, com a

utilização de critérios que valorizem a diversidade nos concursos públicos, como as cotas raciais, incentivos gerados por concursos de inovações, até a consolidação de uma política de formação e qualificação de pessoal para adequação da força de trabalho às constantes transformações da sociedade.

A participação democrática dos cidadãos nas decisões e no acompanhamento das políticas públicas definem os destinos da sociedade e os resultados da ação do poder público, que deve estimular o cidadão, individual e coletivamente, a exercer ativamente o papel de sujeito de seus direitos e de seus bens comuns. No PPA 2016-2019, a estratégia de participação social é abordada em duas vertentes: uma de transparência e do acesso à informação; e outra de fortalecimento e ampliação dos espaços institucionais de interlocução e diálogo com os cidadãos, movimentos e organizações da sociedade. Dessa forma, são previstas medidas como o desenvolvimento do “Mapa do Brasil Transparente”, que busca a efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11) em todos os entes governamentais, e um conjunto de atributos que visam fortalecer os espaços de diálogos com a sociedade civil organizada, além da promoção da participação social por meio de redes e plataforma digitais. Em relação aos espaços institucionalizados de diálogo, destaca-se o fortalecimento da atuação dos conselhos nacionais e a realização de conferências sobre os principais temas de políticas públicas.

A política de comunicação social está focada em informar a sociedade sobre as políticas e ações do governo, reforçar a divulgação sobre os direitos do cidadão e os serviços colocados à sua disposição e estimular a participação no debate e na formulação de políticas públicas. Essa estratégia inclui a utilização de ferramentas de comunicação que valorizem a interatividade com a sociedade, aproveitando as tecnologias e as redes sociais.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

- Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais.
- Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos.
- Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.
- Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade.
- Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos.

- Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação.
- Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade, promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa.

Desenvolvimento Regional e Territorial

As desigualdades regionais no Brasil se constituem em uma característica herdada do processo histórico de ocupação do território nacional. Também desempenhou papel relevante nesse processo a diversidade regional, representada pela existência de seis biomas distintos, onde se organizaram relações sociais, culturais e econômicas, induzidas pelos recursos naturais e pela mistura de raças.

A partir dos primeiros anos do século XXI, a execução de várias políticas públicas propiciou a reversão da tendência de contínuo crescimento das desigualdades regionais, que ainda são muito significativas. Entre as políticas públicas que impactaram a dimensão regional do desenvolvimento brasileiro, cumpre refletir sobre as que consideram o território como elemento organizador e sobre aquelas de corte setorial.

Das políticas de corte setorial, destacam-se algumas de caráter claramente econômico, como a de valorização do salário mínimo e a de ampliação do crédito, outras de natureza assistencial, como as de transferência de renda por meio do “Programa Bolsa Família” e da previdência rural. As políticas públicas de base territorial – rural, regional, ambiental e urbana – também contribuíram para esse novo quadro de crescimento econômico e distribuição de renda que, paralelamente, auxiliou na redução das desigualdades regionais.

Com relação à temática regional, a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em 2007 representou a retomada desse tema na agenda do governo federal. O elemento mais inovador da PNDR foi o reconhecimento de que a desigualdade regional deve ser tratada em diferentes escalas de forma a englobar áreas menos desenvolvidas espalhadas em todo o território nacional, inclusive em macrorregiões consideradas ricas, como o Sul e o Sudeste, e em áreas historicamente prioritárias como o Semiárido Nordeste e a Faixa de Fronteira. Também merece destaque a orientação de se aplicar mais recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) nas sub-regiões consideradas menos desenvolvidas.

Dessa forma, esse Programa, em sua perspectiva regional, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), visa ao aperfeiçoamento das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial (PNDR e PNOT), além de ampliar a aplicação de recursos

dos Fundos Constitucionais e os de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE), nas sub-regiões consideradas menos desenvolvidas para apoio às atividades produtivas com geração de emprego e renda.

Ainda na busca pela redução das desigualdades regionais, cabe papel substancial à atuação da Zona Franca de Manaus na Amazônia Ocidental, onde os desafios econômicos, sociais e ambientais representam barreiras secularmente erigidas, tanto pela geografia física da região, quanto pela distância dos grandes centros fornecedores e consumidores nacionais e estrangeiros.

Outra linha de ação está vinculada às Rotas de Integração Nacional que buscam articular cadeias produtivas e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), com vistas ao aprimoramento tecnológico e maior comercialização dos bens produzidos nesses espaços. Além disso, intenciona-se organizar as intervenções públicas e privadas no território por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que objetiva racionalizar a gestão e o uso do território.

Na perspectiva da dimensão territorial com ênfase no meio rural, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com outros entes e órgãos federais, esse programa visa consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, que aqui são compreendidos não apenas como espaço físico, mas como construção social resultante das relações entre os atores sociais e instituições, públicas e privadas, com vistas à promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões. O Programa prevê apoiar as instâncias de gestão social da política territorial com ênfase na maior inserção da Juventude, Mulheres e Povos e Comunidades Tradicionais, assim como promover a participação dos assentamentos da reforma agrária nesses espaços. Prevê também fortalecer a articulação entre as instâncias territoriais e Conselhos Municipais, Estaduais e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, garantindo uma maior sinergia na gestão social das políticas públicas e ainda apoiar metodológica e operacionalmente a elaboração de planos estaduais e territoriais de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Outro objetivo em questão visa promover a qualidade de vida e a inclusão socioproductiva por meio da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura e serviços nos territórios rurais com estímulo a projetos que beneficiem Mulheres, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse contexto, pretende-se também contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades regionais e sociais, na região semiárida a partir de assessoria técnica permanente realizada no âmbito do “Projeto Dom Helder Câmara” constituído a partir de acordo firmado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, que atua em seis estados do Nordeste.

Além disso, o governo visa promover a atuação intersetorial e interfederativa, estimulando a adoção da abordagem territorial pelos órgãos de governo com vistas à ampliação da oferta e do acesso a bens e serviços, bem como a criação e consolidação de ambientes de concertação que contribuam para qualificar a implementação das políticas públicas em 239 territórios rurais, intensificando esta ação em 120 territórios rurais prioritários integrantes do Programa Territórios

da Cidadania. O apoio à constituição de consórcios intermunicipais multifinalitários pelas prefeituras dos municípios que compõem o território também será uma estratégia prioritária no período.

O Programa atuará também para ampliar direitos das mulheres no campo, garantindo maior participação na gestão dos territórios, cidadania por meio de emissão de documentos civis, fomento à organização produtiva com vistas à promoção de sua autonomia. Por fim, promoverá as capacidades e competências da população nos territórios rurais para melhor atuação dos atores sociais na formulação, planejamento e implementação de políticas públicas, garantindo a valorização dos saberes locais e a ampliação do acesso à informação, conhecimentos e tecnologias em especial pela integração das Casas Digitais nesses territórios rurais.

O Programa Temático Desenvolvimento Regional e Territorial está associado à Diretriz Estratégica:

- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Desenvolvimento Regional e Territorial

- Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.
- Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional.
- Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.
- Consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, com o compartilhamento entre poder público e sociedade civil da formulação, gestão e controle das políticas públicas.
- Promover a qualidade de vida e inclusão socioprodutiva com a oferta de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.
- Ampliar a oferta e o acesso a bens e serviços nos territórios rurais por meio da articulação intersetorial e interfederativa de políticas públicas.
- Ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, por meio da inclusão socioprodutiva, do acesso às políticas públicas, dos direitos sociais e da cidadania.
- Promover as capacidades e competências da população dos territórios rurais por meio da valorização dos saberes locais e da ampliação do acesso à informação, conhecimentos e tecnologias.

Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Os desafios macroeconômicos a serem enfrentados pelo país, expressos na responsabilidade fiscal, controle da inflação e equilíbrio das contas externas, não constituem objetivos em si mesmos, mas meios para o alcance de algumas das finalidades do processo de desenvolvimento, em especial o crescimento sustentado da economia com inclusão social e redução das desigualdades.

O Programa Temático de Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios do PPA 2016-2019 é orientado pela seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.

A agenda de política estruturada neste Programa é composta por um conjunto de ações que reitera o compromisso do Governo com a estabilidade, orientados pelos objetivos de aprimoramento dos mecanismos de gestão da política econômica e de supervisão do Sistema Financeiro Nacional, e de aperfeiçoamento da gestão fiscal. O cumprimento da meta prudencial de enquadramento das instituições financeiras às regras de supervisão e regulação, nesse contexto, visa criar as condições sistêmicas adequadas à manutenção da estabilidade macroeconômica, expressa, principalmente, na busca pelo atingimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, e executada pela autoridade monetária, e de superávit primário, expressa também na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ainda que ciente da importância do combate à inflação e da responsabilidade fiscal para a consolidação e sustentabilidade do modelo de desenvolvimento inclusivo com redução de desigualdades, há a necessidade de medidas que busquem fomentar o investimento produtivo no país, especialmente de infraestrutura, a fim de construir as bases para um crescimento sustentável de longo prazo. O Programa conta com Objetivo específico para esse fim que, em seu conjunto de metas e iniciativas, expressa importantes condicionantes ao investimento produtivo, como a promoção de ambiente econômico concorrencial, com previsibilidade e segurança, e a formação de poupança de longo prazo como fonte estável de recursos. Essa última envolve o desenvolvimento dos mercados financeiros, em especial de capitais e de seguros, com a ampliação de instrumento de poupança à disposição dos agentes econômicos e da disseminação da cultura e educação financeira.

Por fim, a crise financeira internacional gestada nos países industrializados, iniciada em 2008, demonstrou a incapacidade dos arranjos pré-existentes em evitar a disseminação de crises e

apoiar os países na retomada do crescimento econômico. Nesse contexto, o Programa tem como objetivo ampliar a presença do Brasil no cenário econômico internacional, de modo a apoiar a transformação das estruturas de governança, adequando-as à nova realidade da economia mundial e refletindo o peso econômico relativo das economias emergentes, incluindo o Brasil, bem como de aumentar os fluxos de investimentos entre o país e o resto do mundo.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

- Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.
- Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.
- Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.
- Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.
- Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.

Oceanos, Zona Costeira e Antártica

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira brasileira são estratégicos para o Desenvolvimento e a Segurança Nacional em razão da sua extensão e da vocação econômica marítima do país.

No que se refere à dimensão da integridade do patrimônio nacional, é imprescindível a preservação e a vigilância do Mar Territorial, da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental Brasileiras, numa extensão de cerca de 4,5 milhões de km², conhecida como “Amazônia Azul”.

Além do petróleo, gás e do próprio sal, os recursos minerais com potencial econômico existentes na Plataforma Continental e nos fundos marinhos do Oceano Atlântico Sul e Equatorial incluem depósitos de cascalhos e areias, sedimentos carbonáticos, pláceres, fosforitas, evaporitos e enxofre associados, carvão, hidratos de gás, sulfetos polimetálicos, nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas, entre outros, além dos organismos vivos associados a esses ambientes. Apesar de não serem atualmente explorados comercialmente devido ao alto custo operacional para sua retirada, alguns desses recursos poderão se constituir em importantes fontes de riquezas no futuro próximo.

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o país,

o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Assim, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar nas políticas públicas acima descritas, visam orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento, assim como ao desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável dos recursos do mar.

O PPA 2016-2019 conta com o Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica que está associado à Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

Para atingir os Objetivos do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica foram estabelecidas várias Metas, com destaque para: obter a ampliação do limite da Plataforma Continental Brasileira; reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz; ampliar de 5% para 20% o total de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definidas (Projeto Orla); realizar 6 levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos; e concluir a primeira versão do Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho a partir do Planejamento Espacial Marinho.

No quadriênio 2016 a 2019 as Iniciativas mais relevantes relacionadas aos Objetivos do Programa são: a coordenação do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC); a realização dos levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos em áreas internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira; a ampliação das atividades científicas nas ilhas oceânicas; e o fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais em biotecnologia marinha e potencial mineral marinho.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica

- Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente.
- Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.
- Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável.
- Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas.

- Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.

Política Espacial

As atividades espaciais oferecem diversos benefícios socioeconômicos decorrentes das aplicações dos satélites artificiais em diversas áreas, como previsão de tempo, inventário e monitoramento de recursos naturais, telecomunicações, navegação e ciência. As características geoeconômicas do Brasil, como a grande extensão territorial, as vastas regiões de florestas tropicais, as amplas áreas de difícil acesso e baixa ocupação, as extensas fronteiras e costa marítima e o significativo volume de recursos naturais, fazem com que as potencialidades de aplicação da tecnologia espacial sejam muito relevantes.

O Brasil busca a consolidação de seu Programa Espacial. A política pública na área espacial envolve amplo espectro de ações, indo desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes suborbitais e veículos lançadores, satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associados.

Atualmente, os principais serviços espaciais são viabilizados à sociedade brasileira por satélites desenvolvidos no exterior e lançados por outros países, ainda que o país conte com satélites próprios.

O Brasil possui três satélites operando em órbita. Dois deles são satélites de coleta de dados SCD-1 e o SCD-2, que foram os primeiros satélites desenvolvidos e construídos no Brasil a entrarem em órbita, em 1993 e 1998, respectivamente. O terceiro é o CBERS-4, pertencente à série de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres, lançado em dezembro de 2014. Apesar da existência de dois centros de lançamento no país, Alcântara/MA e Barreira do Inferno/RN, o Brasil ainda não possui capacidade própria de lançamento de satélites, ou seja, os satélites brasileiros no espaço foram lançados a partir de centros no exterior e com veículos lançadores estrangeiros. Como comparação, verifica-se que os outros países do BRICS possuem capacidade espacial consideravelmente maior.

A Política Espacial brasileira busca a ampliação da autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de pesquisa, tecnologia, serviços e especialistas para a produção de serviços espaciais. O propósito é reduzir a dependência em relação a sistemas espaciais estrangeiros (que disponibilizam dados e informações essenciais ao país) e às decisões tomadas por outros países.

A Política Espacial brasileira também visa o melhor aproveitamento da localização geográfica

privilegiada para o lançamento de satélites, especialmente para órbita geoestacionária. Para tanto, cabe desenvolver a infraestrutura necessária para a exploração comercial desse tipo de serviço, que, quando em atividade, trará uma série de externalidades positivas sobre o desenvolvimento regional e local, com atração de empresas prestadoras de serviços de apoio aos lançamentos e geração de empregos. Esse fenômeno já ocorre com a infraestrutura terrestre ligada às atividades espaciais, que se encontra concentrada na região de São José dos Campos (SP), formando o que poderia ser considerado um cluster ou arranjo produtivo local.

No PPA 2016-2019, o Programa Política Espacial, que procura retratar a política pública espacial, associa-se à seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Programa Política Espacial é composto por três Objetivos: aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais; prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial; e promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Para alcançá-los foram estabelecidas Metas, dentre elas a realização do voo de qualificação do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) com carga útil nacional, e o lançamento do primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Política Espacial

- Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.
- Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.
- Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Política Externa

A política externa brasileira sempre se pautou por princípios tais como a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos. Com base nessas diretrizes, no plano internacional, o governo brasileiro vem trabalhando para aumentar a projeção internacional do Brasil, ampliar seus mercados e reformar o modelo de governança para melhor refletir a atual ordem geopolítica e econômica global.

No período do Plano Plurianual 2012-2015, a política externa foi instrumento para o desenvolvimento econômico e social em marcha desde o governo anterior. Na esfera regional, o governo trabalhou para a integração da América do Sul, buscando o fortalecimento do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. Em 2012, a Venezuela aderiu ao bloco e a Bolívia assinou protocolo de adesão. A União das Nações Sul-americanas - UNASUL também foi prioridade das ações internacionais do Brasil. O país também envidou esforços para ampliar a diplomacia latino-americana e caribenha no âmbito da CELAC – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos.

No âmbito extra-regional, o Brasil trabalhou para aprofundar a relação com países desenvolvidos e em desenvolvimento e para participar mais ativamente dos principais foros internacionais. Na Organização Mundial do Comércio - OMC, houve uma revitalização de sua vertente normativa e uma tentativa de retomada da Rodada Doha. Na ONU, o Brasil propugnou pela criação de normas referentes à governança da internet e pela maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial. O país também sediou a Conferência Rio +20 sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Mantendo sua tradição, as prioridades da Política Externa brasileira, para o próximo período, compreendem o aprofundamento da integração na América do Sul, o reforço da diplomacia econômica, a consolidação da presença do Brasil nas relações estratégicas globais, a reforma das estruturas de governança global, o fortalecimento da cooperação internacional e o bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior.

Este Programa está alinhado às Diretrizes Estratégicas:

- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.

Os esforços para a integração sul-americana ocorrerão por meio do aprofundamento da relação com os demais países da região, do fortalecimento do MERCOSUL e da consolidação da UNASUL. O Brasil também trabalhará para ampliar suas relações com o México e com os países do Caribe

e da América Central.

A diplomacia econômica visará ao incremento no acesso a mercados e à captação de investimentos. O governo também buscará resultados positivos no âmbito da Rodada de Doha da OMC. As negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia estarão entre os destaques para essa agenda. A reforma das antigas e a implementação de novas instituições financeiras também serão priorizadas.

Nas relações bilaterais, o Brasil buscará estreitar laços com parceiros já tradicionais, como Estados Unidos, União Europeia e Japão, e com países da Ásia, África e Oriente Médio.

Ademais, o bem-estar do cidadão brasileiro que vive no exterior também será prioridade da política externa. O governo trabalhará para ampliar a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares e para garantir a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras.

Os debates sobre temas globais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente nos diversos foros internacionais também contarão com a participação ativa do Brasil.

Por meio de seus objetivos, metas e iniciativas, o Programa Política Externa foi desenhado com vistas a melhorar a inserção internacional do Brasil e a construir um espaço global mais igualitário e justo para os interesses das nações em desenvolvimento.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Política Externa

- Fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul, contribuindo para a formação de um espaço de paz e desenvolvimento.
- Reforçar a atuação da diplomacia econômica e comercial, de forma a alcançar uma melhor inserção do Brasil nos circuitos globais de comércio e investimento.
- Consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes.
- Atuar em prol da reforma e do reforço das estruturas de governança global, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e ampliar a participação do Brasil, aumentando seu peso nos processos decisórios internacionais.
- Estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades, por meio da coordenação entre órgãos do governo federal, da interlocução com entes federativos e do diálogo com a sociedade civil, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a inserção internacional do Brasil.
- Zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior, ampliando a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras, com foco no bem-estar coletivo.

- Fortalecer a participação ativa e promover os interesses do Brasil nos debates acerca de temas globais, tais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente, em instâncias bilaterais, regionais, multilaterais e multissetoriais.
- Projetar a imagem, a cultura e a língua do Brasil no exterior.

Política Nuclear

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos: assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear; desenvolver ciência e tecnologia nucleares e correlatas para geração de energia, medicina, indústria, agricultura e meio ambiente; e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeletrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria). Ademais, em linha com o previsto na Estratégia Nacional de Defesa, a política nuclear tem como desafio desenvolver etapas tecnológicas específicas articuladas ao desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear.

No âmbito do PPA 2016-2019, esses desafios são enfrentados no Programa Política Nuclear que se orienta pela Diretriz Estratégica:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Brasil – dada sua extensão territorial, as reservas uraníferas já asseguradas e o domínio em construção de diversas etapas do ciclo do combustível – poderá ocupar posição estratégica em relação à oferta de fontes de energia nuclear.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, nas etapas de conversão e enriquecimento de urânio, em que pese o domínio tecnológico, não há capacidade instalada suficiente para atendimento da demanda das Usinas de Angra I e II e da futura Angra III. Está entre as metas do PPA 2016-2019 atender, a partir de produção nacional, 10% da demanda de urânio enriquecido para as Centrais Nucleares de Angra I, II e III.

Além da geração de energia elétrica, há ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, em saúde, no meio ambiente e na agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Especificamente na medicina nuclear, cresce a utilização de radiofármacos em diagnósticos, terapias, avaliação e tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades. Atualmente, o país conta com mais de 400 serviços de medicina nuclear (SMN) distribuídos por todo o território, sendo que os radiofármacos fornecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear propiciam a realização de aproximadamente dois milhões de procedimentos de medicina nuclear por ano, com aproximadamente 70% deles cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando o Objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, bem como o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em vários campos da ciência, está previsto no âmbito do Programa de Política Nuclear o desenvolvimento do projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) em Iperó (SP). A meta da Comissão Nacional de Energia Nuclear é atingir 20% de implantação do RMB até 2019.

Seguindo a tendência internacional, o governo federal desenvolve iniciativas para consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país. Nesse sentido, em termos institucionais sobressai a previsão de segregação das funções de regulação e fiscalização das funções de promoção, pesquisa, desenvolvimento, prestação de serviços e produção, todas elas atualmente desenvolvidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

A regulação nuclear tem por finalidade garantir que a população possa usufruir, de forma segura, dos benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes. As principais ações da regulação estão relacionadas ao controle da exposição das pessoas à radiação, ao controle da liberação de material radioativo para o meio ambiente, à diminuição da probabilidade de ocorrência de eventos que possam levar a perda de controle do núcleo de reatores nucleares, de instalações do ciclo do combustível e de fontes radioativas. A principal meta associada a este aspecto da política nuclear envolve controlar, por ano, 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e na pesquisa.

Para atender no longo prazo a demanda de gerenciamento de rejeitos radioativos, o Programa prevê, para 2016-2019, o alcance de 15% da implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Níveis de Radiação - RBMN. Além disso, por meio do Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), deverá aprimorar a segurança das atividades nucleares e o atendimento a situações de emergência, com o aumento da frequência dos exercícios de emergência e de segurança nuclear. Merece destaque ainda a iniciativa conjunta com as forças armadas para atuação na segurança radiológica e nuclear dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Política Nuclear

- Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país.
- Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível

nuclear em escala capaz de atender a demanda das usinas termonucleares brasileiras.

- Consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país.
- Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações para atender aos diversos usos pela sociedade.
- Produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor.
- Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e resposta a situações de emergência.

